



SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015	3
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA	5
NOSSOS NEGÓCIOS	7
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS	10
AMBIENTE REGULATÓRIO	27
RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES.....	33
INVESTIMENTOS	35
MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS.....	40
POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS.....	42
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO	43
GOVERNANÇA CORPORATIVA	44
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	44
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS	45
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO	46
RESPONSABILIDADE SOCIAL	49
RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS.....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO.....	59
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA	61
BALANÇOS PATRIMONIAIS	62
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	64
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	65
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO.....	66
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	68
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	70
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	71
1. CONTEXTO OPERACIONAL	71
2. BASE DE PREPARAÇÃO	78
3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO.....	100
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES.....	102
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS.....	113
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	117
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	117
8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA.....	118
9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	119
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	120
11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS	122
12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)	123
13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	124
14. INVESTIMENTOS.....	130
15. IMOBILIZADO	149
16. INTANGÍVEIS.....	151
17. FORNECEDORES	153
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	153
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	155
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS	161
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO	161
22. PROVISÕES	166

23.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	179
24.	RECEITA	184
25.	CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	187
26.	RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	190
27.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	191
28.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	194
29.	MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO.....	203
30.	SEGUROS	205
31.	OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	207
32.	TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA	207
33.	EVENTOS SUBSEQUENTES	207
	PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	216
	DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES	217
	DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	218

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2015

Senhores acionistas,

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Companhia” ou “Cemig”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e as declarações dos diretores que revisaram as demonstrações financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2015 foi de grandes desafios para a Companhia.

Apesar de todas as dificuldades no ambiente macroeconômico, que também se refletiram no setor de energia, tivemos conquistas em 2015 que nos permitem um olhar otimista em relação ao futuro da Companhia.

Nosso lucro líquido foi de R\$2,5 bilhões, abaixo do verificado no ano anterior, mas que, ainda assim, representa um resultado significativo em um período em que as empresas brasileiras vêm apresentando redução em suas margens de lucro e muitas delas, inclusive, vêm divulgando prejuízos.

No que se refere ao endividamento, fomos conservadores na gestão da nossa dívida, pois a nossa dívida bruta somente apresentou crescimento em 2015 em função dos recursos captados no 4º trimestre do ano para cobrir o pagamento em janeiro de 2016 da outorga referente ao leilão de geração vencido pela Companhia. Vale destacar que, neste caso, o serviço da dívida é compensado parcialmente já no primeiro ano pela geração de caixa dos empreendimentos.

Temos um montante de dívida expressivo com vencimento para 2016. Tal montante, porém, está sendo objeto de negociação com as instituições financeiras e com perspectivas muito positivas de rolagem, com novos prazos de vencimento no longo prazo, criando mais liquidez para a Companhia e menor pressão no seu caixa.

Em dezembro de 2015, vencemos o lote D do leilão de usinas de geração de energia promovido pelo Ministério das Minas e Energia, o que permitirá à Cemig continuar a operar, pelos próximos 30 anos, as 13 usinas que tiveram os contratos de concessão vencidos em 2015. Nesse lote, destacamos as hidrelétricas de Três Marias, Salto Grande, Itutinga e Camargos, e ainda outras 5 usinas de pequeno porte que não eram antes operadas pela Companhia.

Deve-se destacar que a operação dessas usinas traz uma potência instalada no nosso portfólio de geração de 700 MW, com receitas adicionais anuais de R\$ 500 milhões.

Adicionalmente, apesar de todos os desafios enfrentados no ano, destacamos o investimento, em 2015, de quase R\$ 1 bilhão em nosso negócio de distribuição de energia, o que demonstra o compromisso com a qualidade dos nossos serviços e com a comunidade onde atuamos.

Esses investimentos relevantes que a Cemig vem fazendo se refletem nos indicadores de qualidade e satisfação dos nossos clientes. Em 2015, atendemos aos indicadores regulatórios que medem a frequência e duração das interrupções de energia e também conquistamos o 1º lugar no Prêmio IASC 2015 (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) na categoria Região Sudeste – acima de 400 mil consumidores, o que é motivo de orgulho para nós.

Estamos conscientes da importância de melhorarmos a nossa eficiência operacional, principalmente no atual cenário econômico, e temos a meta desafiadora e prioritária de ajustar nossos custos aos limites estabelecidos na regulação do setor, mas sem prejudicar a qualidade da prestação dos serviços aos clientes da Cemig.

Em momentos de incerteza, a questão da sustentabilidade ganha ainda mais destaque. Reafirmamos o nosso compromisso com os princípios de sustentabilidade e responsabilidade social, reafirmado na presença da Cemig no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999, e também presença constante em vários indicadores de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento externo de nossas ações nesse sentido.

No próximo ano, sabemos que os desafios continuarão presentes. Apesar de podermos prever um cenário de baixa demanda de energia elétrica, com redução nos preços de venda da energia, estamos preparados para lidar com esse momento de incerteza e instabilidade, com a convicção de que nossas ações garantirão a sustentabilidade das nossas operações e o retorno adequado do investimento e confiança depositado pelos acionistas da Companhia.

Temos confiança no futuro, e contamos com o apoio dos nossos colaboradores e demais partes interessadas para que a Cemig continue a ser reconhecida como a melhor energia do Brasil.

BREVE HISTÓRICO DA COMPANHIA

A Cemig é uma empresa mista de capital aberto, controlada pelo Governo de Minas Gerais e suas ações são negociadas nas bolsas de São Paulo, Nova Iorque e Madri (Latibex) e seu valor de mercado no final de 2015 era de aproximadamente R\$7,8 bilhões. Pelo 16º ano consecutivo, a Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig integra a carteira do Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI World) no período 2015/2016 e se consolida como uma das empresas mais sustentáveis do mundo, mantendo-se como a única Companhia do setor elétrico da América Latina a fazer parte do *DJSI World* desde a sua criação, em 1999. Nesses 16 anos de participação, a Cemig conquistou reconhecimentos importantes, como a liderança mundial do setor elétrico.

Além disso, a Cemig também foi selecionada para compor a carteira *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index* que compreende líderes de sustentabilidade de mercados emergentes identificados pela RobecoSAM. Tal seleção destina-se a representar 10% das maiores 800 empresas em 20 mercados emergentes com base em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo.

O Grupo Cemig é constituído por 218 sociedades, 18 consórcios e 2 Fundos de Investimento em Participações e é controlado por uma holding, com ativos e negócios em 23 estados brasileiros, no distrito federal e também no Chile. A Cemig atua também na área de transmissão de dados, por meio da Cemig Telecom, e no provimento de soluções energéticas, por meio da Efficientia.

Nossa missão, visão e valores

Missão: Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão: Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

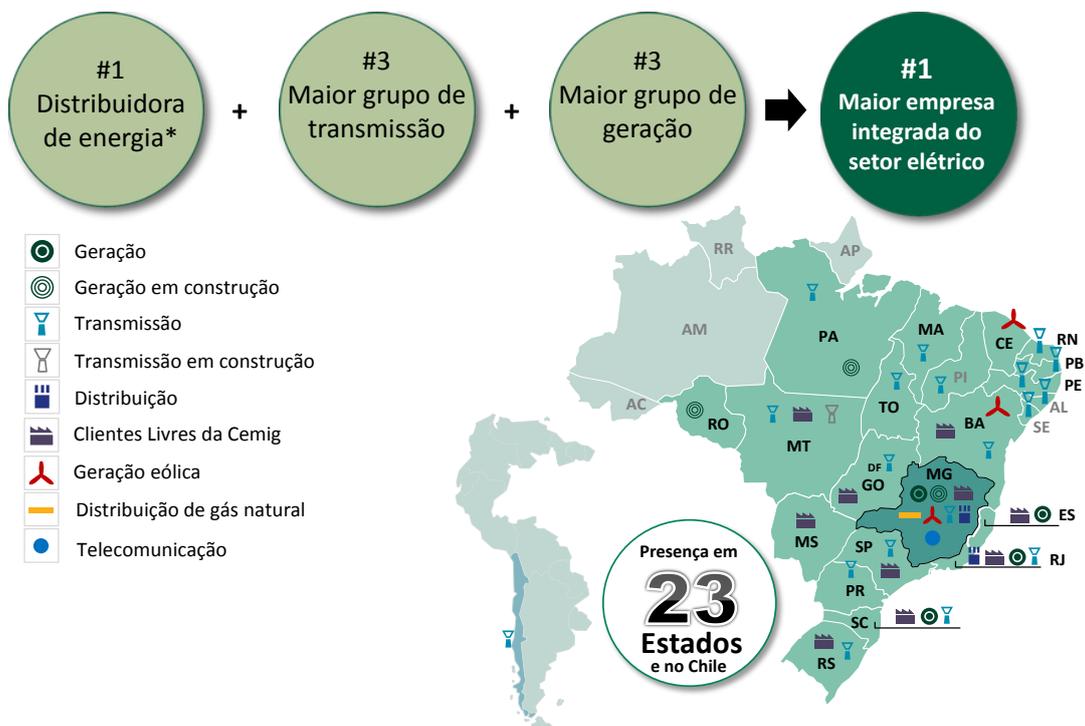
Valores: Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

Princípios Éticos E Código de Conduta Profissional

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig adota, desde 2004, a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site <http://www.cemig.com.br>, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

Área de Atuação

Conforme pode ser observado no mapa a seguir, a Cemig atua em várias regiões do País, com uma maior concentração na Região Sudeste. Observa-se também sua atuação fora do País com a LT Charrúa – Nueva Temuco, no Chile, que começou a operar no ano de 2010.



* Em números de consumidores e extensão de linhas de distribuição

Marca e Reputação da Cemig

A Cemig avalia o valor de sua marca e a sua reputação desde 2007. Desde o ano passado, a avaliação passou a ser bienal, portanto, nossa próxima avaliação se dará em 2016. O objetivo é ter uma marca cada vez mais forte e uma reputação cada vez mais positiva.

A marca CEMIG

A pesquisa de valor de marca é realizada por consultoria externa e em 2014, último ano em que ocorreu a pesquisa, o valor da marca Cemig era estimado em R\$1.522 milhões, o que demonstra a força da marca, resultado do relacionamento da Empresa com seus clientes e investidores.

A Reputação Cemig

O Reputation Institute, empresa contratada pela Cemig, utiliza a metodologia RepTrak™ Deep Dive para avaliar o grau de estima, admiração, confiança e empatia do público de relacionamento da Empresa formando o índice geral de reputação *Pulse*. A avaliação também é bienal e em 2014 o índice foi de 62,7, um aumento em relação ao índice de 61,9 obtido no ano anterior.

Desde 2011, a Cemig conta com o Comitê de Gestão da Marca e Reputação, formado por representantes de todas as Diretorias da Empresa. O objetivo é analisar as ações a serem implementadas para aprimorar o desempenho da Empresa, fortalecer a marca e tornar ainda mais positiva a reputação da Cemig.

NOSSOS NEGÓCIOS

Geração

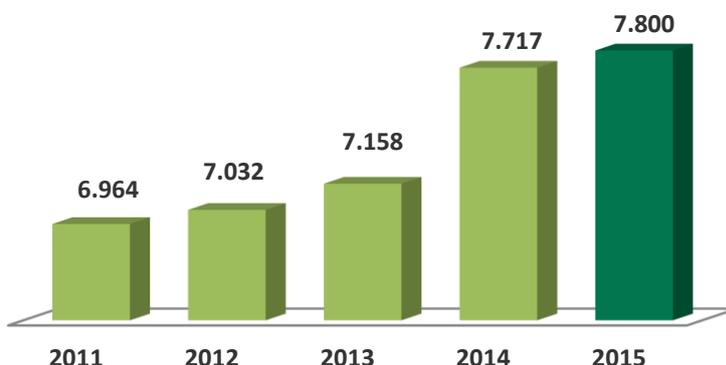
Considerando suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, a Cemig possui em operação 109 usinas, com capacidade instalada de 7.800 MW, conforme segue:

Usinas da Cemig

Usinas	Capacidade Instalada(MW)	Produção Efetiva (MW médio)
São Simão	1.710	1.281
Emborcação	1.192	497
Nova Ponte	510	276
Jaguara	424	336
Miranda	408	202
Três Marias	396	239
Volta Grande	380	229
Irapé	399	211
Aimorés	149	84
Santo Antônio	404	392
Outras	1.165	675
Geração Light	282	210
Eólicas	237	90
Termelétricas	144	83
Total	7.800	4.805

Em linha com a estratégia de crescimento da Companhia, sua capacidade instalada apresenta crescimento constante nos últimos 5 anos.

Capacidade Instalada (MW)



A Cemig possui projetos de geração em andamento, dentre os quais destacamos:

Usinas	Capacidade Instalada (MW)	Participação Cemig	Em operação com capacidade total
Santo Antônio	3.150	17,76%	2016
Belo Monte	11.233	11,69%	2018

Transmissão

Em 2015, a controlada Cemig GT opera e mantém 36 subestações e 4.927 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Na controlada Cemig GT, em 2015, entraram em operação comercial importantes obras para o Sistema Interligado Nacional que acrescentaram na Receita Anual Permitida da Companhia o montante aproximado de R\$23 milhões.

A disponibilidade das linhas de transmissão da Cemig GT continua elevada, conforme gráfico abaixo:



Distribuição

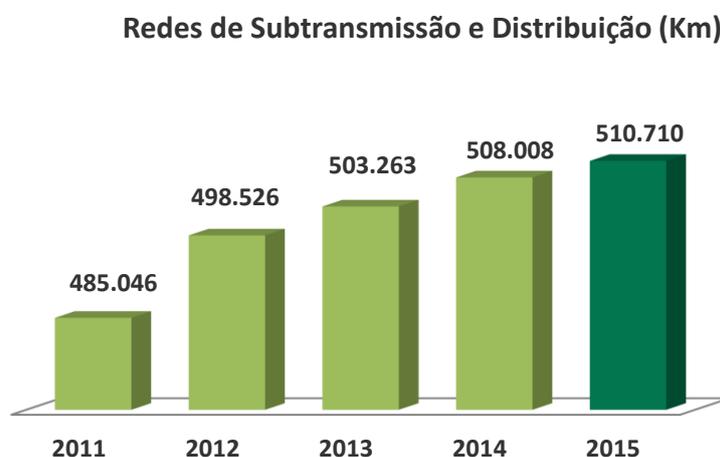
Somos o maior grupo de distribuição de energia do País, com papel de destaque em Minas Gerais e Rio de Janeiro através da Cemig Distribuição S.A (Cemig D) e na controlada em conjunto Light S.A. (Light), atendendo a mais de 11 milhões de consumidores.

Cemig Distribuição

A Cemig D é a maior empresa distribuidora da América Latina, com 494.550 km de redes de distribuição (101.454 km em área urbana e 393.096 km de redes rurais) e 16.160 km de linhas de distribuição, com 8.078 milhões de consumidores faturados em 2015.

A Cemig D possui um dos maiores índices de atendimento a consumidores beneficiados com a Tarifa Social do Brasil. Do total de consumidores faturados na classe residencial em novembro de 2015 (6.532.169 consumidores) 11,2% são consumidores de baixa renda (733.017 consumidores).

No gráfico abaixo, podemos observar o crescimento das linhas de subtransmissão e de distribuição da Cemig D nos últimos 5 anos.



Comercialização de Energia Elétrica

As empresas do grupo Cemig são as líderes no atendimento ao mercado livre. Expandimos nossa área de atuação para outros estados, consolidando a nossa posição com a agregação de novos clientes nos estados em que já atuamos, com destaque para Minas Gerais, São Paulo e Bahia.

No atendimento final aos grandes clientes livres, a liderança da Cemig é decorrente de um volume de vendas equivalente ao dobro do volume vendido pelo concorrente mais próximo.

No atendimento aos clientes especiais, a posição da Cemig vem sendo ampliada a cada ano, destacando-se o grande crescimento entre 2008 e 2015.

Evolução do mercado de clientes especiais na CCEE e na Cemig (MWmédios)



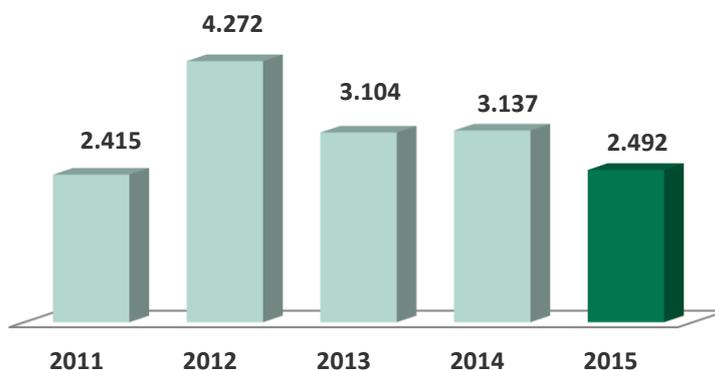
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Desempenho de nossos negócios no exercício de 2015.

Resultado do Exercício

A Cemig apresentou, no exercício de 2015, um lucro líquido de R\$2.492 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$3.137 milhões no exercício de 2014, representando uma redução de 20,56%.

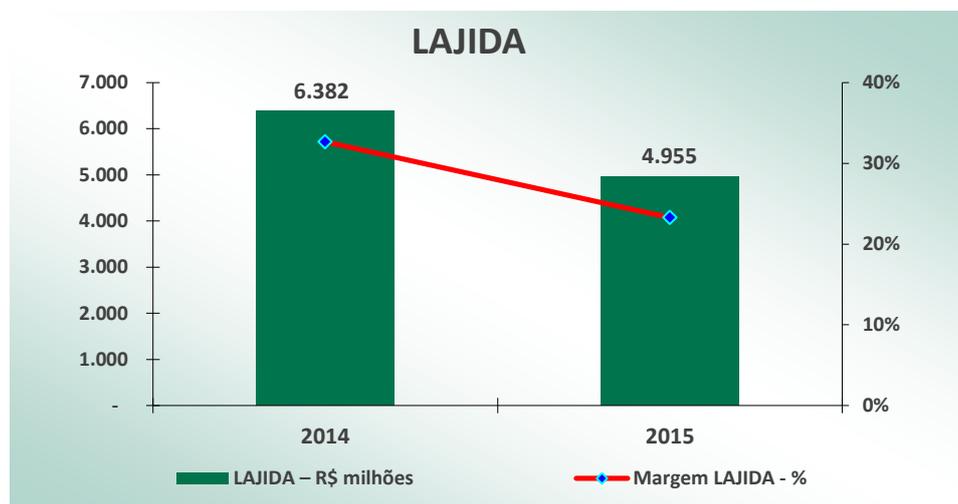
Lucro Líquido



Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (LAJIDA)

O LAJIDA da Cemig em 2015 apresentou uma redução de 22,36% na comparação com 2014.

LAJIDA - R\$ mil	2015	2014	Var %
Resultado do Exercício	2.492	3.137	(20,56)
+ Despesa de IR e Contribuição Social	893	1.343	(33,51)
+ Resultado Financeiro	735	1.101	(33,24)
+ Depreciação e Amortização	835	801	4,24
= LAJIDA	4.955	6.382	(22,36)



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga LAJIDA porque a utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

A Companhia apresentou uma redução de 22,36% no LAJIDA. Esse resultado decorreu, principalmente, do aumento de 28,08% em 2015 nos custos e despesas operacionais (sem o efeito das despesas de depreciação e amortização), destacando-se as provisões constituídas de R\$1.401 milhões em 2015, conforme maiores detalhes a seguir, e o maior custo com compra de energia.

Em linha com a variação do LAJIDA, a margem do LAJIDA da Companhia apresentou uma redução de 28,75%, passando de 32,66% em 2014 para 23,27% em 2015.

As principais variações no resultado estão descritas a seguir:

Receita operacional

A composição das receitas operacionais é como segue:

R\$ milhões	2015	2014	Varição %
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	22.526	17.232	30,72
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD	1.465	855	71,35
CVA e Outros Componentes Financeiros	1.704	1.107	53,93
Receita de Transmissão			
Receita de Concessão de Transmissão	261	557	(53,14)
Receita de Construção de Transmissão	146	80	82,50
Receita de Indenização de Transmissão	101	420	(75,95)
Receita de Construção de Distribuição	1.106	862	28,31
Transações com energia na CCEE	2.425	2.348	3,28
Fornecimento de Gás	1.667	422	295,02
Outras Receitas Operacionais	1.440	1.283	12,24
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita	(11.549)	(5.626)	105,28
Receita Operacional Líquida	21.292	19.540	8,97

Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A receita com Fornecimento Bruto de Energia Elétrica foi de R\$22.526 milhões em 2015 em comparação a R\$17.232 milhões em 2014, o que representa um aumento de 30,72%.

Consumidores Finais

A receita com Energia Vendida a Consumidores Finais, excluindo consumo próprio, foi de R\$20.319 milhões em 2015 comparada a R\$14.922 milhões em 2014, um aumento de 36,17%.

Os principais itens que afetaram esta receita são como segue:

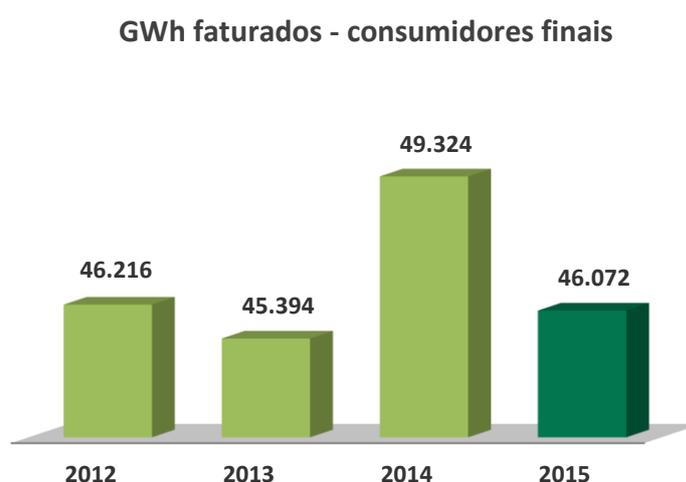
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 14,76%, aplicável a partir de 8 de abril de 2014 (efeito integral em 2015);

- reajuste Tarifário Extraordinário da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 28,76%, aplicável a partir de 02 de março de 2015;
- reajuste tarifário anual da Cemig Distribuição, com impacto médio nas tarifas dos consumidores de 7,07%, aplicável a partir de 8 de abril de 2015;
- instituição em 2015 do mecanismo de bandeiras tarifárias com os seguintes valores para cada 100 kWh consumidos: (i) a partir de janeiro de 2015, R\$1,50 para a Bandeira Amarela e R\$3,00 para a Bandeira Vermelha; (ii) a partir de março de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$5,50 para a Bandeira Vermelha; e (iii) a partir de setembro de 2015, R\$2,50 para a Bandeira Amarela e R\$4,50 para a Bandeira Vermelha. A bandeira vermelha vigorou de janeiro a dezembro de 2015;
- redução de 10,35% no volume de energia vendida.

Evolução do Mercado

O mercado da Cemig consiste na venda de energia para (i) consumidores cativos, na área de concessão no estado de Minas Gerais; (ii) clientes livres no estado de Minas Gerais e em outros estados do Brasil, no Ambiente de Contratação Livre (ACL); (iii) outros agentes do setor elétrico (comercializadores, geradores e produtores independentes de energia), no ACL; (iv) distribuidoras no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e (v) a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), eliminando-se as transações existentes entre as empresas do grupo Cemig.

As variações nos 4 últimos anos no fornecimento de energia elétrica podem ser observadas no gráfico a seguir:



O mercado da Cemig encontra-se detalhado na tabela apresentada a seguir, com a discriminação do fornecimento de energia no ano de 2015, comparativamente a 2014:

	MWh (1)		
	2015	2014	Var %
Residencial	9.829.992	10.013.757	(1,84)
Industrial	22.968.931	26.025.584	(11,74)
Comércio, Serviços e Outros	6.433.728	6.395.473	0,60
Rural	3.379.734	3.390.096	(0,31)
Poder Público	892.368	891.454	0,10
Iluminação Pública	1.325.525	1.298.047	2,12
Serviço Público	1.204.461	1.272.365	(5,34)
Subtotal	46.034.739	49.286.776	(6,60)
Consumo Próprio	37.661	37.590	0,19
	46.072.400	49.324.366	(6,59)
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	10.831.194	14.146.109	(23,43)
Total	56.903.594	63.470.475	(10,35)

(1) Informações sobre MWh não foram revisadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

O desempenho das principais classes de consumo de energia elétrica está descrito a seguir:

Residencial: O consumo residencial apresentou redução de 1,84% em relação a 2014. A redução de consumo de energia desta classe está associada aos aumentos significativos da tarifa de energia elétrica em 2015, o que provocou restrição no consumo, associado a aplicação da bandeira tarifária no ano de 2015. Em 2015 ocorreu uma redução de 3,6% no consumo médio mensal por consumidor, que foi de 126,5 kWh/mês em 2015 comparado a 131,2 kWh/mês em 2014, situação não observada desde 2008.

Industrial: A energia consumida pelos clientes cativos e livres apresentou uma redução de 11,74% em relação a 2014, decorrente, principalmente, do término de contratos de clientes no final do ano de 2014 e não renovados com a Cemig GT, e redução dos níveis de atividade econômica em 2015, com impactos diretos no consumo de energia por esse segmento.

Comercial, Serviços e Outros: A energia consumida pelos clientes cativos e livres, na área de concessão em Minas Gerais e fora do Estado, aumentou 0,60%, decorrente, basicamente, do crescimento do volume de energia faturada pela Cemig GT e suas subsidiárias Integrais aos clientes livres, compensado pela redução no volume faturado aos consumidores cativos da Cemig D.

Rural: O consumo dessa classe reduziu 0,31%, em decorrência, basicamente, do menor uso dos sistemas de irrigação e à elevação do preço da energia no ano de 2015, impactando o custo de produção.

Demais classes: As demais classes (Poder Público, Iluminação Pública, Serviço Público e Consumo Próprio), reduziram 1,13% no ano de 2015.

Receita com suprimento a Outras Concessionárias

A receita com energia vendida a outras concessionárias foi de R\$2.208 milhões em 2015 comparada a R\$2.310 milhões em 2014, o que representou uma redução de 4,42%. Esta variação é decorrente da redução de 23,43% na quantidade de energia vendida a outras concessionárias, que foi de 10.831.194 MWh em 2015, comparada a 14.146.109 MWh em 2014.

Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição (TUSD)

Refere-se à Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), advinda dos encargos cobrados dos consumidores livres sobre a energia vendida. Em 2015, a receita foi de R\$1.465 milhões comparada a R\$855 milhões em 2014, um aumento de 71,35%.

Esta variação decorre, basicamente, do impacto tarifário nos consumidores livres a partir de 08 de abril de 2014 com aumento de 8,79% (efeito integral em 2015) e novo impacto percebido nos reajustes de 2015 com aumento de 96,21%. Os reajustes de 2015 devem-se, principalmente, ao repasse do aumento da cota de CDE - Conta de Desenvolvimento Energético (vide Nota Explicativa nº 24). O aumento na tarifa foi parcialmente compensado pela redução dos níveis de atividades do setor industrial no período, com uma redução de 11,74% na quantidade de energia distribuída.

CVA e Outros Componentes Financeiros

A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras a diferença entre os custos não gerenciáveis efetivos, onde se destacam a CDE e energia comprada, e os custos que foram utilizados como base para a definição das tarifas. Este saldo representa os valores que deverão ser repassados nos próximos reajustes tarifários da Cemig Distribuição, o que representou uma receita operacional de R\$1.704 milhões em 2015 (R\$1.107 milhões em 2014).

Vide maiores informações na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.

Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$2.425 milhões em 2015 comparada a R\$2.348 milhões em 2014, um aumento de 3,28% decorrente do aumento da quantidade de energia comercializada (7.157.641 MWh em 2015 e 3.354.224 MWh em 2014) compensado pela redução de 58,31% verificada no valor médio do Preço de Liquidação de Diferenças – PLD no mercado atacadista (R\$287,20/MWh em 2015 e R\$688,89/MWh em 2014).

Receita de Fornecimento de Gás

A Companhia registrou uma receita de fornecimento de gás no montante de R\$1.667 milhões em 2015 comparada a R\$422 milhões em 2014, um aumento de 295,02%. Esta variação decorre, basicamente, do fato da GASMIG ter sido consolidada a partir de outubro de 2014, portanto, a receita de 2014 é correspondente somente a três meses.

Receita de Construção

As receitas de construção e infraestrutura (de transmissão e distribuição) foram de R\$1.252 milhões em 2015 comparadas a R\$942 milhões em 2014, apresentando aumento de 32,91%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

Os impostos incidentes sobre a receita operacional foram de R\$11.549 milhões em 2015 comparados a R\$5.626 milhões em 2014, representando um aumento de 105,30%. Este resultado decorre, principalmente, do aumento nos custos com CDE, explicado em maiores detalhes a seguir, e também da variação na receita bruta, considerando que para a maior parte dos tributos o cálculo é feito com base em percentual do faturamento.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) tem os seus pagamentos definidos por meio de Resolução da ANEEL e tem como finalidade cobrir os custos com indenizações de concessão, subsídios tarifários, subvenção da redução tarifária equilibrada, baixa renda e carvão mineral e Conta de Consumo de Combustíveis.

Os encargos referentes à CDE foram de R\$2.870 milhões em 2015 comparados a R\$211 milhões em 2014. Essa variação decorre do novo orçamento para a CDE em 2015, em que a ANEEL elevou o montante anual a ser pago pela Cemig D, sendo repassado às tarifas no componente de encargos setoriais.

Esse é um custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para a definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Encargos do Consumidor Bandeiras Tarifárias

Em 2015, com a instituição do mecanismo de bandeiras tarifárias, a Companhia apresentou encargos do consumidor relacionados às Bandeiras Tarifárias incidentes sobre a receita no montante de R\$1.067 milhões.

Custos e Despesas Operacionais (excluindo Resultado Financeiro)

Os Custos e Despesas Operacionais, excluindo Resultado Financeiro, representaram em 2015 o montante de R\$18.318 milhões comparados a R\$14.451 milhões em 2014, um aumento de 26,76%. Mais informações sobre a composição dos Custos e Despesas Operacionais estão disponíveis na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nas Despesas estão descritas a seguir:

Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com Energia Elétrica Comprada para Revenda foi de R\$9.542 milhões em 2015 comparada a R\$7.428 milhões em 2014, representando um aumento de 28,46%. Os principais impactos decorrem dos seguintes fatores:

- aumento de 22,70% na despesa com energia adquirida em leilão, que foi de R\$3.978 milhões em 2015, comparados a R\$3.242 milhões em 2014, decorrente, principalmente, dos contratos por disponibilidade, em virtude dos gastos com combustível para geração de energia elétrica pelas usinas termelétricas;
- aumento de 108,92% na despesa com energia proveniente de Itaipu Binacional, indexada ao Dólar, que foi de R\$1.734 milhões em 2015, comparados a R\$830 em 2014. Essa variação decorre do aumento da tarifa, que era de U\$26,05/kW/mês em 2014 e passou para U\$38,07/kW/mês, a partir de janeiro de 2015 e, adicionalmente, da valorização do Dólar norte-americano frente ao Real em 2015, comparado a 2014. O Dólar médio relativo às faturas em 2015 foi de R\$3,38, em comparação a R\$2,35 em 2014, o que representou uma variação de 43,83%;
- aumento de 56,75% da despesa com energia adquirida no ambiente livre que foi de R\$2.762 milhões em 2015 comparado a R\$1.762 milhões em 2014. Esta variação é decorrente, basicamente, do aumento de 48,10% no volume de compra realizado pela Cemig GT (15.273.685 MWh em 2015 em comparação a 10.313.226 MWh em 2014), em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas;
- redução de 25,97% da compra de energia de curto prazo, em função basicamente da redução dos preços da energia no mercado atacadista (R\$935 milhões em 2015 e R\$1.263 milhões em 2014).

Encargos de Uso da Rede de Transmissão

Os Encargos de Uso da Rede de Transmissão totalizaram R\$999 milhões em 2015, comparados a R\$744 milhões em 2014, representando um aumento de 34,27%.

Esta despesa refere-se aos encargos devidos, pelos agentes de Distribuição e Geração de energia elétrica, em face da utilização das Instalações, componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos por meio de Resolução pela ANEEL.

Este é um Custo não controlável, sendo que a diferença entre os valores utilizados como referência para definição das tarifas e os custos efetivamente realizados é compensada no reajuste tarifário subsequente.

Provisões Operacionais

As Provisões Operacionais foram de R\$1.401 milhões em 2015, comparadas a R\$581 milhões em 2014, um aumento de 141,14%. Esta variação decorre, principalmente, da constituição de provisão nas opções de investimento da Parati e SAAG, nos montantes de R\$1.079 milhões e R\$119 milhões, respectivamente. Mais detalhes sobre os critérios de constituição dessas provisões podem ser obtidos na nota explicativa nº 14 (Opções de Venda).

Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$1.435 milhões em 2015 comparada a R\$1.252 milhões em 2014, representando um aumento de 14,62%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajustes salariais de 6,34% a partir de novembro de 2014 (efeito integral em 2015), em função de Acordo Coletivo;
- reajustes salariais de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia;
- reajustes salariais de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo.

Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015 comparados a R\$282 milhões em 2014, redução de 70,21%. Este resultado decorre, principalmente, da menor aquisição de óleo combustível em 2015 para utilização nas operações da Usina Termelétrica de Igarapé, tendo em vista a interrupção das atividades da usina nesse ano para manutenção e instalação de novos equipamentos.

Custo de Construção

Os Custos de Construção de Infraestrutura foram de R\$1.252 milhões no exercício de 2015 comparados a R\$942 milhões do mesmo período de 2014, um aumento de 32,91%. Este custo é integralmente compensado pela Receita de Construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia no período em ativos da concessão.

Gás Comprado para Revenda

No exercício de 2015 a Companhia registrou uma despesa com aquisição de gás no montante de R\$1.051 milhões comparada a uma despesa de R\$254 milhões em 2014, representando um aumento de 313,78%. Esta variação decorre, basicamente, do fato da GASMIG ter sido consolidada a partir de outubro de 2014, portanto o custo com compra de gás em 2014 é correspondente somente a três meses.

Resultado de valor justo em operação societária

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito em mais detalhes na nota explicativa nº 14.

Resultado de Equivalência Patrimonial

No exercício de 2015 a Companhia apurou um ganho líquido com equivalência patrimonial no montante de R\$416 milhões comparados a um ganho líquido de R\$210 milhões em 2014. Esta variação decorre, principalmente, do menor prejuízo, em 2015, da controlada em conjunto Madeira Energia S.A.. No exercício de 2015 a Madeira Energia apurou um prejuízo de R\$2 milhões comparado a um prejuízo de R\$388 milhões em 2014.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado em 2015 foi uma Despesa Financeira Líquida de R\$735 milhões comparada a uma Despesa Financeira Líquida de R\$1.101 milhões em 2014. Os principais fatores que impactaram o Resultado Financeiro estão relacionados a seguir:

- reconhecimento, a partir de 2015, da variação monetária relativa aos saldos de CVA e outros componentes financeiros, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$68 milhões no exercício de 2015;
- aumento da receita com Atualização do Ativo Financeiro – Base de Remuneração de Ativos, sendo R\$606 milhões em 2015, em comparação a R\$58 milhões em 2014 em função dos seguintes fatores:

- alteração do indexador de atualização. Em novembro de 2015, a ANEEL determinou a alteração do indexador da BRR que passou de IGP-M para IPCA. Essa alteração gerou uma atualização retroativa a janeiro de 2013. O impacto dessa alteração na receita financeira registrada em dezembro de 2015 foi de R\$143 milhões.
- maior variação do atual indexador da BRR, o IPCA, que variou 10,67% em 2015, em comparação a uma variação do IGP-M de 3,69% em 2014.
- em junho de 2014, foi registrada uma reversão da atualização financeira da BRR no montante de R\$110 milhões em função da homologação definitiva da BRR da Cemig Distribuição;
- reconhecimento da variação monetária de depósitos vinculados a litígios, que representou um acréscimo na receita financeira de R\$212 milhões em 2015;
- aumento nas despesas de variações cambiais de empréstimos e Financiamentos e Itaipu Binacional, que foi de R\$172 milhões em 2015 comparados ao montante de R\$26 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, dos impactos verificados na Cemig D em função da maior variação do Dólar em 2015 (47,01% no exercício de 2015 em comparação a 13,39% em 2014);
- aumento de 48,87% nos encargos de Empréstimos e Financiamentos, sendo R\$1.386 milhões em 2015 comparados a R\$931 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, do aumento da dívida indexada ao CDI, e da maior variação do CDI que foi de 13,23% no exercício de 2015 em comparação a 10,81% em 2014;
- aumento de 42,80% nas despesas de variações monetárias com Empréstimos e Financiamentos, no montante de R\$387 milhões em 2015, comparados a R\$271 milhões em 2014. Este resultado decorre, substancialmente, da maior variação do IPCA no período (10,67% no exercício de 2015 em comparação a 6,41% em 2014);
- redução de 15,77% na receita de aplicações financeiras: R\$251 milhões em 2015 comparados a R\$298 milhões em 2014, em função de menor volume de recursos aplicados em 2015.

Vide a composição das Receitas e Despesas Financeiras na Nota Explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$893 milhões em relação ao Resultado de R\$3.384 milhões antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 26,39%. A Companhia apurou em 2014 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$1.343 milhões em relação ao Resultado de R\$4.479 milhões, antes dos efeitos fiscais, representando uma alíquota efetiva de 29,98%. Estas alíquotas efetivas de impostos estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 10 das Demonstrações Financeiras.



A Melhor Energia do Brasil.

Demonstração Segregada por Empresa

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015																	
DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	ALIANÇA GERAÇÃO	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	16.342.013	15.369.754	16.191.234	2.054.460	317.346	152.827	129.487	264.987	(9.942.144)	40.879.964	4.728.754	5.052.431	2.496.533	1.044.606	4.575.766	(7.871.106)	50.906.948
Caixa e Equivalentes de Caixa	256.484	283.703	318.834	33.746	5.015	1.254	1.082	24.514	-	924.632	130.575	196.844	29.996	31.394	126.019	-	1.439.460
Contas a Receber	-	1.008.021	2.785.980	88.774	16.172	5.774	3.617	5.568	(15.738)	3.898.168	100.346	787.420	30.093	70.590	52.748	(14.715)	4.924.650
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financ.	129.665	1.916.804	288.759	71.381	17.655	6.126	4.902	75.020	-	2.510.312	1.588	-	-	-	54.446	-	2.566.346
Tributos	995.131	142.328	1.227.384	59.741	17.255	136	449	685	-	2.443.109	309.497	410.182	67.323	2.568	13.523	-	3.246.202
Outros Ativos	1.532.377	853.410	1.671.470	471.741	4.957	4.905	1.277	30.770	(983.817)	3.587.090	154.536	842.237	151.648	27.017	383.640	(204.864)	4.941.304
Invest./Imob./Intang./Fin. de Concessão	13.428.356	11.165.488	9.898.807	1.329.077	256.292	134.632	118.160	128.430	(8.942.589)	27.516.653	4.032.212	2.815.748	2.217.473	913.037	3.945.390	(7.651.527)	33.788.986
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.342.013	15.369.754	16.191.234	2.054.460	317.346	152.827	129.487	264.987	(9.942.144)	40.879.964	4.728.754	5.052.431	2.496.533	1.044.606	4.575.766	(7.871.106)	50.906.948
Fornecedores e suprimentos	8.765	331.823	1.307.893	244.551	11.405	7.670	4.210	5.318	(20.482)	1.901.153	22.102	472.122	144.636	16.528	171.518	(106.904)	2.621.155
Empréstimo, Financ. e Debêntures	-	7.739.072	7.020.042	368.398	39.023	-	-	2	-	15.166.537	1.860.409	2.468.539	1.451.202	-	1.215.707	-	22.162.394
Juros sobre capital próprio e Dividendos	1.318.022	728.832	185.105	45.667	-	2.464	-	90	(961.927)	1.318.253	5.012	43.966	-	-	21.779	(70.757)	1.318.253
Obrigações Pós-Emprego	303.191	721.470	2.228.710	-	-	-	-	-	-	3.253.371	-	10.436	-	-	-	-	3.263.807
Tributos	53.123	759.122	1.742.350	306.265	10.381	38.975	2.782	10.115	-	2.923.113	837.599	486.479	37.982	17.414	73.965	-	4.376.552
Outros Passivos	1.663.777	394.928	1.011.285	167.028	87.531	792	674	9.580	(17.171)	3.318.424	107.285	374.205	137.604	140.148	79.535	8.473	4.165.674
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.995.135	4.694.507	2.695.848	922.551	169.006	102.926	121.821	239.883	(8.942.564)	12.999.113	1.896.347	1.196.684	725.109	870.516	3.013.262	(7.701.918)	12.999.113
Atribuído a Part. dos acionistas controladores	12.995.135	4.694.507	2.695.848	918.573	169.006	102.926	121.821	239.883	(8.942.564)	12.995.135	1.896.347	1.196.684	725.109	870.516	3.013.262	(7.701.918)	12.995.135
Participação de acionista não controlador	-	-	-	3.978	-	-	-	-	-	3.978	-	-	-	-	-	-	3.978
RESULTADO																	
Receita Operacional Líquida	292	7.377.198	12.386.671	1.394.725	122.569	58.197	51.800	169.056	(268.297)	21.292.211	855.669	3.459.848	254.173	408.846	697.693	(231.129)	26.737.311
Custos e Despesas Operacionais	(1.157.525)	(4.133.629)	(11.779.022)	(1.235.867)	(111.828)	(41.877)	(28.121)	(59.477)	229.356	(18.317.990)	(121.383)	(3.209.417)	(216.366)	(257.816)	(511.512)	1.118	(22.633.366)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(2.601.484)	(6.992.822)	-	-	(30.970)	(13.551)	(23.395)	120.282	(9.541.940)	-	(2.326.933)	(50.617)	(158.895)	(53.562)	148.842	(11.983.105)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(293.484)	(813.313)	-	-	-	(3.065)	(1.179)	112.285	(998.756)	-	-	(53.100)	(15.388)	(271.035)	59.542	(1.278.737)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(1.050.925)	-	-	-	-	-	(1.050.925)	-	-	-	-	-	-	(1.050.925)
Custo de construção	-	(146.030)	(1.043.806)	(62.000)	-	-	-	-	-	(1.251.836)	(17.060)	(304.413)	-	-	(3.817)	-	(1.577.126)
Pessoal	(31.895)	(334.845)	(999.655)	(43.092)	(15.431)	(1.362)	(1.221)	(7.500)	-	(1.435.001)	(44.205)	(110.654)	(7.564)	(10.064)	(35.057)	-	(1.642.545)
Participações dos Empregados no Resultado	(4.816)	(35.383)	(94.815)	-	(2.062)	(139)	(149)	-	-	(137.364)	(5.888)	-	-	(1.467)	(97)	-	(144.816)
Obrigações Pós-Emprego	(3.867)	(30.939)	(121.203)	-	-	-	-	-	-	(156.009)	-	-	-	-	-	-	(156.009)
Materiais	(262)	(99.312)	(50.651)	(1.830)	(129)	(368)	(404)	(314)	25	(153.245)	(20.764)	(5.904)	(1.631)	(863)	(2.961)	-	(185.368)
Serviços de Terceiros	(10.991)	(159.432)	(697.484)	(15.035)	(25.491)	(3.239)	(5.112)	(13.673)	30.987	(899.470)	(22.309)	(155.676)	(10.546)	(22.133)	(56.794)	4.076	(1.162.852)
Depreciação e Amortização	(1.601)	(252.897)	(443.766)	(54.177)	(48.968)	(5.526)	(4.391)	(10.243)	(13.261)	(834.830)	(1.296)	(149.282)	(48.076)	(51.255)	(75.112)	(195.164)	(1.355.015)
Provisões Operacionais	(1.084.757)	(106.443)	(209.072)	-	(1.181)	-	(1)	(1)	-	(1.401.455)	484	(92.148)	(36.771)	-	(1.124)	-	(1.531.014)
Outras Despesas Líquidas	(19.336)	(73.380)	(312.434)	(8.808)	(18.566)	(273)	(227)	(3.173)	(20.962)	(457.159)	(10.345)	(64.407)	(8.061)	2.249	(11.953)	(16.178)	(565.854)
Resultado Op. antes de Equiv. Patrim. e Financ.	(1.157.233)	3.243.569	607.649	158.858	10.741	16.320	23.679	109.579	(38.941)	2.974.221	734.286	250.431	37.807	151.030	186.181	(230.011)	4.103.945
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.296.744	38.125	-	-	(27.769)	-	-	1.343	(2.892.578)	415.865	6.884	(39.698)	(79.312)	(455)	(16.471)	(348.258)	(61.445)
Resultado com Reorganização Societária	-	729.442	-	-	-	-	-	-	-	729.442	-	-	-	-	16.375	-	745.817
Receita Financeira	65.180	204.741	1.148.437	23.082	4.054	2.966	4.545	16.272	-	1.469.277	333.487	446.993	94.983	13.711	26.705	-	2.385.156
Despesa Financeira	(36.024)	(990.235)	(1.129.969)	(41.531)	(5.794)	(172)	(85)	(534)	-	(2.204.344)	(577.332)	(612.626)	(113.173)	(21.877)	(107.287)	-	(3.636.639)
Resultado antes do IR e CSLL	2.168.667	3.225.642	626.117	140.409	(18.768)	19.114	28.139	126.660	(2.931.519)	3.384.461	497.325	45.100	(59.695)	142.409	105.503	(578.269)	3.536.834
Imposto de Renda e Contribuição Social	322.708	(887.979)	(255.908)	(23.339)	(16.096)	(5.392)	(3.431)	(23.146)	-	(892.583)	(104.542)	(29.214)	61.498	(13.788)	(66.327)	-	(1.044.956)
Resultado do Período	2.491.375	2.337.663	370.209	117.070	(34.864)	13.722	24.708	103.514	(2.931.519)	2.491.878	392.783	15.886	1.803	128.621	39.176	(578.269)	2.491.878
Participação dos acionistas controladores	2.491.375	2.337.663	370.209	116.567	(34.864)	13.722	24.708	103.514	(2.931.519)	2.491.375	392.783	15.886	1.803	128.621	39.176	(578.269)	2.491.375
Participação de acionista não controlador	-	-	-	503	-	-	-	-	-	503	-	-	-	-	-	-	503
2.491.375	2.337.663	370.209	117.070	(34.864)	13.722	24.708	103.514	(2.931.519)	2.491.878	392.783	15.886	1.803	128.621	39.176	(578.269)	2.491.878	

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR EMPRESA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DESCRIÇÃO	HOLDING	CEMIG GT	CEMIG D	GASMIG	CEMIG TELECOM	SÁ CARVALHO	ROSAL	OUTRAS CONTROLADAS	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	TOTAL CONTROLADAS	TAESA	LIGHT	MADEIRA	OUTRAS CONTROLADAS EM CONJUNTO	ELIMINAÇÕES / TRANSFERÊNCIAS	CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO
ATIVO	13.691.857	12.378.037	13.864.840	2.048.120	327.328	171.905	149.242	454.145	(8.085.471)	35.000.003	4.629.931	4.548.169	2.281.720	4.278.711	(6.296.276)	44.442.258
Caixa e Equivalentes de Caixa	113.336	290.549	313.799	123.576	4.711	6.935	5.918	28.319	-	887.143	142.585	164.336	24.113	287.841	-	1.506.018
Contas a Receber	-	687.226	1.799.801	110.387	-	5.517	4.459	14.399	(23.468)	2.598.321	111.366	517.281	28.093	68.617	(8.547)	3.315.131
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	47.275	611.037	102.545	109.155	8.706	16.022	15.615	100.917	-	1.011.272	(32.151)	-	-	66.740	-	1.045.861
Tributos	580.896	210.431	1.469.488	58.616	25.783	610	105	2.012	-	2.347.941	297.417	340.096	14.658	30.854	-	3.030.966
Outros Ativos	809.915	366.741	1.644.619	315.989	25.355	3.914	515	35.233	(333.005)	2.869.276	81.481	534.463	115.054	122.279	(69.573)	3.652.980
Invest./Imob./Intang./Financeiro de Concessão	12.140.435	10.212.053	8.534.588	1.330.397	262.773	138.907	122.630	273.265	(7.728.998)	25.286.050	4.029.233	2.991.993	2.099.802	3.702.380	(6.218.156)	31.891.302
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13.691.857	12.378.037	13.864.840	2.048.120	327.328	171.905	149.242	454.145	(8.085.471)	35.000.003	4.629.931	4.548.169	2.281.720	4.278.711	(6.296.276)	44.442.258
Fornecedores e suprimentos	5.766	309.010	1.119.485	164.745	13.579	8.663	6.622	10.575	(34.729)	1.603.716	22.865	506.938	128.150	54.361	(10.991)	2.305.039
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	-	7.036.700	6.048.250	379.668	44.118	-	-	2	-	13.508.738	1.976.945	2.138.452	1.304.939	1.552.669	-	20.481.743
Juros sobre capital próprio e Dividendos	1.643.451	-	214.955	36.458	-	17.707	19.366	17.031	(305.517)	1.643.451	173	51.235	-	48.696	(100.104)	1.643.451
Obrigações Pós-Emprego	143.083	581.598	1.906.971	-	-	-	-	-	-	2.631.652	-	10.428	-	-	-	2.642.080
Tributos	57.975	570.751	1.241.630	333.601	7.664	38.269	1.644	37.870	-	2.289.404	726.332	379.288	33.972	51.831	-	3.480.827
Outros Passivos	560.671	393.368	851.322	193.840	36.527	665	647	17.252	(16.202)	2.038.090	75.790	282.670	107.804	26.181	73.631	2.604.166
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.280.911	3.486.610	2.482.227	939.808	225.440	106.601	120.963	371.415	(7.729.023)	11.284.952	1.827.826	1.179.158	706.855	2.544.973	(6.258.812)	11.284.952
Atribuído a Participação dos acionistas Controladores	11.280.911	3.486.610	2.482.227	935.767	225.440	106.601	120.963	371.415	(7.729.023)	11.280.911	1.827.826	1.179.158	706.855	2.544.973	(6.258.812)	11.280.911
Participação de acionista não controlador	-	-	-	4.041	-	-	-	-	-	4.041	-	-	-	-	-	4.041
RESULTADO																
Receita Operacional Líquida	321	7.714.717	11.241.118	340.395	118.521	57.014	45.720	318.500	(296.728)	19.539.578	834.372	2.996.529	185.636	861.343	(224.289)	24.193.169
Custos e Despesas Operacionais	(285.407)	(3.587.617)	(10.248.954)	(282.729)	(98.080)	(42.913)	(42.980)	(145.337)	283.408	(14.450.609)	(140.100)	(2.586.510)	(339.377)	(718.734)	157.610	(18.077.720)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(1.692.445)	(5.747.681)	-	-	(30.638)	(29.666)	(80.428)	152.477	(7.428.381)	-	(1.769.926)	(237.511)	(36.301)	148.035	(9.324.084)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	(273.211)	(573.270)	-	-	-	(2.826)	(6.037)	110.913	(744.431)	-	-	(35.710)	(7.510)	48.292	(739.359)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(254.488)	-	-	-	-	-	(254.488)	-	-	-	(465.399)	-	(719.887)
Custo de construção	-	(80.358)	(861.437)	-	-	-	-	-	-	(941.795)	(25.547)	(305.549)	-	(8.933)	-	(1.281.824)
Pessoal	(30.314)	(303.618)	(885.890)	(11.145)	(12.795)	(1.357)	(1.456)	(5.883)	-	(1.252.458)	(41.866)	(98.131)	(4.819)	(59.817)	-	(1.457.091)
Participações dos Empregados no Resultado	(8.893)	(54.861)	(183.803)	-	(1.488)	(192)	(132)	-	-	(249.369)	(5.246)	-	(729)	(180)	-	(255.524)
Obrigações Pós-Emprego	(11.068)	(48.156)	(152.692)	-	-	-	-	-	-	(211.916)	-	-	-	-	-	(211.916)
Materiais	(472)	(298.875)	(79.997)	(570)	(48)	(472)	(352)	(321)	-	(381.107)	(35.205)	(8.786)	(748)	(1.887)	-	(427.733)
Serviços de Terceiros	(18.814)	(171.559)	(736.595)	(2.164)	(22.768)	(2.991)	(2.498)	(25.254)	29.610	(953.033)	(19.454)	(146.204)	(6.571)	(41.983)	9.320	(1.157.925)
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	-	(122.593)	-	-	-	(1.389)	(1.025)	(2.193)	-	(127.200)	-	-	-	(3.462)	(764)	(131.426)
Depreciação e Amortização	(522)	(296.841)	(427.643)	(3.697)	(34.312)	(5.492)	(4.384)	(17.747)	(10.280)	(800.918)	(1.088)	(134.771)	(29.644)	(68.417)	(37.880)	(1.072.718)
Provisões Operacionais	(190.000)	(84.305)	(300.473)	-	(44)	-	(5)	(5.893)	-	(580.720)	707	(70.257)	-	(3.091)	-	(653.361)
Outras Despesas Líquidas	(25.324)	(160.795)	(299.473)	(10.665)	(26.625)	(382)	(636)	(1.581)	688	(524.793)	(12.401)	(52.886)	(20.183)	(24.452)	(10.157)	(644.872)
Resultado Op. antes de Equiv. Patrim. e Financeiro	(285.086)	4.127.100	992.164	57.666	20.441	14.101	2.740	173.163	(13.320)	5.088.969	694.272	410.019	(153.741)	142.609	(66.679)	6.115.449
Resultado de Equivalência Patrimonial	3.330.649	(388.498)	-	-	(27.518)	-	-	2.727	(2.706.876)	210.484	275	43.735	-	104.711	(494.065)	(134.860)
Valor Justo de Combinação de Negócios	280.945	-	-	-	-	-	-	-	-	280.945	-	-	-	-	-	280.945
Receita Financeira	37.361	145.714	358.414	21.361	4.848	3.493	1.891	19.602	-	592.684	119.443	143.894	5.675	41.634	-	903.330
Despesa Financeira	(244.918)	(680.204)	(751.218)	(6.364)	(3.345)	(353)	(78)	(7.192)	-	(1.693.672)	(323.128)	(293.257)	(65.856)	(73.316)	-	(2.449.229)
Resultado antes do IR e CSLL	3.118.951	3.204.112	599.360	72.663	(5.574)	17.241	4.553	188.300	(2.720.196)	4.479.410	490.862	304.391	(213.922)	215.638	(560.744)	4.715.635
Imposto de Renda e Contribuição Social	(18.191)	(1.056.188)	(114.264)	(4.542)	(6.605)	(5.956)	(2.133)	(51.347)	-	(1.259.226)	(34.117)	(39.089)	(5)	(32.121)	-	(1.364.558)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	35.879	(58.959)	(55.187)	(6.781)	(165)	1.054	(10)	888	-	(83.281)	(69.378)	(49.574)	486	(12.427)	-	(214.174)
Resultado do Período	3.136.639	2.088.965	429.909	61.340	(12.344)	12.339	2.410	137.841	(2.720.196)	3.136.903	387.367	215.728	(213.441)	171.090	(560.744)	3.136.903
Participação dos acionistas controladores	-	-	-	61.076	-	-	-	-	-	3.136.639	-	-	-	-	-	3.136.639
Participação de acionista não controlador	-	-	-	264	-	-	-	-	-	264	-	-	-	-	-	264
Resultado do Período	3.136.639	2.088.965	429.909	61.340	(12.344)	12.339	2.410	137.841	(2.720.196)	3.136.903	387.367	215.728	(213.441)	171.090	(560.744)	3.136.903

Liquidez e Recursos de Capital

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração, transmissão e distribuição existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2015, o Passivo Circulante Consolidado da Companhia excedeu o Ativo Circulante Consolidado em R\$3.709 milhões. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia e transferência de debêntures do longo para o curto prazo, associado à provisão dos dividendos no montante de R\$1.068 milhões em dezembro de 2015 e da provisão para perda nas opções de venda no montante de R\$1.245 milhões.

A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. No caso específico, já estão sendo feitas negociações com instituições financeiras para a rolagem da dívida com vencimento em 2016 para o longo prazo.

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2015 totalizaram R\$925 milhões, em comparação com R\$887 milhões em 31 de dezembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2015, nem o nosso caixa, nem nossos equivalentes a caixa foram mantidos em outras moedas que não o real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

O caixa líquido gerado das atividades operacionais em 2015 e 2014 totalizou R\$3.007 milhões e R\$3.734 milhões, respectivamente. A redução no caixa gerado por atividades operacionais em 2015 em comparação com 2014 deveu-se, principalmente, à redução do lucro líquido do exercício em 2015, após ajuste dos itens que não afetam o caixa. O lucro líquido ajustado pelas operações que não afetam o caixa foi de R\$3.998 em 2015 comparados a R\$5.643 em 2014, uma redução de 29,15%.

Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento

O caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2015 totalizou R\$3.217 milhões, comparado a um caixa líquido consumido nas atividades de investimento em 2014 de R\$4.299 milhões. Esta variação decorre, principalmente, das aquisições de participações societárias em 2014, com destaque para Renova, Madeira Energia e Gasmig. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 14.

Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento

O fluxo de caixa gerado nas atividades de financiamento durante 2015 totalizou R\$247 milhões, e foi composto pela amortização de R\$4.696 milhões de financiamentos, pagamento de R\$796 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R\$5.739 milhões.

O fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento durante 2014 totalizou R\$750 milhões, e foi composto pela amortização de R\$1.394 milhões de financiamentos, pagamento de R\$3.917 milhões em dividendos e juros sobre o capital próprio, parcialmente compensado pelos recursos de financiamentos no montante de R\$4.562 milhões.

Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida

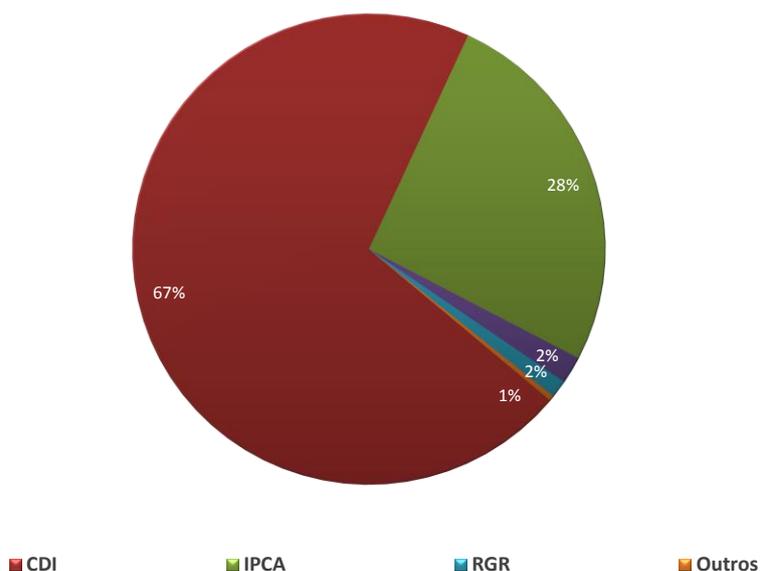
A Companhia busca assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio, bem como para evidenciar que o processo de expansão das atividades da Cemig tem se dado de forma sustentável.

Em 2015, foram captados R\$5.739 milhões, principalmente para garantir a quitação da primeira parcela de bonificação de outorga do leilão de energia das usinas do Lote D e a amortização de empréstimos captados em exercícios anteriores.

Os detalhes das captações de recursos da Companhia, incluindo os custos e os prazos, estão descritos na nota explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras.

A composição da dívida da Cemig é consequência das fontes de recursos à disposição de suas subsidiárias (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira atualmente de 0,31%. O custo médio da dívida da Cemig é de 3,74% a.a. (Custo Real) e de 14,28% a.a. (Custo Nominal), a preços constantes.

Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2015

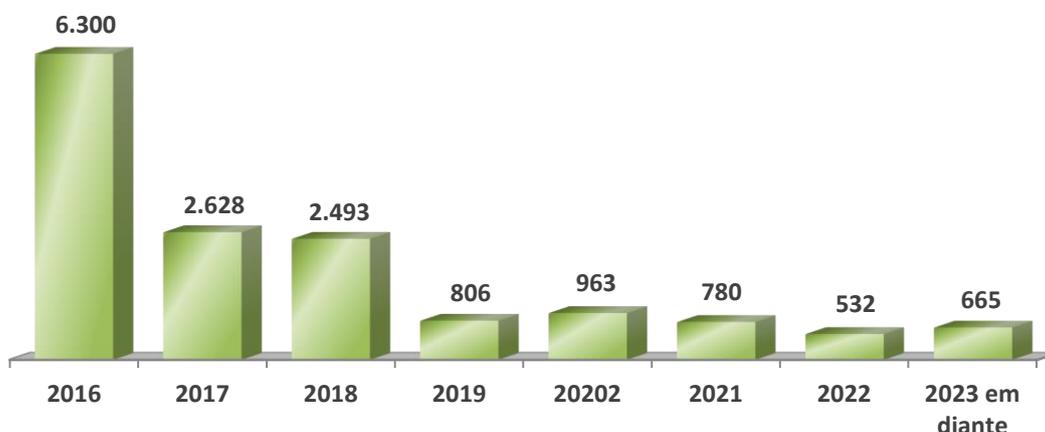


A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo seu Estatuto Social, ($\text{Divida Líquida/Ebitda} \leq 2$ e $\text{Dívida Líquida}/(\text{Patrimônio Líquido} + \text{Dívida Líquida}) \leq 40\%$), na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam indicar risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$15.167 milhões, tem seu cronograma de amortizações, com prazo médio de 2,8 anos, sendo que os vencimentos previstos para 2016 são, decorrentes de operações de curto prazo realizadas em 2015. Ressalta-se que a Companhia já está com negociações em andamento junto aos agentes financiadores para refinanciamento para o longo prazo da sua dívida com vencimento em 2016.

O cronograma de amortizações da dívida pode ser visto no gráfico a seguir:

**Cronograma de Amortizações da Dívida
Posicionamento em Dezembro/2015 (R\$ milhões)**



No ano de 2015, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de rating da Companhia seguindo a deterioração do quadro econômico no país. Em dezembro, a Standard & Poor's rebaixou o rating da Cemig e de suas subsidiárias de brAA+ para brAA- na classificação nacional e de BB+ para BB na classificação global. A Fitch, em julho, também rebaixou o rating das empresas de AA(bra) para AA-(bra) na classificação nacional. Já a Moody's manteve o rating das empresas em Aa2.br na escala nacional e em Ba1 na escala global, sendo que, em dezembro, colocou-os em revisão para um possível rebaixamento.

Em fevereiro de 2016, a Standard & Poor's rebaixou o rating da Cemig e de suas subsidiárias de brAA- para brA na classificação nacional e de BB para BB- na classificação global, em função do rebaixamento do risco soberano, e a Moody's rebaixou o rating da Cemig e de suas subsidiárias de Aa2.br para A2.br na classificação nacional e de Ba1 para Ba3 na classificação global.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Geração de Energia Elétrica

Em 2015, ocorreu o vencimento do segundo termo das concessões de 13 usinas da Cemig, entre as quais destacam-se as usinas de Três Marias, Sato Grande, Itutinga e Camargos.

Essas usinas, em conjunto com mais 5 usinas de menor capacidade, operadas por outro agente até 2015 e que tiveram os seus contratos de concessão também expirados foram objeto de leilão pelo Ministério das Minas e Energia em dezembro de 2015, através do lote D, sendo que a Cemig GT foi a vencedora. As principais condições do leilão foram:

- Número de empreendimentos: 18 (dezoito);
- Potência instalada total: 699,57 MW;
- Porcentagem da garantia física destinada ao ACR (Ambiente de Contratação Regulada): 100%, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016; e 70%, a partir de 1º de janeiro de 2017;
- A assinatura dos respectivos contratos de concessão se deu mediante o pagamento da Bonificação pela Outorga (BO), no valor de R\$2.216 milhões, da seguinte forma: 1ª parcela (65%) em janeiro de 2016 e a 2ª parcela (35%) a ser paga em até 180 dias, contados da data de assinatura do contrato, atualizado pela variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC desde a data de pagamento da 1ª Parcela;
- Preço Global pela prestação do serviço de geração nas usinas integrantes do Lote D: R\$498,7 milhões por ano, composto das parcelas Custo de Gestão dos Ativos de Geração (GAG) e Retorno da Bonificação pela Outorga (RBO), correspondente a um deságio de 1% em relação ao preço-teto do certame.

Usinas de Jaguará, São Simão e Miranda

Para as concessões das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujas concessões tem o seu prazo de vencimento do 1º termo, não considerando o período de renovação previsto contratualmente, em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a Lei 12.783/13 (MP 579), conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no art. 19 da Lei nº 9.074/1995. Mais detalhes sobre essa questão estão apresentados na Nota Explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras.

Conjuntura Hidrológica Brasileira

Apesar da melhoria no volume de água armazenada nos reservatórios ao final de 2015, a capacidade de geração hídrica do país foi fortemente afetada no início do ano.

Esta restrição hídrica induziu ao despacho do parque termelétrico nacional, enquanto os geradores hidrelétricos geraram uma quantidade de energia inferior a de seus compromissos contratuais, medida através do GSF (Generation Scaling Factor), fazendo com que as geradoras adquirissem no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE o déficit resultante, aos elevados Preços de Liquidação de Diferenças – PLD's na conjuntura.

A discussão sobre a exposição dos geradores hidráulicos ao mercado de curto prazo, em função do cálculo do GSF foi crescente em 2015, sendo que os geradores defendiam que a parcela de exposição que deveria ser por eles suportada deveria corresponder às variações da disponibilidade hidráulica. Visando garantir seus interesses econômicos, diversos agentes impetraram liminares na esfera judicial.

De forma a resolver a questão, o Ministério das Minas e Energia, por meio da Medida Provisória nº 688, convertida na Lei nº 13.203/2015, definiu os critérios e condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE, tendo sido dispostas tanto as condições para o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) quanto para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Após os estudos realizados, a Companhia decidiu pela adesão apenas no ACR, para as usinas de Queimado e Irapé, o que implicou em um registro de ativo regulatório no exercício de 2015 no valor de R\$63 milhões.

Distribuição de Energia Elétrica

Renovação dos contratos de concessão

Os contratos de concessão de distribuição da Cemig D foram prorrogados por mais 30 anos, agora consolidados em apenas um, conforme termos da Lei nº 12.783/13. A prorrogação, com início de vigência a partir de 1º de janeiro de 2016, trouxe alterações em relação ao contrato atual, condicionando a continuidade da concessão ao cumprimento, por parte da Distribuidora, de novos critérios de qualidade e sustentabilidade econômico-financeira.

Mecanismos de reajuste tarifário

Por atuar em um mercado regulado, a Cemig Distribuição S.A. tem suas tarifas reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, órgão federal que regula o setor de energia. Além da definição das tarifas, a Agência também determina o custo associado a cada tipo de consumidor, que é utilizado para calcular as diferentes tarifas entre as diversas tensões de consumo.

Neste processo de definição das tarifas, a Cemig Distribuição atua na defesa da Empresa junto à ANEEL para o reconhecimento dos custos e investimentos necessários à prestação de serviço com qualidade e disponibilidade.

A receita faturada pelas tarifas contempla cobertura para dois tipos de custos: os custos gerenciáveis e os custos não gerenciáveis. Os custos gerenciáveis correspondem aos custos operacionais da distribuição, a remuneração dos acionistas e a quota de reintegração do capital investido. Já os custos não gerenciáveis são aqueles que a distribuidora recolhe do consumidor e repassa para os demais agentes do setor sendo eles a compra de energia, transporte (transmissão) e os encargos setoriais.

Reajuste Tarifário Anual – Cemig D

O reajuste tarifário anual da Cemig D foi transferido de 8 de abril para 28 de maio a partir de 2016, e no quinto ano, conforme estabelecido em contrato, ocorrerá a revisão tarifária, neste mesmo mês. Esse processo tem o objetivo de repassar integralmente os custos não gerenciáveis e corrigir monetariamente os custos gerenciáveis, que foram estabelecidos na Revisão Tarifária. O índice de reajuste dos custos gerenciáveis é o IGP-M, mas sobre esse é deduzido o Fator X para captura da produtividade, seguindo a metodologia do modelo regulatório de price-cap.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL definiu o índice médio de 7,07% para o reajuste das tarifas de energia elétrica da Companhia, que passou a vigorar a partir de 8 de abril de 2015.

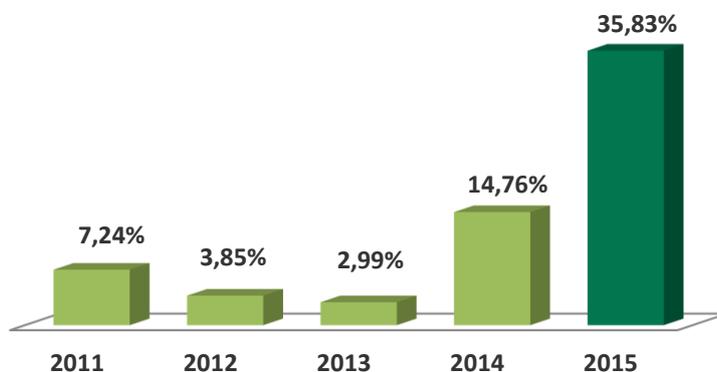
Do valor cobrado na fatura, 20,6% ficam na Cemig Distribuição e se destinam a remunerar o investimento, cobrir a depreciação e o custeio da Concessionária, essa parcela é chamada de Parcela B. Os demais 79,4% são repassados para cobrir a compra da energia (31,1%), tributos (24,8%) e demais encargos setoriais (23,5%).

Nos 774 municípios de Minas Gerais onde a Cemig distribui energia, mais de 660 mil consumidores são rurais e cerca de um milhão são classificados como de baixa renda. Esses clientes são beneficiados por um subsídio, pagando valor inferior ao custo da energia consumida. No caso dos consumidores de baixa renda com consumo até 30 kWh/mês, o benefício resulta num desconto aproximado de 65%. Para o consumo entre 31 kWh e 100 kWh, 40%, e para a faixa de 101 kWh a 220 kWh o desconto é de 10%.

Reajuste Tarifário Extraordinário

No início de janeiro de 2015 ocorreu um aumento expressivo da despesa com o encargo da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, que associado aos altos custos com compra de energia, levaram as distribuidoras a solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária, homologada pela ANEEL. Para a Cemig D, o reajuste autorizado foi de 28,76%.

Reajustes Tarifários



Obs: O reajuste tarifário de 2015 está composto de 7,07%, em vigor a partir de 08 de abril de 2015 e 28,76% de reajuste extraordinário em vigor a partir de 02 de março de 2015.

Bandeiras Tarifárias

As Bandeiras Tarifárias, implementadas em 2015, tem como conceito o gerenciamento do balanço do setor pelo lado da demanda, sinalizando aos consumidores quando há escassez na oferta de energia e melhorar a sincronização entre o balanço de pagamentos das distribuidoras com aquisição de energia e as tarifas cobradas dos consumidores, evitando que as empresas sofram impactos financeiros e tenham sua capacidade de investimento afetada em função de custos com compra de energia que não foram considerados nas tarifas.

Ao longo de 2015, sempre vigorou a Bandeira Vermelha, sendo que a mesma sofreu três variações de preços. De janeiro a março a Bandeira Vermelha foi de R\$0,30/MWh. A partir de março, ficou em R\$0,55/MWh até o final de agosto, quando passou a custar R\$0,45/MWh.

Gestão das perdas

O Índice de perdas totais da distribuição em 2015 foi de 11,69%, sendo 8,90% referentes às Perdas Técnicas e 2,79% relativos às Perdas Não Técnicas. Esse resultado está acima da meta regulatória estabelecida para o final de 2015, que é de 10,76%.

Em 2015, a ANEEL alterou significativamente a metodologia de cálculo de perdas técnicas para o próximo ciclo de revisão tarifária, com estabelecimento de limites desafiadores para os próximos anos. A Cemig, já vem conduzindo trabalhos para a implementação da nova metodologia, na expectativa de no próximo ciclo, ter a totalidade de suas perdas técnicas reconhecidas na tarifa.

Nesse ano, foram adotadas ações específicas para a mitigação das Perdas Técnicas através de investimentos na sua rede, o que inclui a instalação de novos conjuntos de medição.

Com relação à gestão das perdas não técnicas, em 2015 foram realizadas 56 mil inspeções em unidades consumidoras, agregando receitas adicionais de R\$78 milhões.

Adicionalmente, foram implementadas melhorias nos softwares de seleção de alvos de inspeção, aperfeiçoamentos na qualidade e na produtividade do processo de cobrança de consumo irregular, blindagem da receita dos consumidores de médio e grande porte bem como a modernização do parque de medição através da substituição de aproximadamente 72 mil medidores obsoletos.

Transmissão de energia elétrica

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela ANEEL, sendo atualizada através de revisão periódica, revisão extraordinária ou reajustes anuais. Semelhante ao que ocorre na Distribuidora, a empresa atua junto ao órgão regulador buscando o reconhecimento dos custos da transmissora tanto nos processos de revisão e reajuste, quanto nos processos de homologação das RAPs de novos ativos.

A Cemig aderiu a Lei 12.783/13 para os seus ativos de transmissão, com a consequente renovação do seu contrato de concessão pelo prazo de 30 anos. Dessa forma, ocorreu em janeiro de 2013 a revisão extraordinária das receitas da transmissão, com redução significativa nas RAPs. A redução das RAPs ocorreu porque as receitas das transmissoras passaram a englobar somente os valores relativos à Operação e Manutenção dos ativos e outros encargos ainda existentes. Como outra consequência da renovação das concessões, a revisão tarifária prevista para 2013 foi postergada para 2018.

Em consequência da adesão aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579), a Companhia teve renovado o seu contrato de concessão pelo prazo de 30 anos. Também como consequência da renovação da concessão, a Companhia tem direito a indenização dos ativos de transmissão formados até 31 de dezembro de 2012, sendo que o valor a receber registrado corresponde a R\$1.054 milhões, estando ainda pendente de definição do Ministério das Minas e Energia dos critérios de pagamento do valor.

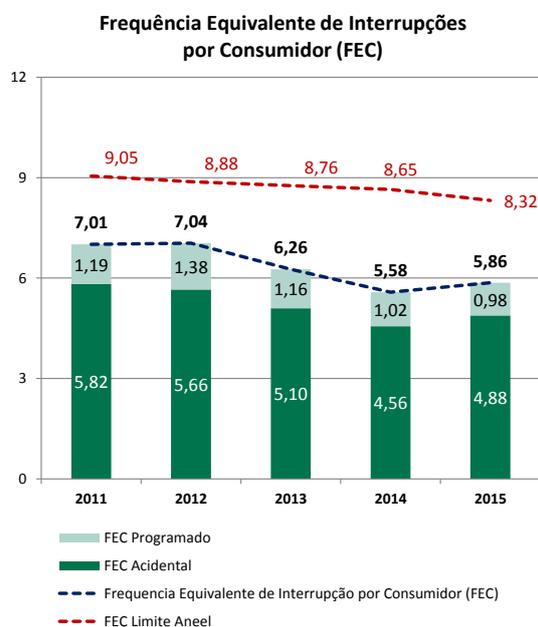
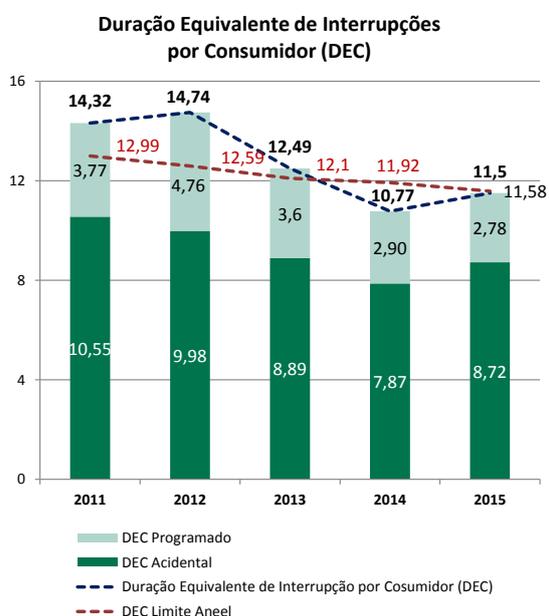
RAP Cemig Transmissão



RELACIONAMENTO COM NOSSOS CLIENTES

Qualidade no fornecimento

Os gráficos abaixo mostram a evolução dos indicadores de continuidade DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor). Observa-se uma melhoria contínua e destacada dos valores destes indicadores, atendendo aos padrões estabelecidos pela ANEEL, demonstrando que os investimentos efetuados nas ações e iniciativas citadas para melhorar a qualidade no fornecimento de energia elétrica estão no caminho certo.



Política de atendimento

Com o objetivo de proporcionar um atendimento de qualidade, além de facilitar o acesso aos consumidores, a Cemig disponibiliza um mix de canais de atendimento que congrega vários meios de comunicação, tanto presencial como telefônico e virtual.

A Cemig está presente em todos os 774 municípios da sua área de concessão. O atendimento presencial é realizado pela “Rede Cemig Fácil de Atendimento”, através das 156 Agências e 622 Postos de Atendimento. Em 2015 foram registrados 10,4 milhões de contatos através deste canal.

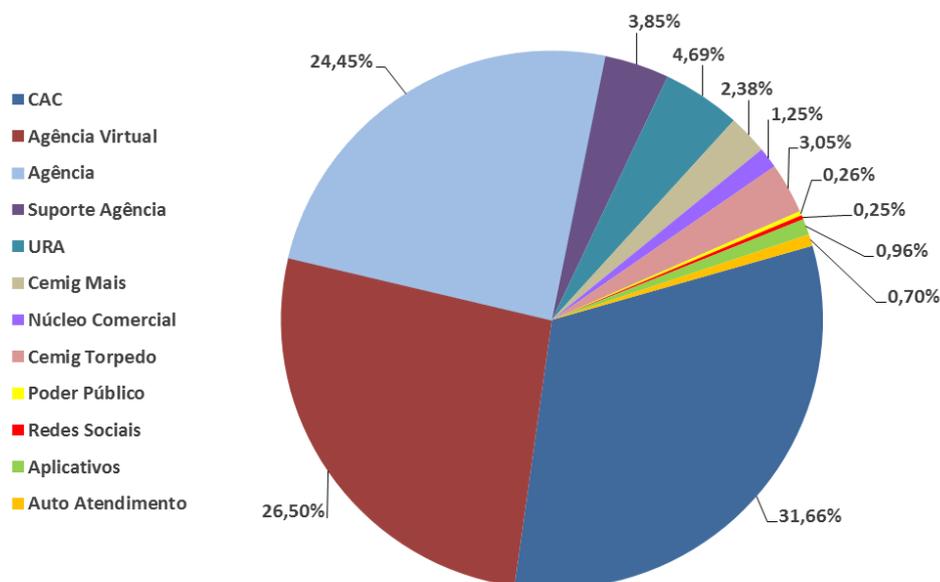
O atendimento telefônico é realizado pelo “Fale com a Cemig”, inclusive com a disponibilização de número para atendimento a deficientes auditivos. Este canal também é responsável pelo atendimento via Redes Sociais (Facebook e Twitter) chat e e-mail. O número de contatos registrados em 2015 foi de 11,5 milhões.

O Cemig Torpedo possibilita ao consumidor solicitar o serviço de falta de energia, consulta a débito e envio de leitura através de mensagens de texto – SMS. Em 2015 foram recebidas 1,21 milhões de mensagens.

Para os canais virtuais, destacamos o aplicativo Cemig Atende disponível para Smartphones e Tablets, nas plataformas Android e IOS.

No site da Cemig e também através do aplicativo de serviços via Facebook e Telegram o cliente pode solicitar os serviços mais requisitados como segunda via de conta, consulta de débitos, alterar data de vencimento, cadastrar o envio da fatura por e-mail, dentre outros. A Agência Virtual da Cemig registrou em 2015 mais de 9,7 milhões de contatos.

Dessa forma, a Cemig teve mais de 38 milhões de atendimentos em 2015, através dos seus diversos canais, conforme demonstrado abaixo:



INVESTIMENTOS

Investimentos em Geração:

A Companhia fez os seguintes investimentos em geração no exercício de 2015:

PCH Lajes:

Na geração, o destaque é o projeto para a construção da PCH Lajes, com uma unidade geradora de 17 MW de capacidade instalada com investimento da ordem de R\$70 milhões.

O projeto consiste na construção de uma adutora a partir da Casa de Válvulas e a implantação de uma nova unidade geradora na Casa de Força existente, sem a necessidade de construção de reservatórios, diques e barragens. Além da geração de energia elétrica, a PCH trará expressivo benefício ao abastecimento de água da Região Metropolitana do Rio de Janeiro por meio da melhoria significativa na confiabilidade e flexibilidade operativa do Complexo de Lajes.

Aliança

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. ("Vale") e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Aimorés, Capim Branco I e Capim Branco II (oriundos da empresa Capim Branco S.A. transferidos da Cemig Holding para Cemig GT) e Candonga, empreendimento somente da Vale.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total, exercendo o controle em conjunto da Sociedade. A conclusão da transação não resultou em nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

Além de ser uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, há a previsão de investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica.

Renova Energia S.A. - Renova:

A Renova iniciou o ano de 2015 focada na sua estratégia de comercializar, implantar e operar projetos de energia renovável.

No que tange a operação dos parques, os primeiros complexos implantados pela Renova, completaram 1 ano de operação. Os dados de geração dos complexos, mesmo nesse curto período de tempo, comprovaram a qualidade do vento na região e a estratégia acertada na execução dos projetos.

Também em 2015, quatro parques, do total de nove, que comercializaram energia no leilão de 2011 iniciaram a operação comercial.

Em maio de 2015, a Renova anunciou a operação com a TerraForm Global, na qual foram negociados determinados ativos operacionais. A operação tem por objetivo aumentar a competitividade, a geração de valor e a capacidade de crescimento. Maiores detalhes na nota explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

Em 2016, a Companhia seguiu executando as obras para a fase A do Alto Sertão III, com capacidade instalada de 411,1 MW e entrega prevista entre 2016 e início de 2017.

Investimento na usina de Santo Antônio:

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio (UHE Santo Antônio), empreendimento onde a Cemig tem uma participação total de 18,05%, encerrou o ano de 2015 com 35 turbinas em operação. Juntas, representam uma capacidade de geração de aproximadamente 2.495 MW de energia. Somente em 2015, a hidrelétrica colocou três novas unidades geradoras em operação. Em novembro de 2016, quando a usina estará totalmente concluída e a plena carga, terá 50 turbinas em operação, elevando sua capacidade de geração para 3.568 MW e com um investimento superior a R\$20 bilhões.

Belo Monte:

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), administrada pela empresa Norte Energia S.A., onde a Cemig tem uma participação de 11,69%, se localiza no Rio Xingu, nas proximidades das cidades de Altamira e Vitória do Xingu, ambas no estado do Pará. Atualmente, em fase de construção, fechou o ano de 2015 com 82% de suas obras concluídas.

A UHE de Belo Monte conta com duas casas de força, Belo Monte e Pimental: a primeira é a principal com dezoito turbinas com capacidade de geração de cerca de 11.000 MW e a segunda, uma auxiliar com capacidade de geração de cerca de 233 MW. Dessa forma, a UHE Belo Monte torna-se responsável por 8,7% do potencial instalado do país, sendo a maior hidrelétrica inteiramente brasileira e a quarta maior do mundo, atrás apenas das chinesas Tree Gorges (22.000 MW) e Xilodu (13.860 MW), e da brasileira e paraguaia Itaipu (14.000 MW).

O empreendimento está demandando um investimento de R\$25,8 bilhões (moeda de abril de 2010), no qual se inclui R\$3,7 bilhões em ações sociais compensatórias. No primeiro semestre de 2016 entrarão em operação comercial as primeiras unidades geradoras de Belo Monte. A geração da primeira unidade da casa de força principal está prevista para o final do mês de março, agregando 593 MW médios de garantia física ao Sistema Interligado Nacional.

UHE Itaocara:

O Consórcio UHE Itaocara, constituído pela Cemig Geração e Transmissão S.A. (49%) e pela Itaocara Energia Ltda. (51%), subsidiária integral da Light S.A., foi o vencedor da concessão da UHE Itaocara I, com potência instalada de 150 MW. O empreendimento será construído no rio Paraíba do Sul, na região noroeste fluminense, e abrangerá os municípios de Aperibé, Cantagalo, Itaocara e Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro, e Pirapetinga, em Minas Gerais. O início das obras está previsto para 2016 e a expectativa é que sejam gerados cerca de 1.200 empregos diretos e de 2.200 indiretos, no pico de obra. Destaca-se, ainda, que o Consórcio UHE Itaocara já possui a Licença de Instalação (LI), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e de Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e a Declaração de Utilidade Pública (DUP), emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Guanhães Energia:

A Guanhães Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais e que totalizam 44 MW de Potência Instalada. Esta empresa tem como acionistas a Light Energia S.A (51%) e a Cemig Geração e Transmissão S.A (49%).

Em agosto de 2015 as quatro subsidiárias integrais da Guanhães Energia, detentoras de autorização para implantação e exploração das PCHs, sagraram-se vencedoras no Leilão A-3 de Energia Nova da ANEEL nº 04/15. A vitória no certame, além de garantir a celebração de contratos de compra e venda de energia a preços superiores aos praticados atualmente, garantirá ao projeto previsibilidade de receitas até o final do período de concessão das PCHs.

O projeto foi impactado por questões geológicas e ambientais, ocasionando postergação na data prevista para entrada em operação das PCHs.

Investimentos em Distribuição

Plano de Desenvolvimento da Distribuição – PDD

Os investimentos no sistema elétrico da Cemig D para este novo ciclo tarifário (2013/2017) representarão investimentos na ordem de R\$4,7 bilhões.

Em 2015, os investimentos foram de R\$817 milhões, sendo R\$234 milhões no Sistema de Distribuição de Alta Tensão e R\$562 milhões no Sistema de Distribuição de Média e Baixa tensão e R\$21 milhões em outros projetos.

Além desses expressivos valores referente aos investimentos, outro destaque é para o número de novos clientes que atingirá a marca de 1,2 milhão de novas ligações no período de 2013 a 2017.

Expansões do Sistema Elétrico – Linhas de Distribuição (69 kV a 161kV)

Objetivando incrementar a disponibilidade de energia elétrica de forma contínua, com qualidade, segurança e em quantidade requerida pelos consumidores, promovendo desenvolvimento social, industrial e comercial, de janeiro a dezembro de 2015, foram investidos R\$817 milhões no Sistema Elétrico de Distribuição da Cemig D, incluindo o sistema de Alta, Média e Baixa tensão.

Dos investimentos em alta tensão, foram construídas e/ou ampliadas 15 subestações e construídos, 3.728 km e 241 km de Linhas de Distribuição de Média e Alta Tensão, respectivamente.

Jogos Olímpicos e Paralímpicos

A preparação para atender aos Jogos Olímpicos começou ainda em 2014, com o planejamento das obras estruturantes para o atendimento das exigências dos órgãos envolvidos na organização dos jogos. Desde o início de 2015 a Light elaborou e implantou os planos de operação, manutenção e comunicação da Light para os jogos.

Em março de 2015 foi realizado na Light um workshop de transferência de experiências da UPKN (Empresa responsável pela distribuição de energia dos Jogos Olímpicos de Londres 2012) para as equipes envolvidas da Light e outras entidades do setor elétrico.

Merece destaque a conclusão da Subestação Olímpica, conforme compromisso firmado pelo Governo Brasileiro junto ao Comitê Olímpico Internacional e estipulado no contrato com o MME. Para sua implantação foi criada uma Sociedade de Propósito Específico, a Energia Olímpica S.A, em janeiro de 2014 tendo a Light S.A. (50,1%) e Eletrobrás Furnas (49,9%) como acionistas.

Gás Natural

O ano de 2015 foi de grandes mudanças e, principalmente, desafios para a GASMIG, que aumentou sua base de clientes em 131,09%, saltando de 1.824, em 2014, para 4.215 unidades consumidoras em 2015.

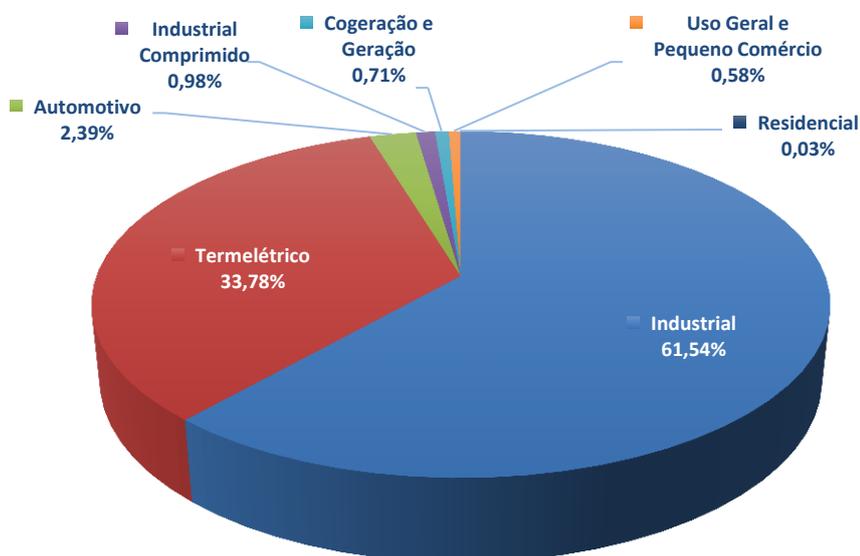
Dos R\$56 milhões em investimentos, R\$43,6 milhões foram destinados à expansão da rede de distribuição no Estado de Minas Gerais, o que reflete no salto do número de clientes conquistado em 2015. A Gasmig tem uma meta estipulada para o ano de 2016 de atingir mais 19 mil novos clientes.

Em 2015 foram comercializados 1,414 bilhão de m³ de gás natural, destacando-se, principalmente, o crescimento na venda para as termelétricas e cogeração. A utilização do gás natural pelas termelétricas manteve-se elevada, tendência verificada nos últimos dois anos, com expansão de 6,96% em relação a 2014, contribuindo para mitigar a retração de 13,68% apresentada pelo segmento não termelétrico. Considerando essas variações, o desempenho das vendas da GASMIG, em 2015, reduziu em 7,66% em relação ao ano anterior.

Em 2015, a GASMIG investiu na expansão da Rede de Distribuição de Gás Natural no Estado de Minas Gerais, o montante de R\$ 43 milhões, com a construção de 51,4 km de extensão de gasodutos na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), Mantiqueira, Sul de Minas e Vale do Aço.

Durante o ano de 2015, foram investidos R\$1.653 mil na elaboração de projetos executivos que compõem a carteira de projetos da Companhia, assegurando a realização dos futuros investimentos. Foram realizados os projetos executivos para a expansão residencial nas cidades de Poços de Caldas e Ipatinga, bem como os projetos de clientes diversos nas regiões atendidas pela Companhia. Ao longo do ano foram elaborados projetos executivos que totalizam aproximadamente 100 km de extensão da rede.

Estrutura de Mercado em 2015 (%)



MERCADO DE CAPITAIS E DIVIDENDOS

A Cemig teve suas ações inicialmente listadas na Bolsa de Valores do Estado de Minas Gerais a partir de 14 de outubro de 1960 e a partir de 1972 na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) com os símbolos CMIG3 (ON) e CMIG4 (PN). Desde outubro de 2001, estamos listados no Nível 1 de Governança Corporativa da Bovespa. Além disso, as ações da Companhia são negociadas desde 1993 na Bolsa de Nova Iorque (CIG e CIG/C), sendo a partir de 2001 no Nível 2 de governança corporativa, e na Bolsa de Madri (XCMIG) desde 2002.

Composição Acionária

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2015, totalizou R\$6.294 milhões, conforme composição abaixo demonstrada.



Cotações das Ações

A seguir, as cotações de fechamento, dos anos 2014 e 2015, das ações em São Paulo (Bovespa), Nova Iorque (NYSE) e Madri (LATIBEX).

Denominação	Símbolos	Moeda	Fechamento 2014	Fechamento 2015
Cemig PN	CMIG4	R\$	13,14	5,97
Cemig ON	CMIG3	R\$	13,80	6,28
ADR PN	CIG	US\$	4,90	1,46
ADR ON	CIG.C	US\$	5,35	1,74
Cemig PN (Latibex)	XCMIG	Euro	4,01	1,43

Fonte - Economatica – cotações ajustadas por proventos, inclusive dividendos

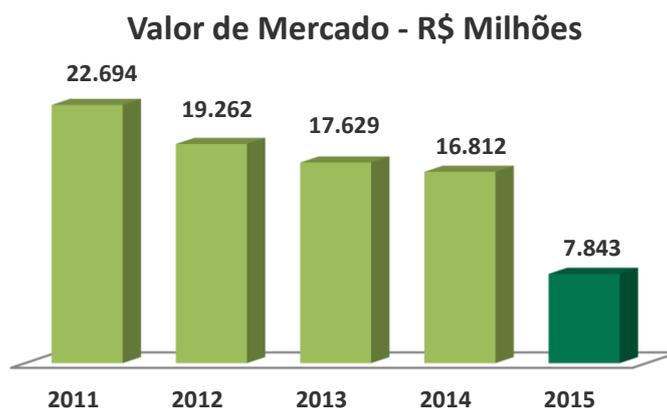
Em 2015, as ações preferenciais, CMIG4, apresentaram um volume de negociação de R\$11,17 bilhões, com uma média diária de R\$45,4 milhões. Esse volume negociado, ainda que menor do que o observado no ano anterior faz com que nossa ação preferencial (PN) seja uma das mais negociadas da Bovespa, proporcionando segurança e liquidez aos investidores.

Vale ressaltar que o volume médio diário de negociação com as ações preferenciais na Bolsa de Nova Iorque se equiparou aos volumes negociados no mercado brasileiro quando convertido em reais, o que reforça a posição da Cemig como opção global de investimento. Em 2015, a ADR PN (CIG) movimentou US\$3,07 bilhões, com média diária aproximada de US\$12,2 milhões.

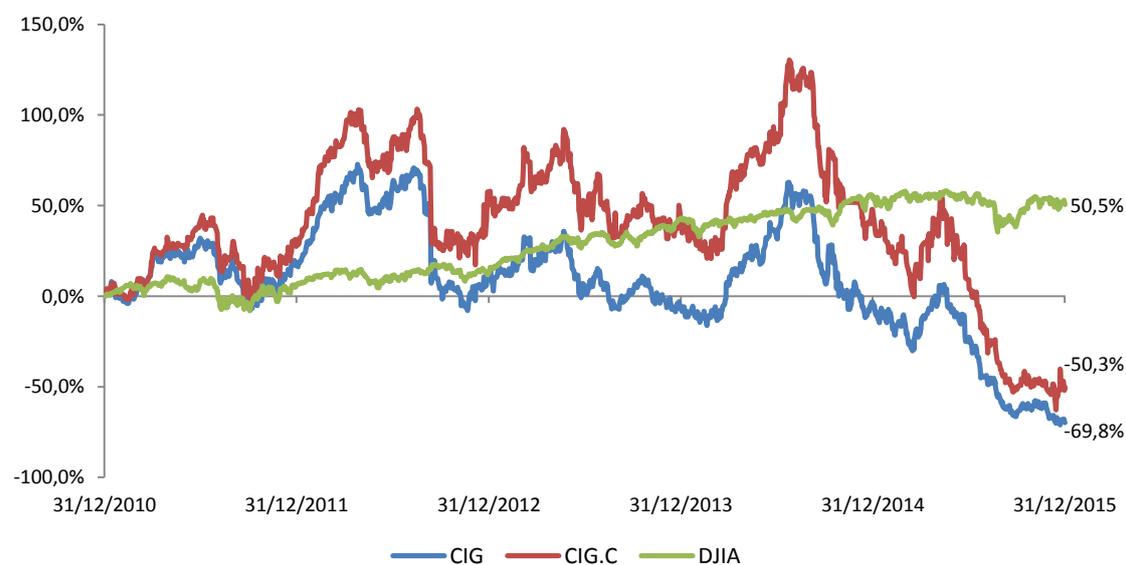
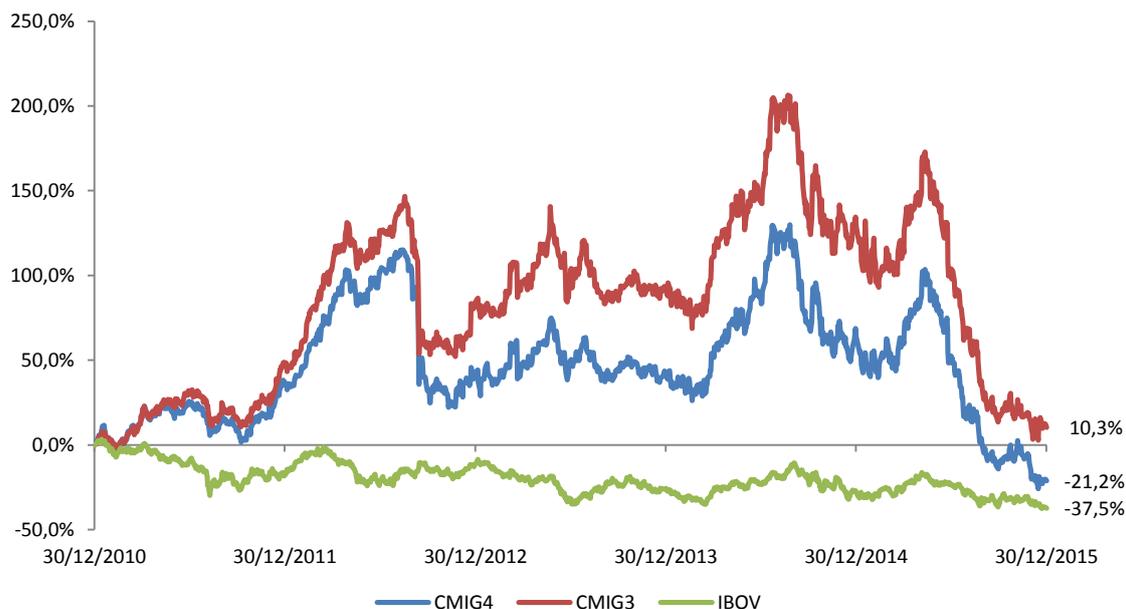
Em termos de desempenho, em 2015 ambas as ações da Cemig negociadas na Bovespa tiveram desempenho bastante inferior àquele verificado pelo índice do setor elétrico, IEE, conforme tabela abaixo. Este resultado decorreu, principalmente, do grande impacto sofrido pela companhia da decisão desfavorável do processo da Usina de Jaguará no âmbito do STJ, ainda que a discussão tenha sido levada posteriormente para o STF. Outros fatores que influenciaram no comportamento das ações da companhia foram a designação, por parte do Ministério de Minas e Energia, publicada no dia 15 de setembro de 2015, da Cemig GT como responsável pela operação da Usina de São Simão em regime de quotas, a queda no consumo de energia, a crise hídrica enfrentada pelo país e o momento vivido pela economia brasileira, com o aumento nos custos previstos para rolagem das dívidas.

2015	CMIG4	CMIG3	CIG	CIG.C	IBOV	DJIA	IEE
	-52%	-52%	-68%	-66%	-13,31	-2,2%	-8,7

O valor de mercado está representado pela totalidade das ações da Companhia ao valor de mercado das ações no último dia de negociação de cada ano.



Os gráficos a seguir ilustram a evolução das nossas ações, ao longo dos últimos anos, em comparação a outros indicadores:

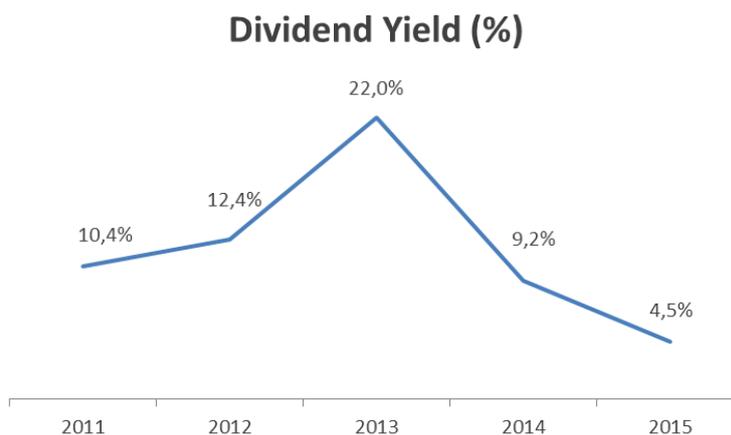


Fonte: Econômica

POLÍTICA DE PAGAMENTO DE DIVIDENDOS

A Cemig, através do Estatuto Social, assume o compromisso de distribuir dividendo mínimo correspondente a 50% do lucro líquido apurado no exercício anterior. Além disto, serão distribuídos dividendos extraordinários a cada dois anos ou em menor periodicidade, se a disponibilidade de caixa permitir.

Os dividendos são pagos, geralmente, em duas parcelas iguais: a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subseqüente ao exercício a que se referem.



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração delibera encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2016, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2015, no montante de R\$2.491.375 mil e do saldo de Lucros Acumulados de R\$59.536 mil:

- R\$633.967 mil sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme segue:
 - R\$200.000 mil na forma de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2016 e a segunda até 30 de dezembro de 2016, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26 de dezembro de 2015;
 - R\$433.967 mil na forma de dividendos de 2015, a serem pagos até 30 de dezembro de 2016, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R\$633.967 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir;
- 1.262.280 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2016, conforme orçamento de capital;

- R\$20.696 mil sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2015 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros ser reeleitos ao término do mandato. Em 2015, foram realizadas 29 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.

Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2015 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

E adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Financeiras são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Cemig e da maior parte de suas controladas foram como segue:

Serviços	2015	% em relação à auditoria	2014	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	1.151	74,23	1.117	74,32
Auditoria de controles internos - SOX	369	23,82	358	23,82
Auditoria de ativos e passivos regulatórios	31	1,95	28	1,86
	1.551	100,00	1.503	100,00
Serviços Adicionais:				
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSLL	78	4,18	74	4,92
Total Geral	1.629	104,18	1.577	104,92

Os serviços adicionais foram contratados para o período de abril de 2012 a março de 2015, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos a revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia na apuração do imposto de renda e contribuição social, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse. Este contrato foi prorrogado em abril de 2015 para vencimento em março de 2017.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.

AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa da Cemig em que são identificados os eventos que podem afetar os objetivos estratégicos. A intenção é fornecer informações à Alta Administração para a tomada de decisão, preservando o valor da empresa.

O processo é supervisionado pelo Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC da Companhia, que tem, ainda, como atribuições: suportar a Administração na definição das diretrizes, políticas e procedimentos e mecanismos para operacionalizar o monitoramento estratégico dos riscos corporativos identificados e ações efetivas para redução dos níveis de exposição financeira e impacto intangível a um nível aceitável, tendo em vista os planos de ação mitigadores, alinhados com o Plano Diretor da Empresa.

Em 2015 novas iniciativas foram implementadas, com destaques para a revisão e atualização da Política de Gerenciamento de Riscos e o mapeamento dos principais riscos corporativos.

Política Antifraude

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou corrupção, em todas as suas formas, incluindo os atos contra a administração pública definidos pela Lei 12.846/13, sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.

Lei Sarbanes-Oxley e Certificação de Controles Internos

A Cemig obteve, sem ressalvas, a Certificação dos Controles Internos relativos aos procedimentos de elaboração e divulgação dos Relatórios Financeiros Consolidados, para o exercício social de 2014, conforme parecer dos auditores independentes, repetindo os resultados obtidos desde o exercício de 2006.

Anualmente, a Administração da Cemig, a partir da análise e revisão dos riscos dos processos, documenta e testa a efetividade dos controles internos sobre a elaboração e divulgação dos relatórios financeiros nos níveis de processos da entidade, dos negócios e da tecnologia da informação, conforme as normas da *Securities and Exchange Commission* (SEC) e com base nos critérios do *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) - 2013.

Além de atender a Lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), as atividades relacionadas à Certificação dos Controles Internos contribuem com a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controle e de governança corporativa, sendo realizadas e monitoradas de forma sistemática e permanente.

GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores: a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

Alternativas energéticas, Pesquisa e Desenvolvimento

Chamada Pública de Projetos

Com o objetivo de tornar o processo de escolha de projetos mais transparente e democrático, promovendo maior participação da sociedade, a Cemig passou a realizar a partir de 2015 a Chamada Pública de Projetos - CPP onde propostas são apresentadas pelos consumidores para compor a carteira de projetos do Programa de Eficiência Energética.

Em 2015 foram disponibilizados R\$10 milhões, com a apresentação de 16 propostas de projetos para análise. A fim de buscar uma maior participação nas próximas CPPs, a Cemig vem realizando participações em eventos públicos e privados divulgando os critérios e procedimentos para apresentação de projetos. Além destas participações, em 2015, foi realizado o 1º Workshop de Chamada Pública que teve como objetivo principal orientar hospitais a como identificar oportunidades de eficiência energética no setor e apresentá-las em formato de projeto na CPP.

Usina Solar Fotovoltaica do UNIPAM

No atual contexto da energia solar, em especial da tecnologia fotovoltaica, surgiu a parceria da Cemig com o Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM iniciada em 2014, que resultou na instalação da Usina Solar Fotovoltaica com capacidade de 12 kWp, composta de 250 painéis, instalados em Patos de Minas, inaugurada em 2015.

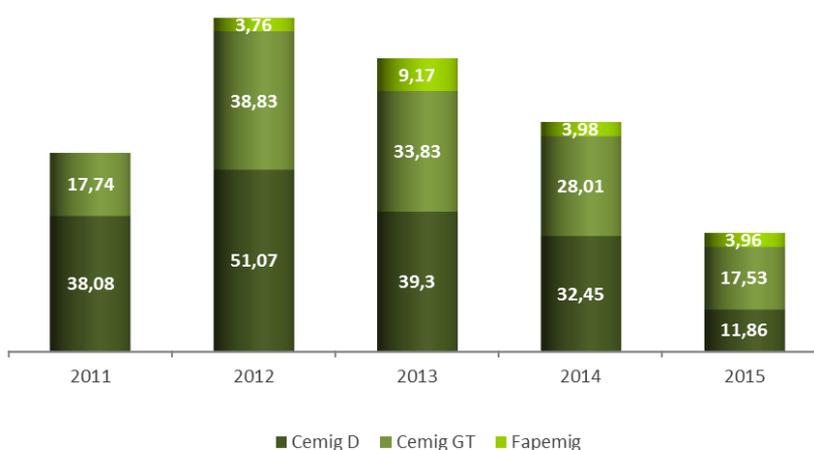
Monitoramento Remoto para Auscultação de Barragens

A coleta remota e automática de dados de instrumentos de auscultação de barragens representa uma importante iniciativa de eficiência operacional no processo de leitura da instrumentação. A realização do projeto traz resultados intangíveis, como melhoria da confiabilidade das leituras e a possibilidade de monitoramento online do comportamento das barragens. Com o uso de redes de sensores sem fio de baixo custo é viável automatizar medições relevantes em várias partes da estrutura de uma barragem. Os sensores de baixo custo adequados para auscultação de barragens terão aplicação em todo o setor elétrico, com possibilidade de impacto a nível nacional.

Programa de Pesquisa & Desenvolvimento

O Grupo CEMIG investiu em 2015 R\$30 milhões em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento P&D. Deseja-se promover e viabilizar o ciclo completo da cadeia da inovação, desenvolver conhecimento e transformar boas ideias, experimentos laboratoriais bem sucedidos e qualidade de modelos matemáticos em resultados práticos que melhorem o desempenho das organizações e a vida das pessoas.

Realização em P&D

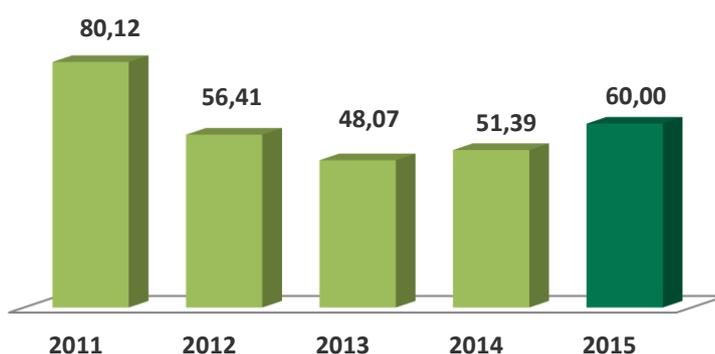


Programa de Eficiência Energética

A Cemig, por meio do Programa de Eficiência Energética vem desenvolvendo projetos com o objetivo de orientar corretamente a população sobre o correto uso da energia elétrica desde a década de 80. A legislação específica regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, em vigor, determina a aplicação por parte da distribuidora de um percentual mínimo da receita operacional líquida em projetos de eficiência energética.

A Cemig Distribuição possui 16 projetos em andamento no valor de R\$60 milhões.

Realização do PEE



RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautado pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local. Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2015 são:

Programa de subvenção e apadrinhamento: Por meio do Programa de Subvenção, a Cemig concede 25% de desconto nas faturas de energia elétrica a instituições que prestam serviços de filantropia. Em 2015, 1.050 entidades foram beneficiadas com o Programa, totalizando R\$7,8 milhões em desconto em contas de energia.

O Programa de Apadrinhamento consiste na arrecadação de doações de terceiros (padrinhos) em favor das instituições, por meio da conta de energia elétrica, sendo essas doações repassadas integralmente para as instituições, via depósito bancário. Em 2015, aproximadamente 195 instituições receberam R\$48 milhões em doações.

Programa Al6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2015/2016, envolveu a participação de 1.782 empregados voluntários da Cemig, destinando recursos para 101 municípios com o intuito de beneficiar 196 instituições. O montante destinado foi de R\$2,5 milhões sendo R\$1,2 milhões pelos empregados e R\$1,3 milhões pela Companhia com atendimento de aproximadamente 25.000 crianças e adolescentes.

Programa Proximidade: com o foco em desenvolver uma cultura de esclarecimento sobre a questão das enchentes, suas origens, ações e comportamentos que a agravam, bem como as ações que reduzem seus efeitos e como os reservatórios trabalham para minimizá-las, a Cemig realiza eventos durante o ano em diversas localidades, com apresentação de palestras sobre a previsão meteorológica, a atuação da empresa para o controle das cheias, os procedimentos para garantir a segurança física dos barramentos, as ações ambientais e outros temas relevantes para a população local, além de promover visitas guiadas às instalações. Em 2015, o Programa realizou 5 eventos, com cerca de 350 pessoas, atendendo as comunidades vizinha dos entornos dos reservatórios de Gafanhoto, Itutinga/Camargos, Aimorés, Rio de Pedras, Queimado e Três Marias.

Programa Energia Inteligente: traduz a preocupação da Cemig em atender os clientes com qualidade e orientá-los sobre o uso correto e racional da energia elétrica. O investimento realizado em 2015 foi superior a R\$39 milhões, com uma economia de energia de 6.993 MWh/ano e redução de demanda de ponta de 5.189 kW nos setores residencial, rural e comercial e serviços.

Este programa possui alguns subprogramas dos quais destacamos o Projeto Conviver, iniciado em 2006. O Projeto Conviver orienta clientes de baixa renda sobre ações e medidas de eficiência energética. Em 2015 foram investidos R\$5,3 milhões com atendimento a mais de 5.323 famílias. Em 2015, foram substituídas 2.711 geladeiras antigas por geladeiras novas com selo Procel e 26.160 lâmpadas incandescentes por lâmpadas fluorescentes compactas. As geladeiras antigas e as lâmpadas, recolhidas pela Cemig, passam por um processo de reciclagem.

Projetos culturais, esportivos e de saúde

O fortalecimento do setor cultural é uma das prioridades da Empresa voltada para a cidadania corporativa. Ao promover a cultura, a Cemig beneficia a sociedade local com a geração de oportunidades de lazer, além de preservar a memória e identidade das comunidades onde atua, bem como a própria história da Empresa, visto que a Cemig tem fortes raízes culturais nacionais e locais.

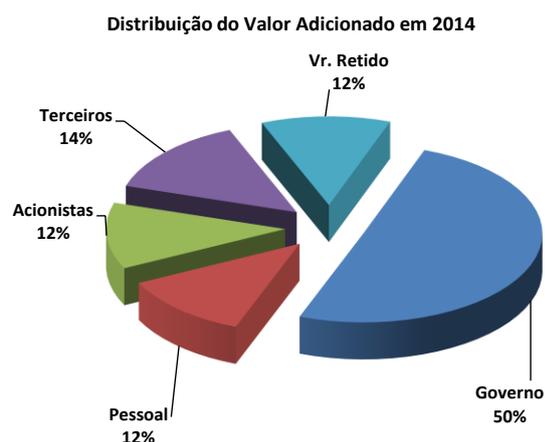
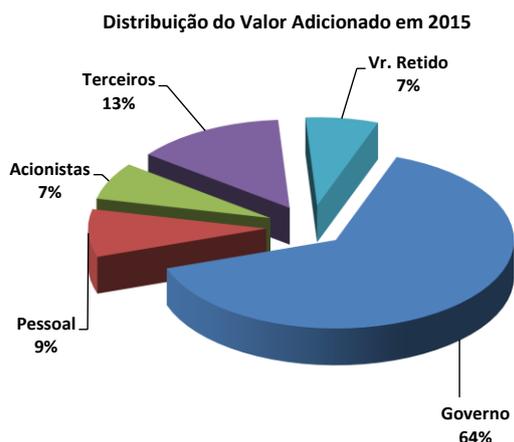
Os dois principais programas são o Cemig Cultural, com investimento de base para o mercado cultural, e o Filme de Minas, que tem o propósito de estimular a produção audiovisual no Estado de Minas Gerais.

Os patrocínios em cultura alcançaram o total de 52 projetos em 2015, com investimentos da ordem de R\$6,38 milhões em recursos próprios e R\$12,65 milhões em repasse via leis de incentivo.

A Cemig investe também em projetos voltados para o Esporte por meio de recursos próprios e do incentivo da Lei do Esporte. Em 2015 o total investido em esportes foi da ordem de R\$1,94 milhão, gerando benefícios de resgate social e cidadania, com foco nas crianças e adolescentes.

Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a Sociedade, com R\$18.188 milhões de valor adicionado em 2015 em comparação a R\$13.209 milhões em 2014.



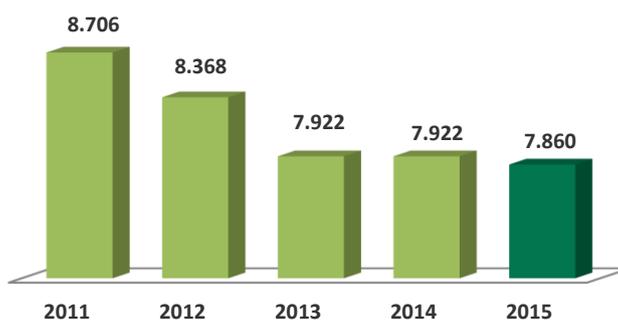
Recursos Humanos

A Cemig considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, procura adotar as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

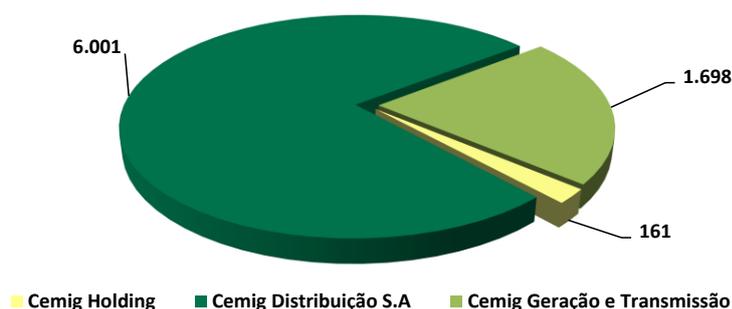
Quadro de empregados

A Companhia apresenta uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, passando de 8.706 empregados em 2011 para 7.860 em 2015, conforme apresentado no gráfico a seguir:

Quantidade de empregados



Empregados por empresa



Provimento

Com o objetivo de manter um quadro de pessoal equilibrado e eficiente, consolidando a atratividade da Empresa no mercado, a estratégia de remuneração da Cemig reflete um posicionamento compatível com o mercado, com benefícios competitivos e programas voltados para o bem-estar dos empregados.

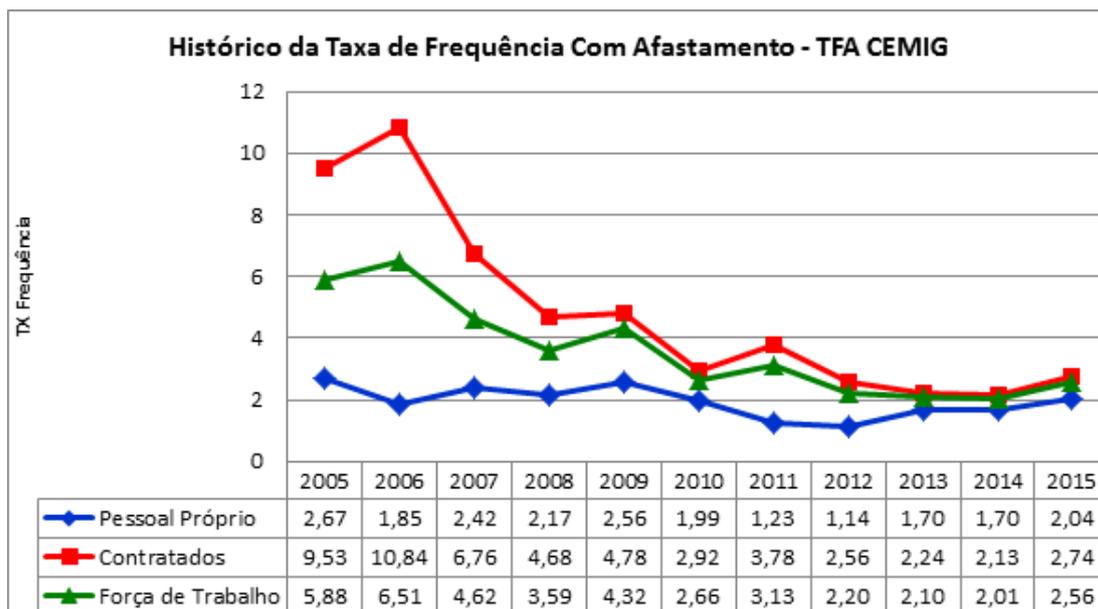
Em atendimento à demanda por contratação de mão de obra temporária para diversos órgãos da Cemig, no ano de 2015, foi realizada a gestão de 74 contratações.

Por meio do Programa Anual de Estágios curriculares, a Cemig proporcionou a 326 estagiários a oportunidade de desenvolvimento em sua área de formação, associando teoria e prática.

Com o Programa de Aprendizagem Cemig-Cesam, 255 adolescentes carentes desenvolveram novas competências, em função do aprendizado profissional, sob a supervisão de tutores empregados da Cemig.

Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

Em decorrência das diversas ações e programas da Companhia voltados às questões de Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, os indicadores de acidentes apresentaram uma redução significativa nos últimos 10 anos, tanto considerando pessoal próprio quanto contratado. Em 2015, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA relativa à força de trabalho fechou no valor de 2,56, cerca de 27% a mais que em 2014, cuja taxa foi de 2,01:



Comparando com o histórico dos últimos anos tivemos um acréscimo na TFA de 20% para Pessoal Próprio, 28,64% para Pessoal Contratado e 27,36% para a nossa Força de Trabalho, quebrando uma série que vinha decrescendo desde 2011. A Companhia vem promovendo ações internas e revisão de processos de forma a retomar a tendência de redução do TFA nos próximos anos.

UniverCemig

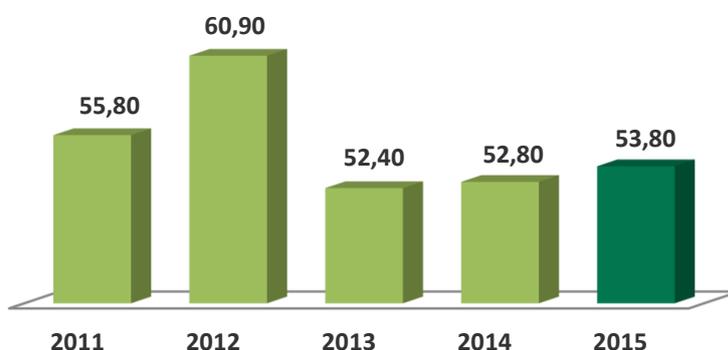
Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

Em relação aos resultados quantitativos, foram oferecidas pela UniverCemig, em 2015, 12.140 participações e 297.747 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio da Cemig e também para treinamento de empregados de outras empresas. O valor investido total em ações de treinamento e desenvolvimento foi de R\$ R\$35,8 milhões.

Meio Ambiente

Em 2015, a Cemig investiu um total de R\$53,8 milhões em recursos relacionados às questões ambientais, destes, R\$8,5 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.

Recursos Aplicados em Meio Ambiente (R\$ milhões)

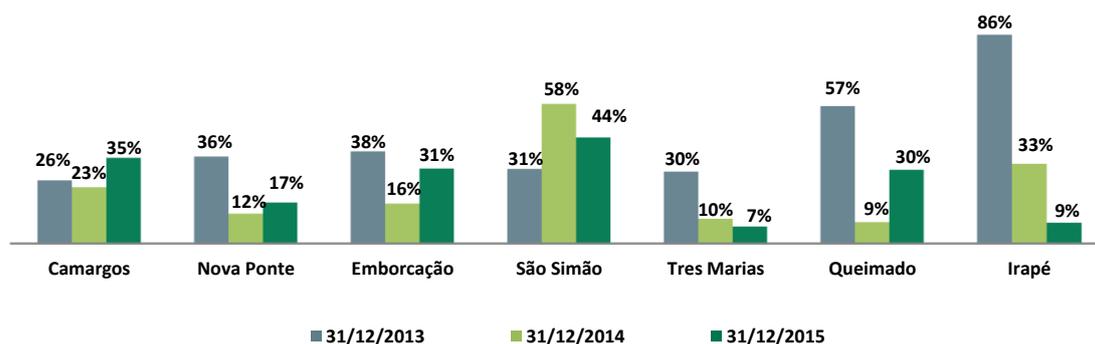


Recursos Hídricos

A Cemig possui uma área dedicada à gestão de recursos hídricos, que através do planejamento adota medidas operativas em suas usinas hidrelétricas que visam calcular a geração ótima de cada usina, garantindo o melhor aproveitamento da água para a geração, sem impactar os demais usos da bacia hidrográfica.

A Cemig monitora regularmente uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, em 42 reservatórios e mais de 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos.

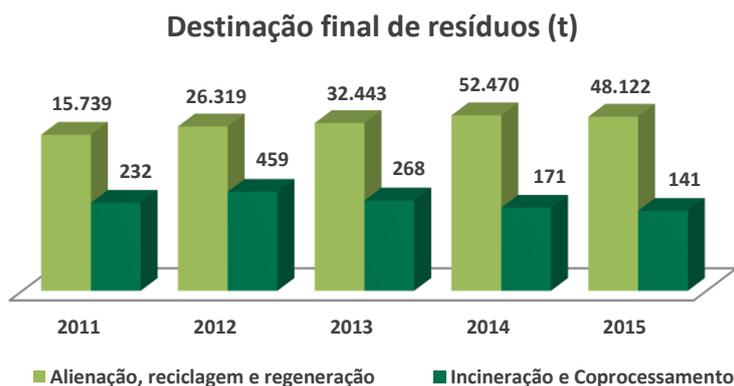
Armazenamento Usinas CEMIG



Gestão de Resíduos

Em 2015 foram destinadas 48,3 mil toneladas de resíduos e materiais inservíveis, sendo que 99,7% foram alienadas, recicladas ou regeneradas e 0,3% foram coprocessadas, incineradas ou dispostas em aterro industrial.

Dentro desses valores, foram regeneradas e reutilizadas pela empresa 32,3 toneladas de óleo mineral isolante, antes impróprio para consumo interno, e coprocessadas 110 toneladas de resíduos impregnados com óleo.



Programas para a Ictiofauna

O Programa Peixe Vivo atua na expansão e criação de medidas mais efetivas para a conservação da ictiofauna nas bacias hidrográficas onde estejam instaladas usinas da empresa, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. Com o apoio dos diversos segmentos da comunidade, que auxiliaram no planejamento de alternativas preventivas incorporadas às diretrizes da Política Ambiental da Cemig, o Peixe Vivo atua em três frentes: os programas de conservação da ictiofauna e bacias hidrográficas; a produção de conhecimento científico para subsidiar esses programas; e a promoção do envolvimento da comunidade nas atividades previstas.

Em 2015, foram investidos R\$6,2 milhões, com a produção de cerca de 500 mil alevinos, totalizando 12 toneladas, que foram soltos em 52 peixamentos, com a participação de 1.676 pessoas das comunidades locais, em 40 municípios.

Biodiversidade

Considerando a predominância de Usinas Hidrelétricas na matriz energética da Cemig, a estratégia ambiental da Companhia em relação à biodiversidade é direcionada aos programas de conservação do conjunto de espécies de peixes que vivem nos cursos d'água onde possui empreendimentos.

Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado “10 iniciativas para o clima”, em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE. Os detalhes sobre as iniciativas da Cemig relativas a mudanças climáticas podem ser obtidos no site da Companhia.

Em 2015 a Cemig publicou o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por certificador independente. O documento completo pode ser acessado no site da Companhia.

Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Para os empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental formal são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos avaliados. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 tiveram que passar pelo processo de licenciamento corretivo. A Cemig GT possui 75,3% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 24,7% em processo de obtenção das respectivas licenças ambientais. Já a Cemig D possui 78,6% de seus empreendimentos devidamente licenciados e 21,4% em processo de licenciamento.

RECONHECIMENTOS – PRÊMIOS

Como resultado dos esforços desenvolvidos pela Cemig em 2015, vários segmentos da Sociedade reconheceram a excelência de suas atividades, resultando em várias premiações, dentre as quais destacamos:

Índice Dow Jones de Sustentabilidade

Foi lançado em 1999 como o primeiro indicador da performance financeira das empresas líderes em sustentabilidade a nível global. As empresas que constam deste Índice, indexado à bolsa de Nova York, são classificadas como as mais capazes de criar valor para os acionistas, a longo prazo, através de uma gestão dos riscos associados tanto a fatores econômicos, como ambientais e sociais. A Cemig está presente pela 16ª vez consecutiva.

Prêmio Anefac-Fipecafi-Serasa – “Troféu Transparência”

O Troféu Transparência é concedido às empresas que detêm práticas de transparência nas informações contábeis, no que diz respeito à qualidade do relatório da administração e consistência com dados divulgados, entre outros fatores. Nos últimos 12 anos, a Companhia sempre recebeu o prêmio entre as empresas mais transparentes, mas, pela primeira vez, ela também foi escolhida, pela comissão julgadora, como destaque na categoria de Empresas de Capital Aberto com Receita Líquida acima de R\$5 Bilhões.

Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa - ISE

Promoção de uma lista de empresas que amplia o entendimento sobre as mesmas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas. A Companhia foi selecionada, pela décima primeira vez consecutiva, para compor a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE da Bolsa de Valores de São Paulo – BM&FBOVESPA, mantendo-se no índice desde a sua criação, em 2005.

Carbon Disclosure Project - CDP

A Cemig foi selecionada pelo Carbon Disclosure Project (CDP) pelo quarto ano consecutivo como uma das dez empresas brasileiras com as melhores práticas em mudanças climáticas na América Latina. A seleção levou em consideração o nível de detalhe e qualidade das respostas em relação a um conjunto de critérios como gerenciamento de riscos e oportunidades das mudanças climáticas, o comprometimento com a mitigação e iniciativas de redução de emissões de gases de Efeito Estufa. A Cemig também foi selecionada pelo CDP na América Latina como a melhor prática de uso de preço interno de carbono e terá a sua experiência transformada em um estudo de caso.

Índice Euronext Vigeo – Emerging 70

A Cemig foi selecionada como uma das melhores empresas do mercado emergente pelo índice Euronext Vigeo – Emerging 70. Este índice distingue as companhias que atingiram as mais avançadas performances ambientais e sociais, além de adotarem as melhores práticas em governança corporativa.

Prêmio IASC (Índice Aneel de Sustentabilidade)

A Cemig conquistou o 1º lugar no Prêmio IASC 2015 (Índice Aneel de Satisfação do Consumidor) na categoria Região Sudeste – acima de 400 mil consumidores, concorrendo com oito grandes concessionárias da região. Essa é a quarta vez que a empresa recebe o Prêmio IASC, sendo também premiada nos anos de 2002, 2004 e 2006. O resultado alcançado pela Cemig, este ano, foi de 66,71% de aprovação, superando mais uma vez a média do Brasil, que foi de 57,03%.

Divulgado anualmente desde 2000, o IASC avalia o desempenho prestado pelas distribuidoras de energia em suas áreas de atuação. O prêmio é concedido anualmente, desde 2002, para incentivar a melhoria do serviço de distribuição no País.

Prêmio Época/Reclame Aqui Qualidade no Atendimento

Realizado pela Revista Época e o site Reclame Aqui, os vencedores são escolhidos por meio de votação popular no site da Reclame Aqui. A Cemig D foi vencedora na Categoria Serviços Públicos - Energia Elétrica, pelo terceiro ano consecutivo.

Índice Carbono Eficiente da BM&FBovespa e BNDES

A Empresa foi selecionada para compor o Índice Carbono Eficiente (ICO2) pela 5ª vez consecutiva. Desenvolvido pela BM&FBovespa e pelo BNDES, o indicador sinaliza para os mercados de capitais nacional e internacional que o País e as companhias brasileiras listadas estão alinhados com as mais avançadas discussões sobre as mudanças climáticas.

Valor 100

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A – TAESA, empresa do Grupo Cemig, foi escolhida, como a melhor empresa do setor elétrico do Brasil pelo anuário "Valor 1000" do jornal Valor Econômico, que analisou 1.000 companhias em 25 setores da economia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

1) Base de Cálculo	2015			2014 Reclassificado		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	21.292.211			19.539.578		
Resultado Operacional (RO)	4.119.528			2.139.511		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	1.258.081			1.098.265		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	75.115	5,97	0,35	79.436	7,23	0,41
Encargos sociais compulsórios	306.272	24,34	1,44	294.767	26,84	1,51
Previdência privada	83.669	6,65	0,39	78.644	7,16	0,40
Saúde	46.145	3,67	0,22	44.369	4,04	0,23
Segurança e medicina no trabalho	23.483	1,87	0,11	21.372	1,95	0,11
Educação	896	0,07	-	604	0,05	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	35.831	2,85	0,17	37.553	3,42	0,19
Creches ou auxílio-creche	2.477	0,20	0,01	2.183	0,20	0,01
Participação nos lucros ou resultados	130.198	10,35	0,61	238.664	21,73	1,22
Outros	17.112	1,36	0,08	16.657	1,52	0,09
Total - Indicadores Sociais Internos	721.198	57,33	3,38	814.249	74,14	4,17
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	455	-	-	287	-	-
Cultura	19.035	0,06	0,09	26.816	0,11	0,14
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN/ Esporte	54.222	0,17	0,25	66.699	0,27	0,34
Total das Contribuições para a Sociedade	73.712	0,23	0,34	93.802	0,38	0,48
Tributos (excluídos encargos sociais)	12.017.068	36,59	56,44	6.634.426	26,36	33,95
Total - Indicadores Sociais Externos	12.090.780	36,82	56,78	6.728.228	26,74	34,43
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	53.840	0,16	0,25	52.838	0,21	0,27
Em Programas e/ou projetos externos	-	-	-	-	-	-
Total dos Investimentos em Meio Ambiente	53.840	0,16	0,25	52.838	0,21	0,27
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%	(X) não possui metas () cumpre de 0 a 50%	() cumpre de 51 a 75% () cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional	2015			2014		
Nº de empregados (as) ao final do período	7.860			7.922		
Nº de admissões durante o período	22			217		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	ND			ND		
Nº de estagiários (as)	326			277		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	3.568			3.596		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1.073			1.087		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	3,1			12,03		
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	2.528			2.546		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	1,5			14,11		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	-			230		
6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2015			Metas 2016		
Relação entre maior e a menor remuneração na empresa	36,44			NÃO HÁ META		
Número total de acidentes de trabalho considerar com empregados	89			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as) + CIPA	() Todos (as) empregados (as)	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as) + CIPA	() Todos (as) empregados (as)
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	() não se envolve	(X) segue as normas da OIT	() incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	() são sugeridos	(X) são exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apoia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND	na empresa ND	no Procon ND	na Justiça ND
% de reclamações e críticas solucionadas:	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %	na empresa ND %	no Procon ND %	na Justiça ND %
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2015:			Em 2014:		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	61,86% governo 8,17% colaboradores (as) 8,54 % retido	8,77% acionistas 12,65% terceiros		50,23% governo 11,94% colaboradores (as) 11,68% retido	12,07% acionistas 14,08% terceiros	

7) Outras Informações

I. Em 2015, a Cemig investiu um total de R\$ 53,8 milhões em recursos relacionados às questões ambientais, destes, R\$ 8,5 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente e R\$ 45,3 milhões em gestão ambiental.

II. Outra importante atuação da Cemig ocorre em relação ao monitoramento da qualidade da água dos reservatórios. A Cemig monitora regularmente uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, em 42 reservatórios e mais de 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos. A rede de monitoramento foi ajustada com o objetivo de aprimorar o suporte na gestão da qualidade da água dos reservatórios e atender condicionantes e resoluções estaduais e federais.

III. Em 2015 foram destinadas 48,3 mil toneladas de resíduos e materiais inservíveis, sendo que 99,7% foram alienadas, recicladas ou regeneradas e 0,3% foram coprocessadas, incineradas ou dispostas em aterro industrial. Dentro desses valores, foram regeneradas e reutilizadas pela empresa 32,3 toneladas de óleo mineral isolante antes impróprio para consumo interno e coprocessadas 110 toneladas de resíduos impregnados com óleo. Dos valores apresentados, 658 toneladas representam resíduos perigosos e 47,6 mil toneladas resíduos não perigosos.

IV. A venda destes resíduos gerou uma receita de R\$ 12,8 milhões, sendo R\$ 10,5 milhões provenientes da venda de resíduos da Cemig D e R\$ 2,3 milhões correspondentes a receita da Cemig GT.

COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Bruno Westin Prado Soares Leal
Mauro Borges Lemos	Samy Kopit Moscovich
Allan Kardec de Melo Ferreira	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães	Wieland Silberschneider
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Antônio Dirceu Araújo Xavier
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Carlos Fernando da Silveira Vianna
Guy Maria Villela Paschoal	Flávio Miarelli Piedade
Eduardo Borges de Andrade	Tarcísio Augusto Carneiro
Ricardo Coutinho de Sena	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Marina Rosenthal Rocha
José Henrique Maia	Newton Brandão Ferraz Ramos
Saulo Alves Pereira Junior	José Augusto Gomes Campos
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Charles Carvalho Guedes	Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Edson Moura Soares	Ari Barcelos da Silva
Marcio Almeida do Amaral	Aliomar Silva Lima
Ronaldo Dias	Alexandre Pedercini Issa
Bruno Gonçalves Siqueira	Rafael Pinto Queiroz Neto

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Mauro Borges Lemos	Diretor-Presidente
Mateus de Moura Lima Gomes	Diretor Vice-Presidente
Ricardo José Charbel	Diretor de Distribuição e Comercialização
Fabiano Maia Pereira	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor de Geração e Transmissão
Márcio Lúcio Serrano	Diretor de Gestão Empresarial
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico
Luiz Fernando Paroli Santos	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
César Vaz de Melo Fernandes	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Eduardo Lima Andrade Ferreira	Diretor de Gás
Evandro Leite Vasconcelos	Diretor Comercial

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 - 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

Endereço eletrônico

Site: www.cemig.com.br

E-Mail: ri@cemig.com.br

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

ATIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	924.632	887.143	256.484	113.336
Títulos e Valores Mobiliários	7	2.426.746	993.994	127.390	46.284
Consumidores e Revendedores	8	3.580.789	2.141.844	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	8	183.688	247.571	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	873.699	848.375	-	-
Tributos Compensáveis	9	175.330	213.602	4.821	4.816
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	305.829	294.903	-	-
Dividendos a Receber		62.025	73.283	1.015.491	354.811
Fundos Vinculados		162	1.110	133	273
Estoques		37.264	39.887	10	10
Adiantamento a Fornecedores	27	87.241	4.450	-	-
Repasse de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	12	71.695	344.896	-	-
Outros Créditos		647.638	463.320	10.224	12.558
TOTAL DO CIRCULANTE		9.376.738	6.554.378	1.414.553	532.088
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e Valores Mobiliários	7	83.566	17.278	2.275	991
Adiantamento a Fornecedores	27	60.000	-	-	-
Consumidores e Revendedores	8	58.454	202.734	-	-
Concessionários – Transporte de Energia	8	75.237	6.172	-	-
Tributos Compensáveis	9	257.851	386.606	6.570	6.568
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	205.620	207.104	205.620	207.104
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	1.498.479	1.245.726	778.120	362.408
Depósitos Vinculados a Litígios	11	1.813.341	1.534.805	483.264	423.044
Outros Créditos		807.724	407.525	23.255	19.219
Ativo Financeiro da Concessão	13	2.659.805	7.474.968	-	-
Investimentos	14	9.767.722	8.039.791	13.424.261	12.138.161
Imobilizado	15	3.940.323	5.543.620	2.177	1.178
Intangível	16	10.275.104	3.379.296	1.918	1.096
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		31.503.226	28.445.625	14.927.460	13.159.769
TOTAL DO ATIVO		40.879.964	35.000.003	16.342.013	13.691.857

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

PASSIVO (Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014
Fornecedores	17	1.901.153	1.603.716	8.765	5.766
Encargos Regulatórios	20	516.983	105.558	-	-
Participações nos Lucros		114.031	115.698	7.986	10.835
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	740.113	554.708	53.123	57.975
Imposto de Renda e Contribuição Social	18b	10.646	42.556	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos a Pagar	23	1.318.253	1.643.451	1.318.022	1.643.451
Empréstimos e Financiamentos	19	5.136.874	4.143.124	-	-
Debêntures	19	1.163.485	1.147.531	-	-
Salários e Contribuições Sociais		220.573	194.608	10.382	8.555
Obrigações Pós-emprego	21	166.990	153.426	9.139	8.932
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	14	1.245.103	-	1.245.103	-
Outras Obrigações		551.306	418.941	5.200	13.716
TOTAL DO CIRCULANTE		13.085.510	10.123.317	2.657.720	1.749.230
NÃO CIRCULANTE					
Encargos Regulatórios	20	226.413	251.937	-	-
Empréstimos e Financiamentos	19	1.783.655	1.815.952	-	-
Debêntures	19	7.082.523	6.402.131	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	739.711	723.176	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	689.247	611.469	-	-
Provisões	22	754.573	754.975	335.134	308.767
Obrigações Pós-emprego	21	3.086.381	2.478.226	294.052	134.151
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	14	147.614	194.830	-	165.801
Outras Obrigações		285.224	359.038	59.972	52.997
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		14.795.341	13.591.734	689.158	661.716
TOTAL DO PASSIVO		27.880.851	23.715.051	3.346.878	2.410.946
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	23				
Capital Social		6.294.208	6.294.208	6.294.208	6.294.208
Reservas de Capital		1.924.503	1.924.503	1.924.503	1.924.503
Reservas de Lucros		4.674.160	2.593.868	4.674.160	2.593.868
Ajustes de Avaliação Patrimonial		102.264	468.332	102.264	468.332
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES		12.995.135	11.280.911	12.995.135	11.280.911
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTA NÃO-CONTROLADOR		3.978	4.041	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		12.999.113	11.284.952	12.995.135	11.280.911
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		40.879.964	35.000.003	16.342.013	13.691.857

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2015	2014	2015	2014
RECEITA LÍQUIDA	24	21.292.211	19.539.578	292	321
CUSTOS OPERACIONAIS					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	25				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(9.541.940)	(7.428.381)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(998.756)	(744.431)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(1.050.925)	(254.488)	-	-
		(11.591.621)	(8.427.300)	-	-
OUTROS CUSTOS	25				
Pessoal e Administradores		(1.143.290)	(999.362)	-	-
Materiais		(42.061)	(58.013)	-	-
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(83.723)	(282.447)	-	-
Serviços de Terceiros		(739.768)	(735.935)	-	-
Depreciação e Amortização		(811.263)	(778.792)	-	-
Provisões Operacionais		(22.518)	(262.304)	-	-
Custo de Construção de Infraestrutura		(1.251.836)	(941.795)	-	-
Outras		(97.118)	(316.535)	-	-
		(4.191.577)	(4.375.183)	-	-
CUSTO TOTAL		(15.783.198)	(12.802.483)	-	-
LUCRO BRUTO		5.509.013	6.737.095	292	321
DESPESAS OPERACIONAIS	25				
Despesas com Vendas		(175.595)	(128.416)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(673.802)	(654.352)	(44.749)	(50.122)
Despesas com Provisões Operacionais		(1.203.342)	(190.000)	(1.084.757)	(190.000)
Outras Despesas Operacionais		(482.053)	(675.358)	(28.019)	(45.285)
		(2.534.792)	(1.648.126)	(1.157.525)	(285.407)
Resultado de Equivalência Patrimonial	14	415.865	210.484	3.296.744	3.330.649
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	14	729.442	-	-	-
Resultado com Combinação de Negócios	14	-	280.945	-	280.945
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro e Impostos		4.119.528	5.580.398	2.139.511	3.326.508
Receitas Financeiras	26	1.469.277	592.684	65.180	37.361
Despesas Financeiras	26	(2.204.344)	(1.693.672)	(36.024)	(244.918)
Resultado antes dos Impostos		3.384.461	4.479.410	2.168.667	3.118.951
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	10c	(881.045)	(1.259.226)	(38.248)	(18.191)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	(11.538)	(83.281)	360.956	35.879
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.491.878	3.136.903	2.491.375	3.136.639
Total do resultado do exercício atribuído a:					
Participação dos acionistas controladores		2.491.375	3.136.639	2.491.375	3.136.639
Participação de acionista não-controlador		503	264	-	-
		2.491.878	3.136.903	2.491.375	3.136.639
Lucro Básico e Diluído por ação preferencial	23	1,98	2,49	1,98	2,49
Lucro Básico e Diluído por ação ordinária	23	1,98	2,49	1,98	2,49

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.491.878	3.136.903	2.491.375	3.136.639
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES				
Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquido de impostos	(359.784)	(43.588)	(106.293)	(8.070)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(972)	(6.852)	(254.663)	(42.695)
	(360.756)	(50.440)	(360.956)	(50.765)
Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado				
Diferenças Cambiais de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	53.961	9.746	54.424	10.071
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	263	-	-	-
	54.224	9.746	54.424	10.071
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	2.185.346	3.096.209	2.184.843	3.095.945
Total do resultado abrangente atribuído a:				
Participação dos acionistas controladores	2.184.843	3.095.945	2.184.843	3.095.945
Participação de acionista não-controlador	503	264	-	-
	<u>2.185.346</u>	<u>3.096.209</u>	<u>2.184.843</u>	<u>3.095.945</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014
(Em milhares de Reais)**

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.294.208	1.924.503	2.593.868	468.332	-	11.280.911	4.041	11.284.952
Resultado do exercício	-	-	-	-	2.491.375	2.491.375	503	2.491.878
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(359.466)	-	(359.466)	-	(359.466)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	52.671	-	52.671	-	52.671
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	263	-	263	-	263
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(306.532)	2.491.375	2.184.843	503	2.185.346
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Dividendos Adicionais Propostos referentes a não controlador	-	-	-	-	-	-	(335)	(335)
Reserva de Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	-	-	797.316	-	-	797.316	-	797.316
Dividendos Estatutários (R\$0,85 por ação)	-	-	-	-	(1.067.935)	(1.067.935)	(231)	(1.068.166)
Juros sobre capital próprio (R\$0,16 por ação)	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)	-	(200.000)
Constituição de Reservas								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	20.696	-	(20.696)	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	1.262.280	-	(1.262.280)	-	-	-
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(59.536)	59.536	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	6.294.208	1.924.503	4.674.160	102.264	-	12.995.135	3.978	12.999.113
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	3.978	3.978
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	4.674.160	102.264	-	12.995.135	-	12.995.135

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros Acumulados	Total da Participação dos Controladores	Participação de acionista não Controlador	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	6.294.208	1.924.733	3.839.882	579.534	-	12.638.357	-	12.638.357
Resultado do exercício	-	-	-	-	3.136.639	3.136.639	264	3.136.903
Outros resultados abrangentes								
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	-	(43.588)	-	(43.588)	-	(43.588)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	-	-	-	2.894	-	2.894	-	2.894
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	(40.694)	3.136.639	3.095.945	264	3.096.209
Outras mutações no Patrimônio Líquido:								
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	-	-	(230)	-	(230)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,04 por ação)	-	-	(54.528)	-	-	(54.528)	-	(54.528)
Dividendos Extraordinários (R\$2,23por ação)	-	-	(2.804.000)	-	-	(2.804.000)	-	(2.804.000)
Dividendos Estatutários (R\$1,04 por ação)	-	-	-	-	(1.364.633)	(1.364.633)	-	(1.364.633)
Juros sobre capital próprio (R\$0,18 por ação)	-	-	-	-	(230.000)	(230.000)	-	(230.000)
Constituição de Reservas								
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-	29.070	-	(29.070)	-	-	-
Reserva de Retenção de Lucros	-	-	1.583.444	-	(1.583.444)	-	-	-
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(70.508)	70.508	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	6.294.208	1.924.503	2.593.868	468.332	-	11.280.911	-	11.280.911
PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS NÃO-CONTROLADORES	-	-	-	-	-	-	3.777	3.777
ATRIBUÍDO A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS CONTROLADORES	6.294.208	1.924.503	2.593.868	468.332	-	11.280.911	4.041	11.284.952

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado do Exercício	2.491.878	3.136.903	2.491.375	3.136.639
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa				
Impostos de Renda e Contribuição Social	892.583	1.342.507	(322.708)	(17.688)
Depreciação e Amortização	834.830	800.918	1.601	522
Perdas nas baixas de Imobilizado e Intangível	124.080	105.188	-	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(415.865)	(210.484)	(3.296.744)	(3.330.649)
Juros e Variações Monetárias	788.318	1.144.629	(24.136)	-
Variação Monetária – AFAC Governo do Estado de Minas Gerais	29.508	239.445	-	239.445
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	(729.442)	-	-	-
Provisões (Reversões) para Perdas Operacionais	1.401.455	580.720	1.084.757	190.000
Receita referente à atualização no valor indenizável de ativos	-	(420.013)	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros	(1.703.627)	(1.106.675)	-	-
Remensuração da participação anterior em investimento adquirido por etapas	-	(280.945)	-	(280.945)
Obrigações Pós-emprego	284.645	310.910	10.196	15.939
	3.998.363	5.643.103	(55.659)	(46.737)
(Aumento) Redução de Ativos				
Consumidores e Revendedores	(1.470.260)	(284.865)	-	-
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros	1.528.795	-	-	-
Repasso de Recurso da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	273.201	(170.283)	-	-
Tributos Compensáveis	167.027	319.991	(7)	(14)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar e Diferido	(77.016)	(36.922)	1.484	(29.605)
Transporte de Energia	(5.182)	(4.935)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(66.958)	(304.575)	(6.576)	(275.205)
Dividendos recebidos de Participações	486.799	682.907	1.241.924	4.648.724
Ativo Financeiro da Concessão	10.250	5.560	-	-
Adiantamento a Fornecedores	(130.517)	-	-	-
Gás – Take or Pay	(141.102)	(265.046)	-	-
Outros	(248.206)	74.286	11.527	4.558
	326.831	16.118	1.248.352	4.348.458
Aumento (Redução) de Passivos				
Fornecedores	297.437	472.444	2.999	(9.559)
Impostos, Taxas e Contribuições	201.940	53.781	(4.852)	(8.904)
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(105.300)	(21.717)	(35.575)	(18.191)
Salários e Contribuições Sociais	25.965	3.927	1.827	(1.402)
Encargos Regulatórios	385.901	11.033	-	-
Obrigações Pós-emprego	(207.571)	(194.522)	(11.135)	(10.400)
Outros	156.377	(161.071)	(12.651)	(44.334)
	754.749	163.875	(59.387)	(92.790)
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais				
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos pagos	5.079.943	5.823.096	1.133.306	4.208.931
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(1.331.292)	(780.887)	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(741.415)	(1.308.279)	(2.673)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.007.236	3.733.930	1.130.633	4.208.931

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(1.499.040)	116.480	(82.390)	132.850
Em Ativos Financeiros	(146.030)	(80.358)	-	-
Fundos Vinculados	948	767	140	(175)
Em Investimentos				
Aquisição de participação em investidas	(309.684)	(2.404.733)	-	(574.772)
Aquisição de participação em Controlada - Gasmig		(464.704)	-	-
Aporte em Investidas	(180.525)	(546.289)	(105.430)	(21.347)
Em Imobilizado	(125.708)	(121.917)	(2.360)	(119)
Em Intangível	(956.798)	(798.088)	(1.062)	(611)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(3.216.837)	(4.298.842)	(191.102)	(464.174)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Reembolso de ações por dissidência de acionistas	-	(230)	-	(230)
Obtenção de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	5.739.463	4.562.078	-	-
Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	(4.695.990)	(1.394.246)	-	-
Juros sobre capital próprio e Dividendos	(796.383)	(3.917.374)	(796.383)	(3.917.374)
CAIXA LÍQUIDO (CONSUMIDO) GERADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	247.090	(749.772)	(796.383)	(3.917.604)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	37.489	(1.314.684)	143.148	(172.847)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	887.143	2.201.827	113.336	286.183
No fim do exercício	924.632	887.143	256.484	113.336
	37.489	(1.314.684)	143.148	(172.847)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2015		2014		2015		2014	
RECEITAS								
Venda de Energia, Gás e Serviços	31.489.211		23.803.452		321		321	
Receita de Construção de Distribuição	1.105.806		861.437		-		-	
Receita de Construção de Transmissão	146.030		80.358		-		-	
Receita de Indenização de Transmissão	100.529		420.013		-		-	
Outras Receitas	83.277		57.674		-		-	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(175.595)		(128.459)		-		-	
	32.749.258		25.094.475		321		321	
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(10.440.807)		(8.139.164)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(1.103.805)		(824.952)		-		-	
Serviços de Terceiros	(1.409.516)		(1.351.144)		(10.991)		(18.814)	
Gás Comprado para Revenda	(1.050.925)		(254.488)		-		-	
Materiais	(740.688)		(840.520)		(262)		(472)	
Outros Custos Operacionais	(1.595.280)		(758.520)		(1.103.113)		(214.924)	
	(16.341.021)		(12.168.788)		(1.114.366)		(234.210)	
VALOR ADICIONADO BRUTO	16.408.237		12.925.687		(1.114.045)		(233.889)	
RETENÇÕES								
Depreciação e Amortização	(834.830)		(800.918)		(1.601)		(522)	
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	15.573.407		12.124.769		(1.115.646)		(234.411)	
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA								
Resultado de Equivalência Patrimonial	415.865		210.484		3.296.744		3.330.649	
Receitas Financeiras	1.469.277		592.684		65.180		37.361	
Resultado com Combinação de Negócios	-		280.945		-		280.945	
Receita de Valor Justo em Operação Societária	729.442		-		-		-	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	18.187.991		13.208.882		2.246.278		3.414.544	
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
		%		%		%		%
Empregados	1.595.391	8,77	1.578.263	11,94	37.211	1,66	38.695	1,13
Remuneração direta	1.196.656	6,58	1.052.186	7,97	29.844	1,33	13.611	0,40
Benefícios	330.008	1,81	460.116	3,47	6.229	0,28	21.153	0,62
FGTS	68.727	0,38	65.731	0,50	1.138	0,05	3.925	0,11
Outras	-	-	230	-	-	-	6	-
Impostos, Taxas e Contribuições	11.640.835	64,01	6.634.426	50,23	(319.084)	(14,21)	(6.121)	(0,18)
Federais	7.141.764	39,27	3.423.461	25,92	(319.329)	(14,22)	(6.438)	(0,19)
Estaduais	4.489.640	24,69	3.201.216	24,24	152	0,01	316	0,01
Municipais	9.431	0,05	9.749	0,07	93	-	1	-
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.459.887	13,52	1.859.290	14,08	36.776	1,64	245.331	7,18
Juros	2.354.360	12,94	1.743.530	13,20	36.024	1,61	244.918	7,17
Aluguéis	105.527	0,58	115.760	0,88	752	0,03	413	0,01
Remuneração de Capitais Próprios	2.491.878	13,70	3.136.903	23,75	2.491.375	110,91	3.136.639	91,87
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	1.267.935	6,97	1.594.633	12,07	1.267.935	56,45	1.594.633	46,71
Lucros Acumulados	1.223.440	6,73	1.542.006	11,68	1.223.440	54,46	1.542.006	45,16
Participação dos não-controladores nos Lucros Acumulados	503	-	264	-	-	-	-	-
	18.187.991	100,00	13.208.882	100,00	2.246.278	100,00	3.414.544	100,00

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Constituída com o objetivo principal de atuar como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

Em 21 de dezembro de 2015, a Cemig D celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Cemig D durante a vigência do novo prazo de concessão.

Em 31 de dezembro de 2015, o Passivo Circulante Consolidado da Companhia excedeu o Ativo Circulante Consolidado em R\$3.708.772. Esse excesso foi decorrente, principalmente, de novos financiamentos obtidos com vencimento no curto prazo para viabilizar o Programa de Investimentos da Companhia e transferência de debêntures do longo para o curto prazo, associado à provisão dos dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$1.267.935, em dezembro de 2015 e da provisão para perda nas opções de venda no montante de R\$1.245.103. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. No caso específico, já estão sendo feitas negociações com instituições financeiras para a rolagem da dívida com vencimento em 2016 para o longo prazo. Cabe destacar que a Companhia apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$3.007.236 em 2015 e R\$3.733.930 em 2014.

O Passivo Circulante da Controladora excedeu o Ativo Circulante em R\$1.243.167. Esse excesso foi decorrente, principalmente, da provisão dos dividendos no montante de R\$1.267.935, em dezembro de 2015 e da provisão para perda nas opções de venda no montante de R\$1.245.103. A Administração da Companhia monitora seu fluxo de caixa e, nesse sentido, avalia medidas visando à adequação de sua atual situação patrimonial aos patamares considerados adequados para fazer face às suas necessidades. A Controladora apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$1.130.633 em 2015 e R\$4.208.931 em 2014.

A Cemig possui participação societária nas seguintes controladas e controladas em conjunto:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) (Controlada) subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, que possui participação em 60 usinas, sendo 56 usinas hidrelétricas, 3 eólicas e 1 termelétrica e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig Geração e Transmissão possui participação societária nas seguintes controladas, controladas em conjunto:

Controladas e controladas em conjunto em operação:

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais.;
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará.;
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará;

- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010;
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia. Entrou em operação comercial em março de 2012. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 14;
- Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) – Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro;
- Renova Energia S.A. (“Renova”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 14;
- Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”) (Controlada em conjunto) - A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais. A usina possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios;
- Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Aliança Norte”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig GT, que detém 49,9% de participação, e a Vale S.A., que detém os 50,1% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9% na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A previsão para início de operação da primeira turbina é para março de 2016. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 14;

- Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”) (Controlada em conjunto) - Sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Com esses ativos a companhia tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.158 MW (652 MW médios), entre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 14.

Controladas e controladas em conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virgíópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As obras civis encontram-se 97% concluídas e o início da geração comercial está previsto para o final de 2016.
 - Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;
 - Amazônia Energia Participações S.A (“Amazônia Energia”) (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado que tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (NESA), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. Controlada em conjunto pela Light S.A. (25,5%) e pela Cemig GT (74,5%). A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,77% do capital. A previsão de início de operação da primeira turbina é para o primeiro semestre de 2016. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 14.
- Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D” ou “Cemig Distribuição”) (controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, sem ações negociadas em bolsa, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;
 - Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“TAESA”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 17 Estados do País de forma direta e através de participação em investidas.

- Light S.A. (“Light”) (controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light possui as seguintes empresas controladas e controladas em conjunto:
 - Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;
 - Light Energia S.A. (“Light Energia”) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda, Central Eólica Fontainha Ltda, Guanhões Energia S.A. e Renova Energia S.A.;
 - Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia. A Light Esco possui participação societária na EBL Companhia de Eficiência Energética S.A.;
 - Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que terá como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica. Participa do consórcio UHE Itaocara de exploração da Usina Hidrelétrica de Itaocara (51%). A Cemig GT participa com 49%. Mais detalhes ver Nota Explicativa nº 14.
 - Lightger S.A. (“Light Ger”) – Conforme já descrito nas participações da Cemig GT;
 - Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) - Tem como atividade principal a prestação de serviço aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral;
 - Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades;
 - Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia;

- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);
 - Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) (controlada em conjunto) – Conforme já descrito nas participações da Cemig GT;
 - Renova Energia S.A. (“Renova Energia”) (controlada em conjunto) - Conforme já descrito nas participações da Cemig GT.
-
- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
 - Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas. Em 31 de dezembro de 2014, em decorrência do término do contrato de cessão em comodato pela Usiminas à Cemig, a usina foi devolvida à Usiminas e a Companhia está reavaliando o seu plano de negócios;
 - Companhia de Gás de Minas Gerais (“Gasmig”) (controlada) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais. O controle foi adquirido pela Cemig em outubro de 2014;
 - Cemig Telecomunicações S.A. (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (controlada) - Sociedade por ações de capital aberto, que atua na prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multisserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center (“Ativas”) (controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação e comunicação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;
 - Efficientia S.A. (“Efficientia”) (controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;

- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Cemig Comercializadora de Energia Incentivada S.A. (anteriormente denominada Central Termelétrica de Cogeração S.A.) (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;
- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados. Incorporada pela Cemig GT em 2015;
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé;

- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora;
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (controlada em conjunto) – Conforme já mencionado na descrição das investidas da Light;
- Transchile Charrua Transmisión S.A. (“Transchile”) (controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile;
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta;
- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (controlada em conjunto) – Participação no Capital de outras Sociedades, Comerciais ou Civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati detém 25,64% de participação na Light.

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia e as Demonstrações Financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas em um único conjunto de Demonstrações Financeiras por não haver diferença entre o Patrimônio Líquido e o Resultado do Exercício apresentados de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e Resultado do Exercício da controladora.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Demonstrações Financeiras.

Em 29 de março de 2016, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos Balanços Patrimoniais:

- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido;
- Nota 13 – Ativos Financeiros da Concessão;
- Nota 14 - Investimentos
- Nota 15 – Imobilizado;
- Nota 16 – Intangíveis;
- Nota 15 – Depreciação;
- Nota 16 – Amortização;
- Nota 21 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 22 – Provisões;
- Nota 24 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Nota 29 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

2.5 Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015 com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 19/CPC 33 (R1) – Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2010-2012 e Ciclo de IFRSs 2011-2013.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da CEMIG.

2.6 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016:

- Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Acordo contratual conjunto – fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.;
- Alterações à IAS 1 – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática;

- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 – Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação – esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas é aplicável para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.
- As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição para titulares” (ou vice-versa).
- As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constituiu envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos;
- As alterações à IAS 19 esclarecem que a taxa utilizada para desconto de obrigações de benefício pós-aposentadoria deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no final do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou *Joint Venture* – tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.

- IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais;

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

a) Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que, seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Títulos e Valores Mobiliários mantidos até o vencimento, mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Depósitos Vinculados a Litígios, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos; Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros; Ativos Financeiros da Concessão abarcados pela Lei 12.783/13, mensurados ao valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

Passivos financeiros não derivativos – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou expiradas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Passivos financeiros referentes a opções de venda – São mensurados pelo valor justo mediante a utilização do fluxo de caixa descontado. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, ambos trazidos a valor presente na data destas Demonstrações Financeiras.

Capital Social – Ações ordinárias são classificadas como Patrimônio Líquido. O capital preferencial é classificado como Patrimônio Líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do Capital Social. Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferenciais estão descritos na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo.

Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda – Um ativo financeiro é classificado como disponível para venda quando o propósito para o qual foi adquirido não é aplicação de recursos para obter ganhos de curto prazo, bem como não há a intenção de manter as aplicações até o vencimento ou ainda quando não estão enquadrados nas demais categorias. A partir de 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.

Empréstimos e recebíveis – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Lei nº 12.783, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

Ativos Financeiros não abarcados pela Lei nº 12.783 são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

b) Moeda estrangeira e operações no exterior

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.

Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de moedas estrangeiras referentes à controlada em conjunto Transchile (cuja moeda funcional é o dólar norte-americano) são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As Demonstrações Financeiras de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis brasileiras e internacionais e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante não sendo depreciados ou amortizados e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto que se caracterizam como “joint ventures” são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Nas Demonstrações Financeiras consolidadas as informações financeiras das controladas em conjunto, que se caracterizam como “joint ventures”, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Quando a Companhia realiza uma transação para a contribuição de ativos não monetários que representem um negócio para uma joint venture, os lucros e prejuízos resultantes da transação (pela mensuração dos ativos contribuídos ao valor justo) são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente na extensão das participações na joint venture que não sejam relacionadas à Companhia.

f) Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos pela Companhia, dos passivos incorridos pela Companhia na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras que correspondam a participações atuais e confirmam aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação serão inicialmente mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é remensurada pelo valor justo na data de sua aquisição e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado.

Nas demonstrações financeiras individuais, a Companhia aplica os requisitos da ICPC 09 (R1) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição seja reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento.

g) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de Arrendamento Operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

h) Ativos Vinculados à Concessão

Atividade de distribuição – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização reflete o padrão de consumo dos direitos adquiridos, sendo calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, tendo como base a aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

A Companhia mensurou a parcela dos ativos que será integralmente amortizada até o final da concessão considerando a prorrogação por mais 30 anos do seu Contrato de Concessão, conforme descrito em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 4.

Os novos ativos são registrados inicialmente no ativo intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores, sendo que a parcela dos ativos que é registrada no ativo financeiro é avaliada com base no custo novo de reposição, tendo como referência os valores homologados pela ANEEL da Base de Remuneração de Ativos nos processos de revisão tarifária.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

Atividade de transmissão – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

Atividade de gás – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores. O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

i) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados ao ativo intangível em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

j) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que reflete a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras.

Os ativos que não serão depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada, que é classificada como Ativo Financeiro da Concessão.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 13.

k) Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos não financeiros – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é mensurado na data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

l) Benefícios a Empregados

Planos de contribuição definida – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível.

Planos de benefício definido – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Custo do serviço passado é a mudança no valor presente da obrigação de benefício definido, resultante de alteração ou redução (encurtamento) do plano. A entidade deve reconhecer o custo do serviço passado como despesa na data em que ocorrer primeiro uma das seguintes opções: (a) quando ocorrer a alteração do plano; e (b) quando a entidade reconhecer os custos de reestruturação correspondentes ou os benefícios rescisórios.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais são reconhecidos imediatamente por meio de outro resultado abrangente de forma que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão seja reconhecido na demonstração consolidada da posição financeira para refletir o valor integral do déficit ou superávit do plano.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do passivo líquido. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde, efetivamente, aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

Outros benefícios de longo prazo a empregados – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

Benefícios de término de vínculo empregatício – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

Benefícios de curto prazo a empregados – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

m) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.

Contratos Onerosos – Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos vigentes ou substantivamente vigentes na data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, gás, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

A receita de Parcela A e outros itens financeiros é reconhecida no resultado quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia. Para maiores detalhes, vide nota explicativa 13.

p) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

q) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

r) Informação por Segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não ágio.

s) Demonstrações de Valor Adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

t) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações ou da transição para os IFRS, conforme o caso.

3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Demonstrações Financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e as participações diretas da Cemig, incluídas na consolidação são como segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/12/2015
		Participação Direta (%)
Cemig Geração e Transmissão	Consolidação	100,00
Cemig Distribuição	Consolidação	100,00
Gasmig	Consolidação	99,57
Cemig Telecom	Consolidação	100,00
Rosal Energia	Consolidação	100,00
Sá Carvalho	Consolidação	100,00
Horizontes Energia	Consolidação	100,00
Usina Térmica Ipatinga	Consolidação	100,00
Cemig PCH	Consolidação	100,00
Cemig Trading	Consolidação	100,00
Efficientia	Consolidação	100,00
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	Consolidação	100,00
UTE Barreiro	Consolidação	100,00
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Consolidação	100,00

a) Controladas e controladas em conjunto

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação, uma vez que estes investimentos são considerados “*joint operations*”, de acordo com os requerimentos do IFRS 11.

c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As Demonstrações Financeiras da Transchile, para fins de cálculo de equivalência patrimonial, são convertidas de dólares norte-americanos (moeda funcional da Transchile) para reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da Cemig é o real. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no Patrimônio Líquido.

As Demonstrações Financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco baixo, garantindo alta liquidez nos papéis.

Os fundos exclusivos, cujas Demonstrações Financeiras são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.

4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig e suas controladas detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões ou autorizações:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
GERAÇÃO			
Usinas Hidrelétricas			
São Simão (1)	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara (1)	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias (3)	Rio São Francisco	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Salto Grande (3)	Rio Santo Antônio	10/1963	07/2015
Queimado	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga (3)	Rio Grande	01/1953	07/2015
Camargos (3)	Rio Grande	08/1958	07/2015
Piau (3)	Rio Piau / Pinho	10/1964	07/2015
Gafanhoto (3)	Rio Pará	09/1953	07/2015
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Usina Eólica (2)			
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	03/2000	01/2017
Praias do Parajuru	Berberibe – CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Praia de Morgado	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Usinas Termelétricas			
Igarapé	Juatuba – MG	01/2001	08/2024
Barreiro	Belo Horizonte – MG	02/2002	04/2023
TRANSMISSÃO			
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Subestação – SE Itajubá	Minas Gerais	10/2000	10/2030
DISTRIBUIÇÃO			
	Minas Gerais	01/2016	12/2045

(1) Não foi considerada a prorrogação da concessão conforme previsto no Contrato de Concessão. Vide detalhes nesta nota;

(2) Atividade de geração eólica é concedida mediante autorização.

(3) Após o vencimento destas concessões, as usinas foram operadas de forma assistida pela Cemig GT até a assinatura, em jan/2015, dos novos contratos de concessão que permitem a exploração das concessões até jan/2045.

Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia vende energia através de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vende energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). No ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCH”), auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento tenha sido iniciado após julho de 1995.

Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao mercado regulado após o período de cinco anos da comunicação desta intenção ao distribuidor de sua região. Esta comunicação prévia procura assegurar à distribuidora um período necessário para comprar energia adicional para suprir a reentrada de consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas, diferentemente do que ocorre com geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

Leilão de Concessões de Geração de Energia Elétrica

Devido à Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº12.783/2013, 15 usinas da Cemig GT (Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Itutinga, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Salto Grande, Três Marias, Tronqueiras, Dona Rita e Volta Grande) além de Jaguara, São Simão e Miranda tiveram suas concessões condicionadas a aceitação de tarifas pré-definidas e indenização dos investimentos ainda não amortizados para cada usina. A Cemig GT, à época não aceitou os termos de renovação.

Em novembro de 2015, a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas S.A., totalizando uma garantia física de 420 MW médios, conforme segue:

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MWmed)
UHE Três Marias	Jan/2045	396,00	239,00
UHE Salto Grande	Jan/2045	102,00	75,00
UHE Itutinga	Jan/2045	52,00	28,00
UHE Camargos	Jan/2045	46,00	21,00
PCH Piau	Jan/2045	18,01	13,53
PCH Gafanhoto	Jan/2045	14,00	6,68
PCH Peti	Jan/2045	9,40	6,18
PCH Tronqueiras	Jan/2045	8,50	3,39
PCH Joasal	Jan/2045	8,40	5,20
PCH Martins	Jan/2045	7,70	1,84
PCH Cajuru	Jan/2045	7,20	2,69
PCH Paciência	Jan/2045	4,08	2,36
PCH Marmelos	Jan/2045	4,00	2,74
PCH Coronel Domiciano (1)	Jan/2045	5,04	3,59
PCH Dona Rita (1)	Jan/2045	2,41	1,03
PCH Ervália (1)	Jan/2045	6,97	3,03
PCH Neblina (1)	Jan/2045	6,47	4,66
PCH Sinceridade (1)	Jan/2045	1,42	0,35
		699,59	420,27

(1) Usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas, que estarão em regime de operação assistida pela concessionária anterior pelo prazo de 180 dias a contar da data de assinatura dos contratos.

As informações referentes a Capacidade instalada, Garantia Física e outras informações operacionais, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes”.

A assinatura do contrato dessas usinas permite a exploração da concessão pelos próximos 30 anos e a energia será toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física (“CGF” ou “regime de cotas”) em 2016 e a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ACL.

O valor ofertado pelo lote foi de R\$498.694 e a bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas hidrelétricas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante, correspondente a 35%, deverá ser pago em até 180 dias após a assinatura do Contrato de Concessão. O contrato foi assinado em 05 de janeiro de 2016, no Ministério de Minas e Energia.

Renovação das concessões

A Companhia entende que tem direito à renovação da concessão com base nos termos originais do Contrato de Concessão e encontra-se atualmente em discussão judicial da questão.

Renovação da concessão da Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”)

Conforme previsto no contrato de concessão da Usina Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia (“MME”) indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.

Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), contra ato do MME que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina Jaguará até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kunina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar, publicada no dia 03 de setembro de 2013, no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT. Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2.

Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguara, sob as bases iniciais do contrato de concessão.

No dia 03 de novembro de 2015 o Ministro Relator do STF publicou Despacho, por meio do qual solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da Ação Cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 04 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, Relator deste processo, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguara, sob as bases iniciais do contrato de concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. Em 01 de fevereiro de 2016 foi publicada decisão deferindo a requerida liminar.

No dia 15 de fevereiro de 2016 foi publicado Acórdão no STJ contendo a decisão da 1ª Seção daquele Tribunal, que denegou a segurança e julgou prejudicado o agravo regimental.

Em 22 de fevereiro de 2016, no âmbito do STF, foi proferido despacho pelo Ministro Relator, adiando a continuidade da Audiência de Conciliação entre a Cemig GT e a União, aguardando as partes, neste momento, novo despacho para designação de nova data para a continuidade da aludida audiência de conciliação iniciada em 15 de dezembro de 2015.

Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu, em 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

Renovação da concessão da Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da Usina São Simão uma vez que entende que o respectivo contrato de concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) que seja negada a renovação da Concessão da Usina São Simão.

Em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou Mandado de Segurança (MS nº 21.465/DF), perante o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão com base no Contrato de Concessão.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará, ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança referente à Usina São Simão, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do STJ, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até que seja julgado definitivamente este Mandado de Segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi informado que o MME tomaria as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da Usina São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.

Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da Usina São Simão, mas ressaltou que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O MME, por meio da Portaria 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança em face do Exmo. Ministro do STJ Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da Usina São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança referente à Usina São Simão seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Em 8 de setembro de 2015, foi publicada decisão do Ministro Relator (Ministro Herman Benjamin) indeferindo o pedido de liminar pleiteado pela Companhia.

Ainda no dia 8 de setembro de 2015 foi interposto Agravo Regimental contra a decisão do Ministro Herman Benjamin que indeferiu o pedido de liminar formulado. Durante a Sessão da Corte Especial do STJ, realizada no dia 4 de novembro de 2015, foi, por unanimidade, negado provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Ministro Relator.

No dia 25 de novembro de 2015, o Agravo Regimental interposto pela Cemig GT contra a decisão que cassou a liminar, no auto MS nº 21.465/DF, foi, por unanimidade, indeferido pela 1ª Seção do STJ, tendo sido publicado o referido Acórdão no dia 01 de dezembro de 2015, restando pendente o julgamento de mérito deste Mandado de Segurança.

Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

Considerando o atual status da discussão judicial e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;
- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;
- Transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que ainda está em discussão judicial. Este ativo, com base nos termos do contrato de concessão, é considerado como recuperável por montante superior ao registrado.

Concessões de Transmissão

De acordo com os contratos de concessão transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas – RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kv, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza, ou consuma energia elétrica, tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Concessões de transmissão renovadas em conformidade à Lei 12.783/13

As concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, foram renovadas partir de 1º de janeiro de 2013 em conformidade com a Lei 12.783/13, onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia tem direito a receita, a partir de 2013, pela operação e manutenção desses ativos.

Concessões de Distribuição

A Cemig D detém junto à ANEEL a concessão para exploração da atividade de Distribuição de energia elétrica na maior parte do Estado de Minas Gerais, com vencimento em dezembro de 2045.

Conforme determina o contrato de concessão, todos os bens e instalações que estejam vinculados à prestação do serviço de distribuição de energia elétrica e que tenham sido realizados pela concessionária são considerados reversíveis e integram o acervo da respectiva concessão. Esses bens serão revertidos ao poder concedente quando da extinção do contrato, procedendo-se às avaliações e determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de incorporação ao sistema elétrico.

A Companhia não possui obrigações de pagamentos compensatórios pela exploração das concessões de distribuição, sendo exigido o atendimento às exigências de qualidade e investimentos previstas nos contratos de concessão.

Os contratos de concessão e a legislação brasileira estabelecem um mecanismo de preços máximos que permite três tipos de reajustes de tarifas: (i) o reajuste anual; (ii) a revisão periódica; e (iii) a revisão extraordinária.

A Companhia tem o direito de requerer, a cada ano, o reajuste anual, o qual se destina a compensar os efeitos da inflação sobre as tarifas e permite repassar aos consumidores certas alterações nos custos que estejam fora do controle da Companhia, tais como o custo da energia elétrica comprada e encargos setoriais, incluindo encargos em função do uso das instalações de transmissão e distribuição.

Ademais, a ANEEL realiza uma revisão periódica de tarifas a cada cinco anos, que visa identificar as variações dos custos da Companhia, bem como estabelecer um fator com base nos ganhos de escala, que será aplicado nos reajustes de tarifas anuais, para compartilhar tais ganhos com os consumidores da Companhia.

A Companhia também tem o direito de solicitar a revisão extraordinária das tarifas, casos eventos imprevisíveis alterem significativamente o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. A revisão periódica e a revisão extraordinária estão sujeitas, em certo grau, à discricionariedade da ANEEL, apesar de existirem regras pré-estabelecidas a cada ciclo revisional. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário anual, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma tarifa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (i) uma parcela referente aos custos com energia elétrica comprada para revenda, encargos de uso da rede básica de transmissão e encargos de uso do sistema de distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (ii) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”).

Renovação das Concessões

Em 11 de setembro de 2012, foi emitida pelo Governo Federal a Medida Provisória nº 579 (“MP”), posteriormente aprovada pelo Congresso Nacional e convertida na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Em 02 de junho de 2015 foi editado o Decreto nº 8.461 que regulamentou a prorrogação das concessões de distribuição alcançadas pela Lei nº 12.783/2013. Em 21 de dezembro de 2015, a Companhia celebrou com o Ministério de Minas e Energia o Quinto Termo Aditivo aos contratos de concessão, prorrogando a concessão de distribuição de energia elétrica por mais 30 anos, a partir de 1º de janeiro de 2016. O novo Termo Aditivo estabelece indicadores de qualidade no atendimento e também econômico-financeiros que devem ser atendidos pela Companhia durante a vigência do novo prazo de concessão.

As principais características e condições do Termo Aditivo estão relacionadas a seguir:

- O reajuste tarifário anual ocorrerá todo dia 28 de maio, a partir de 2016, sendo que para este reposicionamento tarifário serão aplicadas as regras previstas no contrato de concessão anterior. Para os reposicionamentos tarifários subsequentes serão aplicadas as regras previstas na cláusula sexta do Termo Aditivo;
- Limitação de distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio ao valor mínimo estabelecido em lei, caso ocorra o descumprimento dos limites anuais de indicadores de continuidade coletivos por dois anos consecutivos ou por três vezes em cinco anos, até que os parâmetros regulatórios sejam restaurados;
- Exigência de aportes de capital do controlador em montante suficiente para atender à condição de sustentabilidade econômica e financeira mínimas;
- Exigência de cumprimento de critérios de eficiência relacionados à continuidade do fornecimento e à gestão econômica e financeira para manutenção da concessão, respeitados o direito à ampla defesa e ao contratório em caso de descumprimento, considerando que: (i) pelo período de cinco anos a partir de 01 de janeiro de 2016, o eventual descumprimento por dois anos consecutivos, ou de quaisquer das condições ao final do período de cinco anos, acarretará a extinção da concessão; (ii) a partir de 01 de janeiro de 2021, eventual descumprimento por três anos consecutivos para os critérios de eficiência na continuidade do fornecimento e por dois anos consecutivos para os critérios de eficiência na gestão econômica e financeira implicará a abertura de processo de caducidade da concessão;

Concessões de Gás

As concessões para distribuição de gás natural são estaduais e no Estado de Minas Gerais, as tarifas de gás natural são fixadas, pelo órgão regulador – Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, de acordo com o segmento de mercado. As tarifas são compostas por uma parcela de custo de gás e uma parcela relativa à operação da Concessão. A cada trimestre as tarifas são reajustadas para repasse do custo de gás e uma vez ao ano para atualização da parcela destinada a cobrir os custos relativos à prestação do serviço de distribuição – remuneração do capital investido e cobrir todas as despesas operacionais, comerciais e administrativas realizadas pela Concessionária.

Além destes reajustes, em abril de 2015 a Secretaria de Desenvolvimento Econômico encaminhou à GASMIG o Ofício SEDE/GAB/Nº303/2014 informando o cronograma previsto para o 1º ciclo de Revisão Tarifária, com expectativa de finalização em março de 2017. Estas revisões deverão ocorrer a cada 5 (cinco) anos, a partir do final deste 1º ciclo, com o objetivo de avaliar as variações dos custos da Companhia e adequar às tarifas. No Contrato de Concessão também é prevista a possibilidade de revisão extraordinária das tarifas se ocorrerem motivações que ponham em risco o equilíbrio econômico-financeiro da Concessão.

Em 26 de dezembro de 2014, foi assinado o “Segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão”, entre a GASMIG e o Governo do Estado de Minas Gerais, prorrogando por mais 30 anos o prazo de concessão para a GASMIG explorar os serviços de gás canalizado industrial, comercial, institucional e residencial no Estado de Minas Gerais, passando seu vencimento de 10 de janeiro de 2023 para 10 de janeiro de 2053.

Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Valor Nominal em 2015	Valor Presente em 2015	Período de Amortização	Índice de Atualização
Irapé	100,00	34.083	13.490	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	82,50	8.705	3.752	01/2004 a 12/2032	IGPM
PCH Salto Morais	100,00	139	124	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	100,00	768	622	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (*)	100,00	4.089	3.246	06/2013 a 08/2025	IPCA

(*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2015, o valor presente e o valor nominal das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Parcelas Pagas em 2015	Valor Presente das parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Nominal das parcelas a serem pagas em 12 meses
Irapé	100,00	1.617	1.652	1.754
Queimado (Consórcio)	82,50	459	478	507
PCH Salto Morais	100,00	29	29	30
PCH Rio de Pedras	100,00	85	85	87
Diversas PCH's (*)	100,00	412	412	422

(*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

As taxas utilizadas para desconto a valor presente pela CEMIG de seus passivos, de 12,50% e 5,10%(PCH's e UHE's), representam as taxa médias de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. participou do Leilão de Contratação de Concessões de Usinas Hidrelétricas em Regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e Potência, realizado em 25 de novembro de 2015, sagrando-se vencedora do lote D, que compreende 18 usinas com potência instalada de 699,57 MW cuja porcentagem da garantia física destinada ao ACR é de 100% no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2016 e 70% a partir de 1º de janeiro de 2017.

5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Impacto da aquisição nos resultados consolidados da CEMIG

Em 2014, a receita líquida e lucro líquido do exercício, atribuíveis às operações da GASMIG após a data da combinação dos negócios corresponderam a R\$340.395 e R\$108.499, respectivamente. Se esta combinação de negócios tivesse sido efetivada em 1º de janeiro de 2014, as receitas líquidas consolidadas da CEMIG seriam aumentadas em R\$979.479 e o lucro líquido do exercício seria aumentado em R\$32.589.

Em 2015, a receita líquida e lucro líquido do exercício, atribuíveis às operações da GASMIG corresponderam a R\$1.394.725 e R\$117.070, respectivamente.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2015 e 2014 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS (*)	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	13.404.398	4.880.161	17.738.194	317.346	2.529.757	2.997.172	(987.064)	40.879.964
ADIÇÕES AO SEGMENTO	577.330	146.030	1.043.806	42.488	62.000	-	-	1.871.654
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.773.838	2.423.084	1.546.960	-	-	23.840	-	9.767.722
RECEITA LÍQUIDA	7.046.513	518.671	12.386.671	122.569	1.394.725	91.358	(268.296)	21.292.211
CUSTOS COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.669.371)	-	(6.992.822)	-	-	(29)	120.282	(9.541.940)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(297.423)	(305)	(813.313)	-	-	-	112.285	(998.756)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(1.050.925)	-	-	(1.050.925)
Total dos Custos Operacionais	(2.966.794)	(305)	(7.806.135)	-	(1.050.925)	(29)	232.567	(11.591.621)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(224.197)	(113.230)	(999.655)	(15.431)	(43.092)	(39.396)	-	(1.435.001)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(23.552)	(12.119)	(94.815)	(2.062)	-	(4.816)	-	(137.364)
Obrigações Pós-Emprego	(21.274)	(9.664)	(121.204)	-	-	(3.867)	-	(156.009)
Materiais	(95.381)	(4.969)	(50.651)	(129)	(1.830)	(310)	25	(153.245)
Serviços de Terceiros	(142.931)	(36.844)	(697.484)	(25.491)	(15.035)	(12.672)	30.987	(899.470)
Depreciação e Amortização	(273.053)	-	(443.766)	(48.968)	(54.177)	(14.866)	-	(834.830)
Provisões (Reversões) Operacionais	(108.728)	2.283	(209.072)	(1.181)	-	(1.084.757)	-	(1.401.455)
Custos de Construção	-	(146.030)	(1.043.806)	-	(62.000)	-	-	(1.251.836)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(60.692)	(15.983)	(312.434)	(18.566)	(8.808)	(45.393)	4.717	(457.159)
Total do Custo de Operação	(949.808)	(336.556)	(3.972.887)	(111.828)	(184.942)	(1.206.077)	35.729	(6.726.369)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.916.602)	(336.861)	(11.779.022)	(111.828)	(1.235.867)	(1.206.106)	268.296	(18.317.990)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	3.129.911	181.810	607.649	10.741	158.858	(1.114.748)	-	2.974.221
Resultado de Equivalência Patrimonial	39.468	410.052	(6.408)	(27.769)	-	522	-	415.865
Resultado com Reorganização Societária	729.442	-	-	-	-	-	-	729.442
Receitas Financeiras	199.200	21.892	1.148.437	4.054	23.082	72.612	-	1.469.277
Despesas Financeiras	(984.018)	(6.875)	(1.129.969)	(5.794)	(41.531)	(36.157)	-	(2.204.344)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	3.114.003	606.879	619.709	(18.768)	140.409	(1.077.771)	-	3.384.461
Imposto de Renda e Contribuição Social	(835.791)	(71.104)	(255.908)	(16.096)	(23.339)	309.655	-	(892.583)
RESULTADO	2.278.212	535.775	363.801	(34.864)	117.070	(768.116)	-	2.491.878
Participação dos acionistas controladores	2.278.212	535.775	363.801	(34.864)	116.567	(768.116)	-	2.491.375
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	503	-	-	503
	2.278.212	535.775	363.801	(34.864)	117.070	(768.116)	-	2.491.878

(*) A despesa de provisões operacionais registrada na coluna de outras, no valor de R\$1.084.757 refere-se substancialmente a despesas com opção de compra de investimentos mantidos pela controladora e descritos na Nota Explicativa nº 14.

INFORMAÇÕES POR SEGMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014

DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			TELECOMUNICAÇÕES	GÁS	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVOS DO SEGMENTO	11.527.761	3.881.636	15.064.076	327.327	2.549.492	2.006.510	(356.799)	35.000.003
ADIÇÕES AO SEGMENTO	2.995.102	80.358	791.609	28.909	500.802	19.669	-	4.416.449
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	4.035.710	2.314.889	1.199.236	-	-	489.956	-	8.039.791
RECEITA LÍQUIDA	7.339.128	707.793	11.241.118	118.521	340.395	89.349	(296.726)	19.539.578
CUSTOS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(1.833.176)	-	(5.747.681)	-	-	-	152.476	(7.428.381)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(281.782)	(292)	(573.269)	-	-	-	110.912	(744.431)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	-	(254.488)	-	-	(254.488)
Total dos Custos Operacionais	(2.114.958)	(292)	(6.320.950)	-	(254.488)	-	263.388	(8.427.300)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal	(201.326)	(105.106)	(885.890)	(12.795)	(11.145)	(36.196)	-	(1.252.458)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(38.721)	(16.463)	(183.803)	(1.489)	-	(8.893)	-	(249.369)
Obrigações Pós-Emprego	(34.206)	(13.950)	(152.692)	-	-	(11.068)	-	(211.916)
Materiais	(294.665)	(5.328)	(79.997)	(48)	(570)	(499)	-	(381.107)
Serviços de Terceiros	(158.798)	(39.348)	(736.595)	(22.768)	(2.164)	(22.970)	29.610	(953.033)
Depreciação e Amortização	(324.459)	-	(427.643)	(34.312)	(3.697)	(10.807)	-	(800.918)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(127.200)	-	-	-	-	-	-	(127.200)
Provisões (Reversões) Operacionais	(61.929)	(25.629)	(300.473)	(44)	-	(192.645)	-	(580.720)
Custos de Construção	-	(80.358)	(861.437)	-	-	-	-	(941.795)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	(129.693)	(33.377)	(299.476)	(26.625)	(10.929)	(28.685)	3.728	(524.793)
Total do Custo de Operação	(1.370.997)	(319.559)	(3.928.006)	(98.081)	(28.505)	(311.763)	33.338	(6.023.309)
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(3.485.955)	(319.851)	(10.248.956)	(98.081)	(282.993)	(311.763)	296.726	(14.450.609)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESL. DE EQUIV. PATRIM. E FINANCEIRO	3.853.173	387.942	992.162	20.440	57.402	(222.414)	-	5.088.969
Resultado de Equivalência Patrimonial	(385.771)	386.087	150.391	(27.518)	47.159	40.136	-	210.484
Resultado com Combinação de Negócios	-	-	-	-	-	280.945	-	280.945
Receitas Financeiras	118.889	46.119	358.414	4.848	21.361	43.053	-	592.684
Despesas Financeiras	(396.260)	(291.247)	(751.218)	(3.345)	(6.364)	(245.238)	-	(1.693.672)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	3.190.031	528.901	749.749	(5.575)	119.558	(103.518)	-	4.479.410
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.060.681)	(41.986)	(114.264)	(6.605)	(4.542)	(31.148)	-	(1.259.226)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(55.320)	(2.344)	(55.187)	(165)	(6.781)	36.516	-	(83.281)
RESULTADO	2.074.030	484.571	580.298	(12.345)	108.235	(98.150)	-	3.136.903
Participação dos acionistas controladores	2.074.030	484.571	580.298	(12.345)	108.235	(98.150)	-	3.136.639
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	264	-	-	264
	2.074.030	484.571	580.298	(12.345)	108.499	(98.150)	-	3.136.903

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Contas Bancárias	51.939	88.767	4.161	4.893
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	722.738	750.376	234.754	105.937
Overnight	127.916	48.000	17.569	2.506
Letras Financeiras do Tesouro	5.659	-	-	-
Outros	16.380	-	-	-
	<u>872.693</u>	<u>798.376</u>	<u>252.323</u>	<u>108.443</u>
	<u>924.632</u>	<u>887.143</u>	<u>256.484</u>	<u>113.336</u>

As aplicações financeiras correspondem a operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado. Todas as operações são de liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 75% a 111% conforme operação). As operações compromissadas afirmam em suas respectivas notas de negociação o compromisso de recompra do título pelo Banco, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério do cliente.

As operações de overnight consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 14,13% e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Aplicações Financeiras Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	1.716.944	237.605	30.804	10.616
Letras Financeiras - Bancos	460.639	556.395	61.989	25.877
Letras Financeiras do Tesouro	87.938	85.752	12.588	3.988
Debêntures	160.332	98.319	21.590	4.682
Outros	893	15.923	419	1.121
	<u>2.426.746</u>	<u>993.994</u>	<u>127.390</u>	<u>46.284</u>
Não Circulante				
Certificados de Depósitos Bancários	42.011	420	-	209
Letras Financeiras - Bancos	41.367	16.524	2.249	765
Outros	188	334	26	17
	<u>83.566</u>	<u>17.278</u>	<u>2.275</u>	<u>991</u>
	<u>2.510.312</u>	<u>1.011.272</u>	<u>129.665</u>	<u>47.275</u>

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil.

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP) (que variam entre 75% a 105% conforme operação).

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 105% a 116,7% do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo da Cemig possuem taxa de remuneração que variam entre 105,4% a 113% do CDI.

A classificação destes títulos e valores mobiliários está apresentada na Nota Explicativa nº 28. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na Nota Explicativa nº 28.

8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS DE TRANSPORTES DE ENERGIA

	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2015	31/12/2014
Fornecimento Faturado	1.057.401	715.906	639.213	2.412.520	2.019.288
Fornecimento não Faturado	1.125.479	-	-	1.125.479	668.348
Suprimento a Outras Concessionárias	593.962	20.782	432	615.176	306.791
Concessionários – Transporte de Energia	202.687	19.768	147.983	370.438	253.744
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(625.445)	(625.445)	(649.850)
	2.979.529	756.456	162.183	3.898.168	2.598.321
Ativo Circulante				3.764.477	2.389.415
Ativo não Circulante				133.691	208.906

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 28.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Residencial	210.957	173.899
Industrial	135.925	122.468
Comércio, Serviços e Outras	116.684	99.130
Rural	18.877	17.891
Poder Público	11.546	10.126
Iluminação Pública	5.052	5.137
Serviço Público	9.783	9.936
Encargos de Uso de Rede - TUSD	111.513	206.048
Outros	5.108	5.215
	625.445	649.850

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) no exercício de 2015 e 2014 é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	584.560
Constituições	128.460
Baixas	(63.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	649.850
Saldo em 31 de dezembro de 2014	649.850
Constituições	175.595
Baixas	(200.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	625.445

9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
ICMS a Recuperar	113.459	169.491	3.432	3.431
PIS-PASEP	9.477	6.651	-	-
COFINS	43.755	30.733	-	-
Outros	8.639	6.727	1.389	1.385
	175.330	213.602	4.821	4.816
Não Circulante				
ICMS a Recuperar	182.504	282.676	4.754	4.754
PIS-PASEP	12.966	18.150	4	3
COFINS	60.155	83.984	16	15
Outros	2.226	1.796	1.796	1.796
	257.851	386.606	6.570	6.568
	433.181	600.208	11.391	11.384

Os créditos PIS/PASEP, COFINS e ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2016.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2015 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurado para o ano de 2016, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
Imposto de Renda	225.638	201.693	-	-
Contribuição Social	80.191	93.210	-	-
	<u>305.829</u>	<u>294.903</u>	-	-
Não Circulante				
Imposto de Renda	191.978	195.933	191.978	195.933
Contribuição Social	13.642	11.171	13.642	11.171
	<u>205.620</u>	<u>207.104</u>	<u>205.620</u>	<u>207.104</u>
	<u>511.449</u>	<u>502.007</u>	<u>205.620</u>	<u>207.104</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Créditos Tributários				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	236.168	267.964	234.529	251.351
Provisões	712.999	305.929	537.281	161.353
Obrigações Pós-Emprego	830.748	623.473	89.509	35.274
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	210.072	220.835	7.195	6.804
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	199.571	196.032	-	-
Concessão Onerosa	9.000	66.638	-	-
Outros	54.378	50.083	2.214	3.147
Total	<u>2.252.936</u>	<u>1.730.954</u>	<u>870.728</u>	<u>457.929</u>
Obrigações Diferidas				
Custo de Captação	(20.532)	(1.993)	-	-
Custo atribuído	(279.575)	(305.248)	-	-
Ajuste a valor presente	-	(59.091)	-	-
Índice de Reajuste Tarifário – IRT	-	(9.552)	-	-
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(499.403)	(356.087)	(92.608)	(95.521)
Encargos Financeiros Capitalizados	(107.676)	(59.892)	-	-
Tributos sobre rendas não resgatadas – Lucro Presumido	(1.821)	(1.511)	-	-
Ganho indenização de ativos de transmissão	(261.521)	(227.341)	-	-
Atualização de Ativo Financeiro	(273.155)	(75.982)	-	-
Outros	(21)	-	-	-
Total	<u>(1.443.704)</u>	<u>(1.096.697)</u>	<u>(92.608)</u>	<u>(95.521)</u>
Total Líquido	<u>809.232</u>	<u>634.257</u>	<u>778.120</u>	<u>362.408</u>
Total do Ativo	1.498.479	1.245.726	778.120	362.408
Total do Passivo	(689.247)	(611.469)	-	-

(1) Referente ao depósito judicial de PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre ICMS;

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 01 de janeiro de 2014	965.083	322.372
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(83.281)	35.878
Impostos diferidos reconhecidos em combinação de negócios	(270.025)	-
Efeito alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	22.540	4.158
Realizações efetuadas	(60)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	634.257	362.408
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	(11.538)	360.956
Efeito alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	191.483	54.756
Realizações efetuadas	(4.970)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	809.232	778.120

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 28 de março de 2016, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, ajustada a valor presente, que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 28 de março de 2016.

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável, que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

Conforme as estimativas individuais da Companhia e de suas controladas, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de dezembro de 2015, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2016	311.674	119.568
2017	255.002	99.590
2018	324.347	169.462
2019	372.394	217.397
2020	552.718	219.957
2021 a 2023	261.985	26.853
2024 a 2025	174.796	17.901
	2.252.916	870.728

c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.384.461	4.479.410	2.168.667	3.118.951
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.150.545)	(1.522.910)	(737.347)	(1.060.444)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:				
Resultado de Equivalência Patrimonial (líquido dos efeitos de JCP)	112.498	25.259	990.241	994.351
Juros sobre Capital Próprio	68.000	78.200	68.000	78.200
Ganho na formação da Aliança Geração	86.662	-	-	-
Contribuições e Doações Indedutíveis	(7.413)	(13.636)	(202)	(630)
Incentivo Fiscal	43.216	66.306	979	624
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(734)	(1.238)	1	(82)
Diferença entre Lucro Presumido e Lucro Real	25.255	7.897	-	-
Multas Indedutíveis	(9.725)	(5.667)	(23)	(8)
Excedente de Reativos e Ultrapassagem de Demanda	(11.218)	(11.929)	-	-
Baixa parte da PCLD	(32.176)	-	-	-
Outros	(16.403)	35.211	1.059	5.677
Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva	(892.583)	(1.342.507)	322.708	17.688
Alíquota Efetiva	26,39%	29,98%	14,88%	0,57%
Imposto Corrente	(881.045)	(1.259.226)	(38.248)	(18.191)
Imposto Diferido	(11.538)	(83.281)	360.956	35.879

Lei nº 12.973/14

A Medida Provisória nº 627/13, convertida na Lei nº 12.973/14, estabeleceu o fim do Regime Tributário de Transição (RTT) para todos os contribuintes, a partir de 2015, e a adequação da legislação tributária às Normas Contábeis Internacionais, inseridas na legislação societária por meio da Lei nº 11.638/07. A Lei nº 12.973/14 facultou aos contribuintes a opção, irretratável, de antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014, que foi manifestada definitivamente em fevereiro de 2015, nos termos das instruções normativas emitidas pela Receita Federal do Brasil (RFB).

A Companhia optou por não antecipar as regras tributárias estabelecidas por esta Lei.

Incentivos Fiscais - Sudene

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor do incentivo registrado foi de R\$20.696 em 2015 e R\$24.834 em 2014.

11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Trabalhista	367.440	300.439	36.996	30.771
Fiscais				
Imposto de Renda sob JCP	18.232	14.774	-	-
PASEP/COFINS (1)	884.225	729.212	10.604	8.261
Créditos de ICMS sobre ativo Imobilizado	35.674	-	-	-
ITCD	43.283	33.715	42.711	33.276
IPTU	83.568	62.252	72.113	53.342
FINSOCIAL	29.962	23.343	29.962	23.343
Outros	17.089	64.457	15.029	12.117
	1.112.033	927.753	170.419	130.339
Outros				
Atualização monetária AFAC - Governo do Estado de Minas Gerais (2)	239.445	239.445	239.445	239.445
Regulatório	56.523	37.276	24.253	8.730
Responsabilidade Civil	9.810	8.799	5.757	6.512
Relações de Consumo	3.779	3.580	1.489	1.450
Bloqueio Judicial	11.783	10.312	3.288	4.261
Outros	12.528	7.201	1.617	1.536
	333.868	306.613	275.849	261.934
	1.813.341	1.534.805	483.264	423.044

- (1) Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 18;
- (2) Depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Governo do Estado de Minas Gerais relativo à diferença na atualização monetária de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital. Vide mais detalhes na Nota Explicativa nº 22.

12. REPASSES DE RECURSOS DA CONTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CDE)

Reembolso de subsídios tarifários

Os subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica são reembolsados através dos repasses de recursos da CDE.

Em 2015, o montante apropriado como receitas de subsídios foi de R\$801.235 (R\$579.463 em 2014). Dos valores provisionados, a Companhia tem a receber R\$71.695 (R\$344.896 em 2014), reconhecidos no ativo circulante.

Reembolso de custos com energia comprada com repasses da Conta-ACR

Em função do baixo nível dos reservatórios das usinas hidrelétricas e, conseqüentemente, do aumento do preço da energia, com impacto relevante no custo com energia comprada pelas distribuidoras de energia elétrica do País, o Governo Federal definiu o repasse de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para cobrir, principalmente, os custos decorrentes do despacho das usinas termelétricas e da exposição involuntária das distribuidoras ao mercado atacadista de energia.

O decreto definiu que caberia à CCEE contratar as operações de crédito destinadas à cobertura prevista no parágrafo anterior e gerir a Conta-ACR, assegurando o repasse dos custos incorridos nas operações à CDE.

Estes repasses, referentes às competências de novembro e dezembro de 2014, foram recebidos em março de 2015 e reconhecidos como uma realização parcial do Ativo Financeiro – CVA, no montante de R\$404.418.

Repases da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT” ou “Conta Bandeira”)

Em 05 de fevereiro de 2015 foi criada a Conta Bandeira, destinada a administrar os recursos decorrentes da aplicação das bandeiras tarifárias aos consumidores cativos das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN), recolhidos em nome da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) diretamente à Conta Bandeira. Os recursos são repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) aos agentes de distribuição, considerando a diferença entre os valores realizados dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo e a cobertura tarifária vigente.

Em 2015, os repasses da Conta Bandeira totalizaram R\$1.124.377 e foram reconhecidos como uma realização parcial do Ativo Financeiro – CVA.

13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Consolidado	31/12/2015	31/12/2014
Ativos Relacionados à Infraestrutura (a)		
Concessões de Distribuição	135.983	5.943.682
Concessões de Transmissão	401.139	276.659
Indenização a Receber - transmissão	1.054.129	953.601
Indenizações a Receber - geração	546.424	-
Ativos de Geração - Ativos Remunerados por Tarifa	46.173	42.726
	<u>2.183.848</u>	<u>7.216.668</u>
Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” CVA e Outros Componentes Financeiros (b)	1.349.656	1.106.675
Total	<u>3.533.504</u>	<u>8.323.343</u>
Ativo Circulante	873.699	848.375
Ativo Não Circulante	2.659.805	7.474.968

a) Ativos Relacionados à Infraestrutura

Os contratos de distribuição, transmissão e gás da Companhia e suas controladas estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório dos segmentos e nos contratos de concessão assinados entre a Cemig e suas controladas e os respectivos poderes concedentes.

A parcela dos ativos da concessão que será integralmente amortizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão. A parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão é registrada como um ativo financeiro, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Ativos de Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

O Laudo de avaliação entregue à ANEEL em 31 de julho de 2014 representava uma indenização à Companhia no valor de R\$1.169.145, na data base de 31 de dezembro de 2012.

Em 23 de fevereiro de 2015, a ANEEL enviou à Companhia o Relatório da Fiscalização com a revisão preliminar do Laudo enviado pela Companhia, que correspondeu ao valor de R\$1.157.106, dos quais R\$285.438 foram recebidos no 1º trimestre de 2013, restando um saldo de R\$871.668, que atualizado pelo IGP-M até 31 de dezembro de 2015, corresponde ao valor de R\$1.054.129.

Ainda não estão definidos pelo Poder Concedente o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.

Ativos de Distribuição

Em 21 de dezembro de 2015, foi assinado o Quinto Termo Aditivo aos Contratos de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, prorrogando as Concessões por mais 30 anos, de 1º de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2045. Desta forma, para definição do Ativo Financeiro, foi utilizada como referência o novo Termo Aditivo assinado, com a transferência para o Ativo Intangível da parcela do Ativo Financeiro que será utilizada durante a vigência do novo prazo de concessão.

Ativos de Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para as usinas descritas na tabela abaixo. A partir do término da concessão, os ativos ainda não depreciados referentes a essas usinas deverão ser devolvidos ao Poder Concedente e indenizados à Companhia, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão, julho de 2015, e montam R\$546.424.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 31/12/2015	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 31/12/2015
UHE Três Marias	jul/15	396,00	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102,00	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52,00	3.671	6.923
UHE Camargos	jul/15	46,00	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14,00	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,40	1.346	7.871
PCH Tronqueiras	jul/15	8,50	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,40	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,70	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,20	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4,00	616	4.265
		677,29	108.466	546.424

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015. A administração entende, com base nas discussões e avaliações em curso, que não há indicativo que os valores indenizáveis pelo Poder Concedente serão inferiores aos reconhecidos nas suas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2015.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. A partir de 05 de janeiro de 2016, com a assinatura dos respectivos Contratos de Concessão, os ativos passaram a ser operados em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, conforme maiores detalhes na Nota Explicativa nº 4.

A movimentação dos ativos financeiros da concessão relacionados à infraestrutura é como segue:

	Transmissão	Geração	Distribuição	Gasmig	Consolidado
Saldo em 01 de janeiro de 2014	779.135	-	5.063.802	-	5.842.937
Adição	80.358	-	-	-	80.358
Baixas	(16)	-	(22.489)	-	(22.505)
Receita reconhecida referente ajuste no valor da indenização de transmissão	420.013	-	-	-	420.013
Ativo Adquirido em Combinação de Negócios	-	-	-	656.327	656.327
Transferências	(944)	-	844.185	(656.327)	186.914
Recebimentos	(5.560)	-	-	-	(5.560)
Atualização Financeira	-	-	58.184	-	58.184
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.272.986	-	5.943.682	-	7.216.668
Adição	146.030	-	-	-	146.030
Baixas	(5.818)	-	(59.863)	-	(65.681)
Transferência Financeiro - Intangível pela Renovação das Concessões	-	-	(7.161.504)	-	(7.161.504)
Transferências	(2.035)	-	808.119	-	806.084
Geração - Indenização a receber	-	546.424	-	-	546.424
Recebimentos	(10.250)	-	-	-	(10.250)
Atualização Financeira	100.528	-	605.549	-	706.077
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.501.441	546.424	135.983	-	2.183.848

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” (CVA) e Outros Componentes Financeiros

O Termo Aditivo que prorrogou o prazo de concessão da Cemig D garante que, no caso de extinção da concessão, por qualquer motivo, os saldos remanescentes (ativos e passivos) de eventual insuficiência de recolhimento ou ressarcimento pela tarifa também devam ser considerados pelo poder concedente para fins de indenização.

Os saldos da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA), da Neutralidade dos Encargos Setoriais e outros componentes financeiros referem-se às variações positivas e negativas entre a estimativa de custos não gerenciáveis da Companhia e os pagamentos efetivamente ocorridos. As variações apuradas são atualizadas monetariamente com base na taxa SELIC e compensadas nos reajustes tarifários subsequentes.

Os saldos desses ativos e passivos financeiros, em 31 de dezembro de 2015, são conforme segue:

Saldos em 31/12/2015	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Itens da "Parcela A"					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	248.672	-	88.130	-	336.802
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	41.901	(328)	3.123	-	44.696
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	7.913	(2)	2.663	-	10.574
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	4.871	(1.168)	1.784	-	5.487
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	323	(254.826)	-	(53.142)	(307.645)
Energia comprada para Revenda	<u>2.020.792</u>	<u>(738.578)</u>	<u>572.207</u>	<u>(204.410)</u>	<u>1.650.011</u>
Outros Componentes Financeiros					
Sobrecontratação de Energia	-	(407.958)	-	(122.194)	(530.152)
Neutralidade da Parcela A	88.056	(1.834)	30.684	-	116.906
Outros Itens Financeiros (1)	10.917	(699)	170.345	-	180.563
Bandeiras Tarifárias (2)	-	(157.586)	-	-	(157.586)
TOTAL	<u>2.423.445</u>	<u>(1.562.979)</u>	<u>868.936</u>	<u>(379.746)</u>	<u>1.349.656</u>

(1) Em novembro de 2015, a Anel definiu as novas tarifas da CDE em cumprimento à decisão liminar do processo judicial que suspendeu parte do pagamento do encargo da CDE pelos membros da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace). Essa suspensão refletiu na redução da receita da Cemig D, sendo que a parcela desonerada dos associados será rateada entre os demais consumidores no próximo ciclo tarifário.

(2) Faturamento de Bandeiras Tarifárias ainda não homologado pela ANEEL.

Saldos em 31/12/2014	Circulante		Não Circulante		Total do Ativo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	
Itens da "Parcela A"					
Quota de Recolhimento à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	9.439	(438)	3.481	-	12.482
Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão dos Integrantes da Rede Básica	73.537	(608)	21.146	-	94.075
Tarifa de Transporte de Energia Elétrica Proveniente de Itaipu	1.712	-	570	-	2.282
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	2.361	(1.047)	-	(386)	928
Encargo de Serviço do Sistema - ESS e Encargo de Energia de Reserva - EER	3.333	(232.706)	-	(77.455)	(306.828)
Energia comprada para Revenda	<u>1.627.932</u>	<u>(819.512)</u>	<u>435.722</u>	<u>(174.950)</u>	<u>1.069.192</u>
Outros Componentes Financeiros					
Sobrecontratação de Energia	156.192	-	55.279	-	211.471
Neutralidade da Parcela A	5	(9.684)	2	(1.299)	(10.976)
Outros Itens Financeiros	34.593	(1.316)	772	-	34.049
TOTAL	<u>1.909.104</u>	<u>(1.065.311)</u>	<u>516.972</u>	<u>(254.090)</u>	<u>1.106.675</u>

BALANÇO PATRIMONIAL	Valores homologados pela ANEEL no último reajuste tarifário	Valores a serem homologados pela ANEEL nos próximos reajustes tarifários	31/12/2015	31/12/2014
Ativo	530.100	2.762.281	3.292.381	2.426.076
Passivo	(375.772)	(1.566.953)	(1.942.725)	(1.319.401)
	154.328	1.195.328	1.349.656	1.106.675

A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros em 2014 e 2015 é conforme segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2013	-
Constituição	1.106.675
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.106.675
(+) Constituição	2.284.168
(-) Amortização	(580.541)
(-) Repasse de recursos da Conta ACR e da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT (mais detalhes na Nota Explicativa nº 12)	(1.528.795)
(+) Atualização Selic	68.149
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.349.656

14. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações apresentadas abaixo foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Cemig Geração e Transmissão			4.694.507	3.486.611
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	34.296	-	-
Guanhães Energia	18.444	67.428	-	-
Hidrelétrica Pipoca	26.237	28.807	-	-
Retiro Baixo	147.905	149.944	-	-
Aliança Norte	362.354	-	-	-
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	675.983	674.183	-	-
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	703.403	707.910	-	-
Lightger	37.454	38.900	-	-
Baguari Energia	187.227	193.351	-	-
Renova	1.527.435	1.538.299	-	-
Aliança Geração	1.327.246	3.323	-	-
Central Eólica Praias de Parajuru	63.045	61.999	-	-
Central Eólica Volta do Rio	85.101	84.023	-	-
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	62.332	-	-
Amazônia Energia	509.088	394.238	-	-
Cemig Distribuição	-	-	2.695.848	2.482.227
Light	1.188.910	1.199.236	1.188.910	1.199.236
TAESA	2.242.186	2.187.623	2.242.186	2.187.623
Cemig Telecom	-	-	169.006	225.440
Ativas Data Center	-	-	-	-
Gasmig	-	-	1.406.371	1.436.815
Rosal Energia	-	-	121.822	120.964
Sá Carvalho	-	-	102.926	106.601
Horizontes Energia	-	-	70.539	70.118
Usina Térmica Ipatinga	-	-	3.898	24.166
Cemig PCH	-	-	84.956	66.560
Cemig Capim Branco Energia	-	-	-	130.128
Epícares Empreendimentos e Participações Ltda	-	92.641	-	-
Companhia Transleste de Transmissão	18.307	13.588	18.307	13.588
UTE Barreiro	-	-	29.703	28.822
Companhia Transudeste de Transmissão	17.536	12.725	17.536	12.725
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	9.120	9.067
Companhia Transirapé de Transmissão	19.298	13.827	19.298	13.827
Transchile	108.230	66.141	108.230	66.141
Efficientia	-	-	5.511	4.935
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	-	-	6.284	6.042
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.528	20.985	17.528	20.985
Cemig Trading	-	-	29.840	31.182
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.840	23.633	23.840	23.633
Parati	358.050	370.359	358.050	370.359
Cemig Overseas (*)	-	-	45	366
	9.767.722	8.039.791	13.424.261	12.138.161

(*) Cemig Overseas empresa constituída na Espanha para avaliação de oportunidades de investimentos no exterior.

As investidas da Companhia que não são consolidadas referem-se a controladas em conjunto, com exceção da participação na usina de Santo Antônio, que refere-se a coligada com influência significativa

A movimentação dos Investimentos, em empresas controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

Controladora	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Outros/Aporte	31/12/2015
Cemig Geração e Transmissão	3.486.611	2.337.663	(69.334)	(1.198.143)	137.710	4.694.507
Cemig Distribuição	2.482.227	370.209	(169.319)	(190.355)	203.086	2.695.848
Cemig Telecom	225.440	(56.116)	(318)	-	-	169.006
Rosal Energia	120.964	24.708	-	(23.850)	-	121.822
Sá Carvalho	106.601	13.722	-	(17.397)	-	102.926
Gasmig	1.436.815	100.735	-	(131.179)	-	1.406.371
Horizontes Energia	70.118	3.948	-	(3.965)	438	70.539
Usina Térmica Ipatinga	24.166	618	-	(6.886)	(14.000)	3.898
Cemig PCH	66.560	8.395	-	-	10.001	84.956
Cemig Capim Branco Energia	130.128	12.153	-	-	(142.281)	-
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	7.595	-	(2.876)	-	18.307
UTE Barreiro	28.822	880	-	1	-	29.703
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	5.326	-	(515)	-	17.536
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	9.067	16.437	-	(16.384)	-	9.120
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	6.042	-	(571)	-	19.298
Transchile	66.141	6.106	35.983	-	-	108.230
Efficientia	4.935	576	-	-	-	5.511
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	6.042	241	-	-	1	6.284
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	2.188	-	(5.645)	-	17.528
Light	1.199.236	(9.542)	2.159	(2.943)	-	1.188.910
Cemig Trading	31.182	59.325	-	(60.667)	-	29.840
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.633	521	-	(314)	-	23.840
Parati	370.359	3.135	325	(15.769)	-	358.050
Taesa	2.187.623	382.795	-	(328.232)	-	2.242.186
Cemig Overseas	366	(916)	263	-	332	45
	12.138.161	3.296.744	(200.241)	(2.005.690)	195.287	13.424.261

Consolidado	31/12/2014	Equivalência Patrimonial (Resultado)	Equivalência Patrimonial (Outros Resultados Abrangentes)	Dividendos	Aportes / Aquisições	Outros	31/12/2015
Companhia Transleste de Transmissão	13.588	7.595	-	(2.876)	-	-	18.307
Companhia Transudeste de Transmissão	12.725	5.326	-	(515)	-	-	17.536
Companhia Transirapé de Transmissão	13.827	6.043	-	(571)	-	(1)	19.298
Transchile	66.141	6.106	35.983	-	-	-	108.230
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.985	2.188	-	(5.645)	-	-	17.528
Light	1.199.236	(9.542)	2.159	(2.943)	-	-	1.188.910
Axxiom Soluções Tecnológicas	23.633	521	-	(314)	-	-	23.840
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	6.548	-	-	-	-	40.844
Guanhães Energia	67.428	(48.984)	-	-	-	-	18.444
Hidrelétrica Pipoca	28.807	2.497	-	(5.067)	-	-	26.237
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	674.183	1.800	-	-	-	-	675.983
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	707.910	(4.507)	-	-	-	-	703.403
Lightger	38.900	(1.447)	-	-	-	1	37.454
Baguari Energia	193.351	11.527	-	(17.651)	-	-	187.227
Central Eólica Praias de Parajuru	61.999	1.848	-	(868)	-	66	63.045
Central Eólica Volta do Rio	84.023	1.728	-	(650)	-	-	85.101
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	313	-	(574)	-	-	62.071
Amazônia Energia	394.238	(5.273)	-	-	120.123	-	509.088
Ativas Data Center	-	(27.769)	-	-	-	27.769	-
Epícares Empreendimentos	92.641	1.342	-	-	-	(93.983)	-
Parati	370.359	3.135	325	(15.769)	-	-	358.050
Taesa	2.187.623	382.795	-	(328.232)	-	-	2.242.186
Renova	1.538.299	(25.387)	14.523	-	-	-	1.527.435
Aliança Geração	3.323	107.233	-	(93.866)	581.114	729.442	1.327.246
Aliança Norte	-	(4.988)	-	-	367.342	-	362.354
Retiro Baixo	149.944	(4.783)	-	-	2.744	-	147.905
	8.039.791	415.865	52.990	(475.541)	1.071.323	663.294	9.767.722

Aquisição de Participações

No processo de alocação do preço de aquisição de investimentos, foram identificados ativos intangíveis referentes aos direitos de exploração de atividades reguladas, estando estes ativos suportados por laudos de avaliação econômico-financeira.

Esses valores, ajustados por efeitos tributários, serão amortizados pelo prazo remanescente das concessões e autorizações, pelo método linear, vinculadas à exploração dos empreendimentos.

As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	31/12/2015			31/12/2014		
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	1.837.710	4.694.508	100,00	1.700.000	3.486.611
Cemig Distribuição	2.359.113.452	100,00	2.361.998	2.695.849	100,00	2.261.998	2.482.227
Light (*)	203.934.060	26,06	2.225.822	4.562.203	26,06	2.225.822	4.601.827
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	169.006	100,00	225.082	225.440
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	121.822	100,00	46.944	120.964
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	102.926	100,00	36.833	106.601
Gasmig (*)	409.255.483	99,57	665.429	1.408.036	99,57	665.429	1.436.815
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	70.539	100,00	64.258	70.118
Usina Térmica Ipatinga	174.281	100,00	174	3.898	100,00	14.174	24.166
Cemig PCH	30.952.000	100,00	35.952	84.956	100,00	30.952	66.560
Cemig Capim Branco Energia	87.579.000	100,00	-	-	100,00	87.579	130.128
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	73.228	25,00	49.569	54.352
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	29.703	100,00	30.902	28.822
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	73.067	24,00	30.000	53.021
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	9.120	100,00	486	9.067
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	78.767	24,50	22.340	56.437
Transchile	56.407.271	49,00	236.861	220.878	49,00	161.122	134.982
Efficientia	6.051.944	100,00	6.052	5.510	100,00	6.052	4.935
Cemig Comercializadora de Energia Incentivada	5.000.000	100,00	5.000	6.284	100,00	5.001	5.001
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	34.366	51,00	28.000	41.147
Cemig Trading	160.297	100,00	160	29.840	100,00	160	31.182
Axxiom Soluções Tecnológicas	17.200.000	49,00	46.600	48.653	49,00	17.200	48.231
Parati	1.432.910.602	25,00	1.432.910	1.432.200	25,00	1.432.910	1.481.436
TAESA (*)	1.033.496.721	43,36	3.042.034	5.171.093	43,36	3.042.034	5.045.277

(*) Patrimônio Líquido incluindo o ágio na aquisição.

Em 31 de dezembro de 2015, o passivo circulante de algumas controladas indireta em conjunto estavam superior ao ativo circulante, conforme segue:

Guanhães Energia: Isso ocorreu principalmente em função de atrasos de parte das captações junto ao BNDES para a construção dos empreendimentos. A Administração da Guanhães Energia vem conduzindo ações com o objetivo de concluir as liberações dos financiamentos de longo prazo junto ao BNDES e alongamento das demais dívidas.

Renova Energia: Isso ocorreu principalmente em função do empréstimo ponte junto ao BNDES. A Administração da Renova Energia vem conduzindo ações com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro, sendo que a Renova Energia está em entendimentos finais para enquadramento junto ao BNDES do alongamento de sua dívida por meio da contratação de financiamento de longo prazo, que irá substituir os empréstimos pontes tomados.

Light: A redução no capital circulante durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ocorreu principalmente em função de: (i) investimentos significativos na rede de distribuição e em combate a perdas, (ii) volume de captações de empréstimos de curto prazo e (iii) atraso na liberação dos recursos oriundos de linhas de financiamento junto ao BNDES. A Light espera melhora na geração operacional de caixa durante o exercício a findar em 31 de dezembro de 2016 em função dos ajustes tarifários obtidos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, conjuntamente com a redução esperada de investimentos em 2016 e com a melhora no cenário hidrológico. Adicionalmente, a Light vem negociando a renovação dos empréstimos e financiamentos de curto prazo e alongamento do seu perfil de dívida. A Administração da Light entende que o sucesso nessas etapas reverterá o cenário atual de capital circulante líquido negativo. Cabe destacar, também, que a Light apresentou fluxo de caixa operacional positivo consolidado nas suas operações de R\$979.481 em 2015 e R\$585.474 em 2014.

Madeira Energia: O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$543.238 decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Empréstimos e financiamentos” e Provisão para contingências. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Madeira Energia conta com linha de crédito suplementar com perfil de longo prazo pré-aprovada no montante de R\$ 129.000, com geração operacional de caixa e, se necessário, conta com aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas.

Retiro Baixo Energia: Isso ocorreu principalmente em função do reconhecimento no passivo circulante da parcela do financiamento do BNDES obtido para investimentos no imobilizado da RBE.

Aumento de Capital da Cemig D

Em 30 de abril de 2015, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou o aumento de capital social da Cemig D no valor de R\$100.000. O capital social, que era de R\$2.261.998, passou para R\$2.361.998, através da emissão de 97.115.665 novas ações, todas ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,0297 cada. A quantidade total de ações passou de 2.261.997.787 para 2.359.113.452.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 16 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou autorizar a transferência, à Cemig D, do montante de até R\$410.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Cemig D, a ser convocada. O repasse dos recursos ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, nos montantes de R\$360.000 e R\$50.000, respectivamente.

Aumento do Capital Social da Cemig GT

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de fevereiro de 2015, foi aprovado o aumento do Capital Social da Cemig GT de R\$1.700.000, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia, para R\$1.837.710. Este aumento decorreu da aprovação da incorporação da Cemig Capim Branco pela Cemig GT.

Os saldos integrais das controladas em conjunto, em 2015 e em 2014, são como segue:

2015	Parati	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile	Light	Taesa	Axxiom	Aliança Norte
Ativo										
Circulante	59.415	46.846	34.314	58.032	32.152	39.282	3.976.236	2.082.212	73.977	586
Caixa e Equivalentes de caixa	46.202	7.968	5.638	15.668	5.996	36.108	447.441	132.441	6.885	586
Não Circulante	1.408.578	127.903	113.458	517	80.866	298.491	11.822.324	7.574.274	14.321	742.425
Total do Ativo	1.467.993	174.749	147.772	58.549	113.018	337.773	15.798.560	9.656.486	88.298	743.011
Passivo										
Circulante	35.793	17.961	20.322	4.240	17.151	21.445	4.399.371	1.008.424	33.827	17
Fornecedores	-	132	192	112	115	351	1.449.642	33.712	1.544	17
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	5.693	2.927	2.351	-	10.340	1.629.166	628.281	5.005	-
Não circulante	-	83.560	48.683	19.943	22.800	95.450	6.836.986	3.476.969	5.818	3.496
Patrimônio Líquido	1.432.200	73.228	78.767	34.366	73.067	220.878	4.562.203	5.171.093	48.653	739.498
Total do Passivo	1.467.993	174.749	147.772	58.549	113.018	337.773	15.798.560	9.656.486	88.298	743.011
Demonstração do Resultado										
Receita Líquida de Vendas	-	33.004	34.057	14.336	22.159	28.021	1.221.609	1.973.412	65.644	-
Custo das Vendas	-	(3.925)	(12.766)	(3.930)	(2.204)	(10.402)	(459.401)	(287.104)	(58.459)	-
Depreciação e Amortização	-	(172)	(21)	(1.422)	(19)	(8.669)	(411.647)	(14.774)	(835)	-
Lucro Bruto	-	29.079	21.291	10.406	19.955	17.619	762.208	1.686.308	7.185	-
Despesas Gerais e Administrativas	-	-	-	-	-	-	(85.853)	-	(6.014)	(10.186)
Resultado Financeiro Líquido	12.550	(9.235)	(5.139)	(2.774)	(4.671)	(5.158)	(672.460)	(562.375)	(42)	6
Receitas Financeiras	49.634	1.674	752	1.900	936	-	1.370.588	769.115	711	6
Despesas Financeiras	(37.084)	(10.909)	(5.891)	(4.674)	(5.607)	(5.158)	(2.043.048)	(1.331.490)	(753)	-
Resultado Operacional	12.550	19.844	16.152	7.632	15.284	12.461	3.895	1.123.933	1.129	(10.180)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(14)	(1.633)	(1.299)	(1.174)	(1.019)	-	(40.510)	(241.103)	(66)	-
Resultado Líquido do Exercício	12.536	18.211	14.853	6.458	14.265	12.461	(36.615)	882.830	1.063	(10.180)
Resultado Abrangente do Exercício										
Resultado Líquido do Exercício	12.536	18.211	14.853	6.458	14.265	3.219	(36.615)	882.830	1.063	(10.180)
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho/perdas atuariais	1.300	-	-	-	-	-	8.288	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	13.836	18.211	14.853	6.458	14.265	3.219	(28.327)	882.830	1.063	(10.180)

2015	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Renova	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia	Aliança Geração
Ativo													
Circulante	27.957	71.640	2.019	1.608.219	13.199	9.546	550.630	21.416	30.664	46.420	23.254	463	242.623
Caixa e Equivalentes de caixa	22.777	9.443	1.468	299.963	116	924	66.147	12.088	11.858	19.863	13.962	453	69.764
Não Circulante	88.764	220.273	247.608	23.753.692	100.940	443.893	8.425.606	191.978	209.755	289.351	160.944	682.970	3.093.682
Total do Ativo	116.721	291.913	249.627	25.361.911	114.139	453.439	8.976.236	213.394	240.419	335.771	184.198	683.433	3.336.305
Passivo													
Circulante	10.012	15.918	211.986	2.151.457	10.020	25.353	1.497.006	18.113	28.165	35.735	14.456	93	112.720
Fornecedores	1.723	5.886	304	384.393	149	5.845	570.006	347	412	858	4.144	93	35.894
Não circulante	23.354	6.168	-	15.568.427	50.574	131.683	1.898.539	66.618	85.578	126.360	93.303	-	274.149
Patrimônio Líquido	83.355	269.827	37.641	7.642.027	53.545	296.403	5.580.691	128.663	126.676	173.676	76.439	683.340	2.949.436
Total do Passivo	116.721	291.913	249.627	25.361.911	114.139	453.439	8.976.236	213.394	240.419	335.771	184.198	683.433	3.336.305
Demonstração do Resultado													
Receita Líquida de Vendas	29.928	59.220	-	2.604.869	22.020	53.450	457.615	31.060	33.815	46.597	32.468	-	797.097
Custo das Vendas	(14.416)	(45.948)	-	(1.102.473)	(11.306)	(40.529)	(4.699)	(16.515)	(18.257)	(27.162)	(25.215)	-	(442.546)
Depreciação e Amortização	(2.654)	(8.809)	-	(471.020)	(3.093)	(8.513)	(4.399)	(9.508)	(9.985)	(16.817)	(10.490)	-	(68.688)
Lucro Bruto	15.512	13.272	-	1.502.396	10.714	12.921	452.916	14.545	15.558	19.435	7.253	-	354.551
Despesas Gerais e Administrativas		(286)	(86.240)	(816.096)	(1.047)	(11.136)	-	(4.142)	(5.715)	(2.962)	(2.012)	(1.523)	(68.041)
Resultado Financeiro Líquido	(200)	8.838	(13.728)	(966.941)	(3.203)	(13.124)	(355.176)	(5.366)	(7.706)	(10.647)	(6.505)	(5.555)	(18.395)
Receitas Financeiras	2.698	9.554	284	949.834	1.858	1.039	40.600	1.704	1.674	2.797	1.949	34	9.164
Despesas Financeiras	(2.898)	(716)	(14.012)	(1.916.775)	(5.061)	(14.163)	(395.776)	(7.070)	(9.380)	(13.444)	(8.454)	(5.589)	(27.559)
Resultado Operacional	15.312	21.824	(99.968)	(280.641)	6.464	(11.339)	97.740	5.037	2.137	5.826	(1.264)	(7.078)	268.115
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.949)	(5.162)	-	265.644	(1.368)	1.754	(190.495)	(1.266)	(1.498)	(2.299)	(1.687)	-	(29.819)
Resultado Líquido do Exercício	13.363	16.662	(99.968)	(14.997)	5.096	(9.585)	(92.755)	3.771	639	3.527	(2.951)	(7.078)	238.296
Resultado Abrangente do Exercício													
Resultado Líquido do Exercício	13.363	16.662	(99.968)	(14.997)	5.096	(9.585)	(92.755)	3.771	639	3.527	(2.951)	(7.078)	238.296
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	53.972	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	13.363	16.662	(99.968)	(14.997)	5.096	(9.585)	(38.783)	3.771	639	3.527	(2.951)	(7.078)	238.296

2014	Parati	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile	Light	Taesa	Axxiom	Ativas	Epícares
Ativo											
Circulante	125.412	46.721	35.109	66.713	29.813	24.219	2.465.991	2.292.167	69.516	40.109	31.030
Caixa e Equivalentes de caixa	42.105	6.870	7.379	18.832	4.307	22.235	505.803	328.840	8.976	16.456	13.546
Não Circulante	1.389.864	122.033	101.300	390	80.212	208.119	12.140.800	7.196.432	14.204	70.796	157.318
Total do Ativo	1.515.276	168.754	136.409	67.103	110.025	232.338	14.606.791	9.488.599	83.720	110.905	188.348
Passivo											
Circulante	33.840	6.402	16.285	8.124	11.893	15.466	2.962.594	939.639	26.240	58.634	1.254
Fornecedores	22	170	3.283	4	219	141	1.945.086	52.733	2.094	5.199	-
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	-	-	-	-	-	579.797	723.404	-	-	-
Não circulante	-	108.000	63.687	17.832	45.111	81.890	7.042.370	3.503.683	9.249	78.975	2.059
Patrimônio Líquido	1.481.436	54.352	56.437	41.147	53.021	134.982	4.601.827	5.045.277	48.231	(26.704)	185.035
Total do Passivo	1.515.276	168.754	136.409	67.103	110.025	232.338	14.606.791	9.488.599	83.720	110.905	188.348
Demonstração do Resultado											
Receita Líquida de Vendas	-	30.307	51.604	13.544	20.258	20.108	9.222.926	1.924.291	56.612	25.571	41.121
Custo das Vendas	-	(3.504)	(34067)	(4.047)	(1.942)	(13.026)	(7.798.166)	(294.507)	(54.065)	(29.349)	(14.584)
Depreciação e Amortização	-	(150)	(18)	-	(20)	(5.130)	(414.807)	(2.509)	854	7.152	8.157
Lucro Bruto	-	26.803	17.537	9.497	18.316	7.082	1.424.760	1.629.784	2.547	(3.778)	26.537
Despesas Gerais e Administrativas	(5.550)	(227)	(170)	(41)	(148)	-	(162.776)	(28.601)	-	(10.116)	(11.670)
Resultado Financeiro Líquido	142.549	(5.252)	(3.777)	(441)	(4.585)	(3.031)	(325.111)	(469.118)	(948)	(13.624)	1.302
Receitas Financeiras	142.647	1.006	965	1.619	666	-	577.496	276.104	557	1.721	1.302
Despesas Financeiras	(98)	(6.258)	(4.742)	(2.060)	(5.251)	(3.031)	(902.607)	(745.222)	(1.505)	(15.345)	-
Resultado Operacional	136.999	21.324	13.590	9.015	13.583	4.051	936.873	1.132.065	1.599	(27.518)	16.169
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.579)	(13.490)	(11.745)	(990)	(8.799)	(931)	(272.893)	(238.688)	291	-	(1.734)
Resultado Líquido do Exercício	135.420	7.834	1.845	8.025	4.784	3.120	663.980	893.377	1.890	(27.518)	14.435
Resultado Abrangente do Exercício											
Resultado Líquido do Exercício	135.420	7.834	1.845	8.025	4.784	3.120	663.980	893.377	1.890	(27.518)	14.435
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	18.500	-	-	-	-	-
Ganho/perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(16.927)	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	135.420	7.834	1.845	8.025	4.784	21.620	647.053	893.377	1.890	(27.518)	14.435

2014	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca	Retiro Baixo	Renova	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia
Ativo												
Circulante	22.997	96.489	34.004	1.476.582	18.559	12.260	847.268	14.638	26.549	41.069	20.575	469
Caixa e Equivalentes de caixa	19.414	14.583	27.055	241.159	12.979	3.169	595.516	4.040	3.769	3.813	16.441	458
Não Circulante	90.969	227.611	510.416	22.151.667	104.033	453.090	8.402.093	204.275	224.175	304.927	171.209	528.815
Total do Ativo	113.966	324.100	544.420	23.628.249	122.592	465.350	9.249.361	218.913	250.724	345.996	191.784	529.284
Passivo												
Circulante	13.714	39.340	406.812	1.961.267	7.182	19.555	655.977	17.247	22.029	26.225	10.081	106
Fornecedores	1.539	8.997	898	1.281.660	40	417	129.564	1.784	2.492	2.427	1.186	105
Empréstimos e financiamentos - Circulante	-	-	-	406.379	-	-	-	-	-	-	-	-
Não Circulante	30.261	6.107	-	13.884.927	56.621	145.306	2.973.001	75.137	101.487	148.295	102.315	-
Patrimônio Líquido	69.991	278.653	137.608	7.782.055	58.789	300.489	5.620.383	126.529	127.208	171.476	79.388	529.178
Total do Passivo	113.966	324.100	544.420	23.628.249	122.592	465.350	9.249.361	218.913	250.724	345.996	191.784	529.284
Demonstração do Resultado												
Receita Líquida de Vendas	30.258	55.511	-	1.858.446	25.121	54.710	163.062	27.446	35.021	54.775	31.672	-
Custo das Vendas	(9.552)	(45.742)	-	(3.193.806)	(9.282)	(29.448)	(141.003)	(12.689)	(16.423)	(24.547)	(24.019)	-
Depreciação e Amortização	(2.645)	(8.815)	-	(296.474)	(3.120)	(2.668)	(30.861)	(8.602)	(10.115)	(17.018)	(10.551)	-
Lucro Bruto	20.706	9.769	-	(1.335.360)	15.839	25.262	22.059	14.757	18.598	30.228	7.653	-
Despesas Gerais e Administrativas	(779)	(437)	-	(202.039)	(1.454)	(4.012)	(13.783)	(4.110)	(5.401)	(4.865)	(377)	(23.005)
Resultado Financeiro Líquido	(1.024)	8.009	-	(602.297)	(3.162)	(26.458)	(45.014)	(5.291)	(7.784)	(11.251)	(5.664)	27
Receitas Financeiras	2.124	8.575	-	56.754	1.480	1.003	24.088	833	845	1.210	2.102	27
Despesas Financeiras	(3.148)	(566)	-	(659.051)	(4.642)	(27.461)	(69.102)	(6.124)	(8.629)	(12.461)	(7.766)	-
Resultado Operacional	18.903	17.341	-	(2.139.696)	11.223	(5.208)	(36.738)	5.356	5.413	14.112	1.612	(22.978)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.774)	(5.583)	-	4.814	(1.335)	(2.084)	(6.273)	(927)	(1.266)	(1.490)	(1.713)	-
Resultado Líquido do Exercício	17.129	11.758	-	(2.134.882)	9.888	(7.292)	(43.011)	4.429	4.147	12.622	(101)	(22.978)
Resultado Abrangente do Exercício												
Resultado Líquido do Exercício	17.129	11.758	-	(2.134.882)	9.888	(7.292)	(43.011)	4.429	4.147	12.622	(101)	(22.978)
Ganho na conversão de demonstrações financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ganho/perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado Abrangente do Exercício	17.129	11.758	-	(2.134.882)	9.888	(7.292)	(43.011)	4.429	4.147	12.622	(101)	(22.978)

Aquisição de Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. (MESA) e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. (MESA) e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. (SAESA) estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituído pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2015, R\$22.180.386 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir do início das operações de todas as unidades geradoras da entidade. Em 31 de dezembro de 2015, o montante do ativo imobilizado proporcional à participação da Companhia nesta controlada em conjunto é de R\$4.003.560. Durante esta fase de desenvolvimento do projeto, a controlada em conjunto MESA, tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações.

A MESA e sua controlada SAESA contam com os aportes de recursos diretos e indiretos a serem efetuados pelos seus acionistas.

No que se refere aos controles internos, a MESA informou possuir um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que têm por objetivo endereçar os temas objeto da Lei 12.846/13, e assim, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a fim de deixar as demonstrações financeiras livres de distorção relevante.

A garantia física de energia da UHE Santo Antônio é de 2.218 MW médios e foi atingida em setembro de 2014 com a entrada em operação comercial da 32ª unidade geradora.

Em 19 de novembro de 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT ingressaram com ação cautelar em face da MESA, solicitando concessão de liminar para que, até a apreciação do mérito pelo Tribunal Arbitral, seja suspenso o prazo para exercício, pela SAAG e pela Cemig GT, do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$ 174,72 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014.

Adicionalmente, foi solicitada suspensão de todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

O pedido liminar foi concedido no dia 21 de novembro de 2014 pela 39ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, sendo que a arbitragem mencionada na ação cautelar, se instaurada, será sigilosa, nos termos do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, e terá a MESA (e não a SAESA) como parte.

Investimento na Amazônia Energia S.A.

Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia Energia”) tem como objetivo participar, como acionista, do capital social da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade esta titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação. A participação da Amazônia Energia na NESA é de 9,77% do capital.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A previsão para a última unidade geradora entrar em operação é janeiro de 2019.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, “até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, se abstenha de aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto, incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte”.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém, a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Aquisição de participação na Aliança Norte Energia

A Cemig GT concluiu em 31 de março de 2015 a aquisição dos 49% de participação da Aliança Norte Energia Participações S.A., detentora da participação de 9% da Norte Energia S.A. (NESA), pertencentes a Vale S.A., o que corresponde a uma participação indireta na NESA de 4,41%.

O preço da aquisição foi de R\$309.684, referente aos aportes efetuados pela Vale no capital social da NESA até a data do fechamento da operação, corrigido pelo IPCA da data de cada aporte até 28 de fevereiro de 2015, proporcionalmente à participação societária.

O valor justo da participação adquirida na Aliança Norte Energia Participações S.A., é como segue:

	Valores justos das participações adquiridas (49,00%)
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	1
Investimentos	249.935
Ativo intangível	90.861
Passivo	
Passivo circulante e não circulante	(220)
Impostos diferidos	(30.893)
Total dos ativos líquidos	309.684

A Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras), que detém 49,98% do capital social da NESÁ, contratou escritório de advocacia especializado para apurar eventuais irregularidades em empreendimentos onde possua participação, o que inclui o investimento na NESÁ, em que participamos de forma minoritária no capital através da Aliança Norte e Amazônia Energia. Este trabalho ainda está em andamento e dessa forma, a auditoria das demonstrações financeiras da NESÁ não foi concluída até a presente data. Deve ser ressaltado que a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhum resultado preliminar destas investigações. Conforme a evolução das investigações produzirem informações relevantes, a Companhia avaliará eventuais impactos sobre as demonstrações financeiras, os quais serão contabilizados e/ou divulgados quando aplicável.

Investimento no Consórcio UHE Itaocara

O Consórcio UHE Itaocara, constituído por sua subsidiária integral Cemig Geração e Transmissão S.A. e por Itaocara Energia Ltda., subsidiária integral da Light S.A., com participações de 49% e 51%, respectivamente, participou do 21º Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração (“Leilão A-5”) para contratação de energia elétrica de novos empreendimentos de geração de fontes hidrelétrica e termelétrica, com início de suprimento em 1º de janeiro de 2020 e prazo de concessão de 30 anos, sagrando-se vencedor, em 30 de abril de 2015, da concessão da UHE Itaocara I. A primeira unidade geradora tem previsão para entrar em operação em maio de 2018, enquanto a previsão da última é julho de 2018.

Investimento na Guanhães Energia S.A.

A Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”), controlada em conjunto pela Light Energia (51%) e pela Cemig GT (49%), foi constituída com a finalidade de implantar e explorar quatro Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), situadas no estado de Minas Gerais, que totalizam 44 MW de potência instalada.

Em 21 de agosto de 2015, as PCHs sagraram-se vencedoras no Leilão A-3, em que a energia foi comercializada pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50 MWh, a partir

de janeiro de 2018. O projeto foi impactado por questões geológicas e ambientais, ocasionando postergação na data prevista para entrada em operação das PCHs.

Opções de Venda

Opção de Venda de ações da Parati

A Cemig concedeu ao Fundo de Participações Redentor, que é acionista da Parati, uma opção de venda da totalidade das ações da Parati de propriedade do Fundo, exercível em maio de 2016. O preço de exercício da opção é calculado através da soma do valor dos aportes do Fundo na Parati, acrescidos das despesas de custeio do Fundo e deduzindo-se os juros sobre capital próprio e dividendos distribuídos pela Parati.

Sobre o preço de exercício haverá atualização pelo CDI acrescido de remuneração financeira de 0,9% ao ano.

O Fundo de Participação possui ações ordinárias e preferencias emitidas pela Light, e, atualmente, exerce o controle em conjunto com a Companhia sobre as atividades dessa companhia. Desta maneira, esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, a Companhia observou o volume das ações da Light negociadas diariamente em bolsa de valores, e o fato de que tal opção, se exercida pelo Fundo, requererá a venda para a Companhia, de uma única vez, das ações da referida empresa em uma quantidade superior às médias diárias de negociação em bolsa. Desta forma, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras, à taxa efetiva de 7,5% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Companhia um passivo no valor de R\$1.245.103 referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, é como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	165.801	-
Adições	1.079.302	165.801
Saldo Final	1.245.103	165.801

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. A alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito de R\$54 milhões no valor das opções.

Em 02 de setembro de 2015 a Companhia recebeu do FIP Redentor a notificação de que será exercida a Opção de Venda das ações da Parati S.A. na data de 30 de maio de 2016.

Opção de Venda de Cotas do FIP Melbourne

Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas das entidades que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar.

Para fins de determinação da metodologia a ser utilizada na mensuração do valor justo da referida opção, uma vez que a Madeira Energia é uma companhia fechada, a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções. O valor justo dessa opção foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das Demonstrações Financeiras, à taxa efetiva de 8% ao ano (descontados os efeitos inflacionários).

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia um passivo no valor de R\$147.614, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.

A movimentação do valor das opções nos períodos de doze meses findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015, é como segue:

	31/12/2015	31/12/2014
Saldo Inicial	29.029	-
Adições	118.585	29.029
Saldo Final	147.614	29.029

Como análise de sensibilidade, uma das principais variáveis com efeito sobre o cálculo das opções é a taxa de desconto. A alteração de 1% na taxa de desconto representa um efeito aproximado de R\$20 milhões no valor das opções.

Constituição da Aliança Geração de Energia

A Aliança Geração de Energia S.A. foi criada pela formalização de associação entre Cemig GT e Vale S.A. como uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração e investimentos em futuros projetos de geração de energia elétrica.

Em função da constituição da Aliança Geração de Energia, a Companhia transferiu para essa nova empresa os saldos referentes as suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica, bem como as participações da controlada Capim Branco Energia S.A., conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2015
Ativo	
Consórcio da Hidroelétrica de Aimorés	404.215
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Funil	123.609
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Igarapava	37.144
Consórcio UHE Porto Estrela	34.509
	<u>599.477</u>
Passivo	
Concessão Onerosa Porto Estrela - corrente	(15.654)
Concessão Onerosa Porto Estrela – não corrente	(134.071)
	<u>(149.725)</u>
Acervo Líquido da Cemig GT	449.752
Acervo Líquido da Capim Branco	131.362
	<u>581.114</u>

Em 27 de fevereiro de 2015 foi concluída a operação de associação entre a Vale S.A. (“Vale”) e Cemig GT, mediante a integralização na Aliança Geração de Energia S.A. (Aliança), das participações societárias detidas por Vale e Cemig GT nos seguintes ativos de geração de energia: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Aimorés, Capim Branco I e Capim Branco II (oriundos da empresa Capim Branco S.A. transferidos da Cemig Holding para Cemig GT) e Candonga empreendimento somente da Vale. A Aliança passa a possuir a capacidade instalada hídrica de 1.158 MW (652 MW médios) em operação, dentre outros projetos de geração.

A Cemig Capim Branco foi extinta nesta data, em decorrência da incorporação de seus saldos remanescentes de ativos e passivos pela Cemig GT.

A Cemig GT reconheceu em suas Demonstrações Financeiras o ganho referente a avaliação ao valor justo do investimento na Aliança, excluindo os efeitos da avaliação ao valor justo dos ativos próprios da Companhia que foram aportados na Aliança.

Com a constituição da Aliança, Vale e Cemig GT detêm, respectivamente, 55% e 45% do capital total, exercendo o controle em conjunto da Sociedade. A conclusão da transação não resultou em nenhum desembolso financeiro e foi executada com o aporte de ativos.

Dessa forma, segue abaixo demonstrativo dos efeitos da operação nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

	Cemig	Vale	Total
Valor justo dos ativos aportados na Aliança	1.866.981	2.331.177	4.198.158
Valor contábil dos ativos aportados na Aliança	581.114	1.276.668	1.857.782
Participação das empresas na Aliança	45%	55%	100%
Participação da Cemig avaliada pelo valor justo	1.889.171	-	-
Valor contábil dos ativos contribuídos (Nota 13)	(581.114)	-	-
Mais valia dos negócios aportados na Aliança (100%)	1.308.057	-	-
Parcela da mais valia não reconhecida, referente a participação detida pela Companhia (45%)	(578.615)	-	-
Ganho da transação registrado no resultado do exercício de 2015 (55% da mais valia)	729.442	-	-

Aquisição de Controle

a) Participação adicional na Gasmig

Em outubro de 2014, a Cemig concluiu a aquisição relativa ao contrato celebrado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobrás "Contrato de Compra e Venda de Ações" para aquisição dos 40% de participação da subsidiária Gaspetro na Companhia de Gás de Minas Gerais ("GASMIG"), previamente aprovado pelos Conselhos de Administração da CEMIG e da Petrobrás. O valor pago foi de R\$570.976, resultantes dos R\$600.000 previstos no contrato de compra e venda, atualizado pelo IGPM, descontados os dividendos pagos entre a data base e o fechamento do acordo. A aquisição foi concluída após a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e a anuência do poder concedente do Estado de Minas Gerais.

A seguir estão demonstrados os valores justos da participação adquirida na GASMIG:

	Valores justos das participações adquiridas
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	106.272
Títulos e Valores Mobiliários	104.910
Contas a Receber	71.685
Estoques	5.748
Outros ativos circulantes	71.340
Outros ativos não circulantes	303.830
Ativo financeiro da concessão	659.162
Ativo intangível	1.182.153
Passivo	
Passivos circulantes	(334.913)
Provisões	(48.315)
Impostos diferidos	(311.105)
Outros passivos não circulantes	(381.659)
Participação dos minoritários	(3.953)
Total dos ativos líquidos adquiridos	1.425.155

Combinação de negócios realizada em estágios – efeitos adicionais

Até 30 de setembro de 2014, período anterior à aquisição mencionada acima, apesar da Cemig ter 59,57% de participação no Capital da Gasmig, existia acordo de acionistas que concedia à Petrobrás direitos relevantes que representavam o compartilhamento de controle.

Dessa forma, nas Demonstrações Financeiras individuais da controladora, as informações financeiras da Gasmig eram reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Com a aquisição da participação de 40% no Capital da Gasmig, mencionado acima, a Cemig passou a deter o controle da Gasmig, devendo registrar em suas Demonstrações Financeiras os efeitos decorrentes dessa operação.

Conforme previsto no Pronunciamento contábil CPC.15 (Combinação de Negócios), foi necessário que a Companhia fizesse a mensuração da sua participação anterior na Gasmig pelo valor justo, reconhecendo a diferença no resultado do exercício.

Considerando que o Laudo de aquisição da participação adicional de 40% na Gasmig representa o valor justo dos ativos na data da aquisição, a Cemig fez a mensuração da sua participação original no investimento, conforme demonstrado a seguir:

R\$ Mil	Valor justo da participação original (59,57%)
Valor justo da GASMIG em 30/09/2014	1.426.621
Valor da participação original da Cemig avaliada pelo valor justo na data da aquisição – 59,57%	850.266
Valor contábil	569.321
Diferença – Receita registrada no resultado do exercício de 2014 na rubrica de “Combinação de negócios – aquisição em estágios de participação na Gasmig”	280.945

Na combinação de negócios foi reconhecido um complemento no ativo intangível da concessão no valor de R\$765.981 e impostos diferidos passivos no valor de R\$ 260.565, relacionado ao direito de exploração da concessão, a ser amortizado de forma linear durante o prazo de concessão, correspondente à diferença entre o valor justo da transação e o valor justo dos demais ativos e passivos existentes no balanço patrimonial da GASMIG.

Desta forma, os valores considerados pela Companhia para a mensuração do valor total envolvido na combinação de negócios foram os seguintes:

	R\$ mil
Contraprestação transferida para aquisição dos 40% de participação	570.976
Valor justo da participação detida anteriormente	850.266
Valor justo envolvido na combinação de negócios	1.421.242
Conciliação do valor pago com a demonstração dos fluxos de caixa:	
Contraprestação transferida para aquisição dos 40% de participação	570.976
Saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos na combinação de negócios	(106.272)
Valor desembolsado, líquido do caixa e equivalentes de caixa adquiridos	464.704

Venda de Ativos da Renova

No dia 15 de julho de 2015, a Renova Energia (“Renova”) concluiu o acordo para contribuição de ativos para a TerraForm Global, conforme segue:

Anunciada em 07 de maio de 2015, contemplou a celebração dos seguintes contratos:

(i) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas que comercializaram energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 136 milhões, mediante pagamento em dinheiro;

(ii) Contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto Bahia, correspondentes a cinco parques eólicos que comercializaram energia no leilão de energia de reserva dedicado à fonte eólica LER 2009, com 99,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 451 milhões, mediante pagamento em dinheiro; e

(iii) Contrato de permuta de ações para a permuta das ações das subsidiárias da Renova que detiverem os ativos do projeto Salvador, correspondente a nove parques eólicos que comercializaram energia no LER 2009, com 195,2 MW de capacidade instalada pelo valor (*equity value*) de R\$ 1,026 bilhão, por ações da TerraForm Global com base no preço por ação a ser pago na oferta pública de ações (IPO) da TerraForm Global em andamento.

Em 18 de setembro de 2015, ocorreu o fechamento das operações mencionadas acima.

A segunda parte do Acordo, que previa a opção de compra de ativos futuros foi cancelada, tendo em vista a não consumação da venda da participação da Light no bloco de controle da Renova para a SunEdison, o que era uma das condições precedentes para a realização dessa fase.

Conforme mencionado, a Renova permutou 100% das ações de suas subsidiárias relativas ao Projeto Salvador por 11,42% de participação na TerraForm Global e, conforme estabelecido em contrato, a Renova tem o direito de indicar um membro para o Conselho da TerraForm. Após análise das características do investimento na TerraForm, considerando os requisitos para consideração de coligada, a Administração da Renova concluiu que esse investimento se caracterizava como uma coligada por ter influência significativa na TerraForm. Desta forma, a participação da Renova na TerraForm foi reconhecida em 30 de setembro de 2015 pelo método da equivalência patrimonial.

Diante da não conclusão da segunda fase do acordo, a Renova concluiu que para 31 de dezembro de 2015, apesar de ainda ter direito a indicar um conselheiro, ela entende que não mais tem influência significativa sobre o investimento na TerraForm, pois perdeu a sua capacidade de envolvimento quando deixou de ser um parceiro estratégico com a desistência da Fase II e da não entrada da SunEdison no bloco de controle da Renova.

Assim, para 31 de dezembro de 2015, o investimento na TerraForm não mais é classificado como uma coligada na Renova e seu reconhecimento contábil não mais é registrado pelo método de equivalência patrimonial na Renova e sim pelo valor justo além de ser classificado como ativo financeiro disponível para venda marcado a mercado e registrado como outros investimentos permanentes, conforme artigo 179 da Lei societária. Em dezembro de 2015, após o declínio na cotação das ações da TerraForm (GLBL), a Renova reclassificou as perdas no trimestre registradas em outros resultados abrangentes, no valor de R\$265.526 para o resultado do exercício na linha de Perda no investimento juntamente com outros valores.

Continua válida a *associação* entre a Renova e a SunEdison que tem como objetivo a comercialização e o desenvolvimento de projetos de energia solar no mercado regulado brasileiro.

Distribuição de Gás Natural entre Gasmig e Petrobras

A Gasmig celebrou contrato para o serviço de distribuição de gás natural com a Petrobras para atendimento à Unidade de Fertilizantes Nitrogenados (UFN-V) - fábrica de amônia a ser instalada no município de Uberaba, no Triângulo Mineiro. Durante o exercício de 2015, verificou-se a inviabilidade momentânea de cumprimento do contrato e as partes encontram-se em negociação para proceder o distrato amigável, sem penalidade para ambas as partes.

15. IMOBILIZADO

Consolidado	2015			2014		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Em Serviço						
Terrenos	286.633	(8.024)	278.609	382.377	(9.375)	373.002
Reservatórios, Barragens e Adutoras	4.866.922	(3.036.877)	1.830.045	7.465.953	(5.205.671)	2.260.282
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1.576.926	(1.139.615)	437.311	2.137.972	(1.528.400)	609.572
Máquinas e Equipamentos	3.862.311	(2.670.212)	1.192.099	7.642.968	(5.589.719)	2.053.249
Veículos	29.000	(20.918)	8.082	28.919	(19.675)	9.244
Móveis e Utensílios	15.685	(11.212)	4.473	16.738	(12.531)	4.207
	<u>10.637.477</u>	<u>(6.886.858)</u>	<u>3.750.619</u>	<u>17.674.927</u>	<u>(12.365.371)</u>	<u>5.309.556</u>
Em Curso	189.704	-	189.704	234.064	-	234.064
Imobilizado Líquido	<u>10.827.181</u>	<u>(6.886.858)</u>	<u>3.940.323</u>	<u>17.908.991</u>	<u>(12.365.371)</u>	<u>5.543.620</u>

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Baixa	Aporte na Aliança Geração de Energia	Indenização a Receber	Depreciação	Transferência para Outros Ativos de Longo Prazo	Transferências/ Capitalizações	Saldo em 31/12/2015
Em Serviço									
Terrenos	373.002	-	(12.322)	(40.796)	(16.277)	(3.384)	(16.575)	(5.039)	278.609
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.260.282	-	-	(163.123)	(45.819)	(126.986)	(101.988)	7.679	1.830.045
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	609.572	-	(718)	(115.659)	(16.633)	(32.352)	(12.953)	6.054	437.311
Máquinas e Equipamentos	2.053.249	-	(3.499)	(308.207)	(465.851)	(149.454)	(69.054)	134.915	1.192.099
Veículos	9.244	-	-	(335)	-	(2.827)	-	2.000	8.082
Móveis e Utensílios	4.207	-	(11)	(199)	-	(338)	-	814	4.473
	<u>5.309.556</u>	<u>-</u>	<u>(16.550)</u>	<u>(628.319)</u>	<u>(544.580)</u>	<u>(315.341)</u>	<u>(200.570)</u>	<u>146.423</u>	<u>3.750.619</u>
Em Curso	234.064	125.708	(4.208)	(3.077)	(1.801)	-	(19.299)	(141.683)	189.704
Imobilizado Líquido	<u>5.543.620</u>	<u>125.708</u>	<u>(20.758)</u>	<u>(631.396)</u>	<u>(546.381)</u>	<u>(315.341)</u>	<u>(219.869)</u>	<u>4.740</u>	<u>3.940.323</u>

Consolidado	Saldo em 01/01/2014	Adição	Baixa	Depreciação	Transferências /Capitalizações	Saldo em 31/12/2014
Em Serviço						
Terrenos	377.859	-	-	(4.857)	-	373.002
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.394.742	-	-	(134.403)	(57)	2.260.282
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	711.906	53	(706)	(24.842)	(76.839)	609.572
Máquinas e Equipamentos	2.079.499	8	(5.783)	(177.077)	156.602	2.053.249
Veículos	11.959	-	(26)	(2.691)	2	9.244
Móveis e Utensílios	1.940	36	(27)	(265)	2.523	4.207
	<u>5.577.905</u>	<u>97</u>	<u>(6.542)</u>	<u>(344.135)</u>	<u>82.231</u>	<u>5.309.556</u>
Em Curso	239.550	121.820	(50.292)	-	(77.014)	234.064
Imobilizado Líquido	<u>5.817.455</u>	<u>121.917</u>	<u>(56.834)</u>	<u>(344.135)</u>	<u>5.217</u>	<u>5.543.620</u>

A taxa de depreciação média anual é de 3,39%. As taxas médias anuais de depreciação, por atividade são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Administração e Outras	Telecomunicações
2,86%	4,45%	8,88%	5,96%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado, incluindo os consórcios, é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Financeiro os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente. Maiores informações na nota explicativa nº 13.

Consórcios

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas. Os saldos de consórcios registrados no exercício de 2014 e não constantes em 2015 referem-se aqueles que foram transferidos para a Aliança Geração, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 14.

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2014	2013
Em serviço				
Usina de Porto Estrela	33,33%	3,68	-	38.917
Usina Igarapava	14,50%	2,50	-	58.638
Usina de Funil	49,00%	4,21	-	183.446
Usina de Queimado	82,50%	4,00	212.784	212.531
Usina de Aimorés	49,00%	3,75	-	548.781
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%	3,75	-	56.240
Depreciação acumulada			(74.248)	(310.853)
			138.536	787.700
Em curso				
Usina de Queimado	82,50%		3.894	1.645
Usina de Funil	49,00%		-	-
Usina de Aimorés	49,00%		-	-
Usina Igarapava	14,50%		-	25
Usina Porto Estrela	33,33%		-	2.274
Consórcio Capim Branco Energia	21,05%		-	2.524
			3.894	6.468
Total de Consórcios - Controladora			142.430	794.168

	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/12/2015	31/12/2014
Em serviço				
Usina de Queimado	82,5	4	212.784	212.531
Depreciação acumulada			(74.248)	(61.361)
Total em operação			142.538	151.170
Em curso				
Usina de Queimado	82,5		3.894	1.704
Total em construção			3.894	1.704

16. INTANGÍVEIS

a) Composição de saldo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Consolidado	2015			2014		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço						
Com Vida Útil Definida						
Servidão	11.749	(1.315)	10.434	13.819	(1.957)	11.862
Concessão Onerosa	19.169	(9.894)	9.275	39.868	(16.125)	23.743
Ativos de Concessão	15.607.708	(6.642.234)	8.965.474	8.707.590	(6.484.556)	2.223.034
Outros	69.041	(53.751)	15.290	66.144	(48.799)	17.345
	<u>15.707.667</u>	<u>(6.707.194)</u>	<u>9.000.473</u>	<u>8.827.421</u>	<u>(6.551.437)</u>	<u>2.275.984</u>
Em Curso	1.274.631	-	1.274.631	1.103.312	-	1.103.312
Intangível Líquido	16.982.298	(6.707.194)	10.275.104	9.930.733	(6.551.437)	3.379.296

Controladora	Taxa Média de Amortização	2015			2014		
		Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Direito de uso de softwares	20%	3.789	(3.550)	239	3.789	(3.311)	478
Marcas e Patentes	10%	9	(6)	3	9	(5)	4
		<u>3.798</u>	<u>(3.556)</u>	<u>242</u>	<u>3.798</u>	<u>(3.316)</u>	<u>482</u>
Em Curso		1.676	-	1.676	614	-	614
Intangível Líquido		5.474	(3.556)	1.918	4.412	(3.316)	1.096

b) Movimentação do Ativo Intangível

Consolidado	Saldo em 31/12/2014	Adição	Aporte na Aliança Geração de Energia	Indenização Usinas não Renovadas	Baixa	Amortização	Transferência Financeiro - Intangível pela Renovação das Concessões (*)	Transferência	Saldo em 31/12/2015
Em Serviço									
Com Vida Útil Definida									
Servidão	11.862	-	(1.202)	(43)	-	(205)	-	22	10.434
Concessão Onerosa	23.743	-	(12.517)	-	-	(1.951)	-	-	9.275
Ativos de Concessão	2.223.034	7.651	-	-	(20.910)	(512.379)	7.161.504	106.574	8.965.474
Outros	17.345	8	-	-	-	(4.954)	-	2.891	15.290
	<u>2.275.984</u>	<u>7.659</u>	<u>(13.719)</u>	<u>(43)</u>	<u>(20.910)</u>	<u>(519.489)</u>	<u>7.161.504</u>	<u>109.487</u>	<u>9.000.473</u>
Em Curso	<u>1.103.312</u>	<u>1.108.361</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(16.731)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(920.311)</u>	<u>1.274.631</u>
Intangível Líquido - Consolidado	<u>3.379.296</u>	<u>1.116.020</u>	<u>(13.719)</u>	<u>(43)</u>	<u>(37.641)</u>	<u>(519.489)</u>	<u>7.161.504</u>	<u>(810.824)</u>	<u>10.275.104</u>

(*) Vide comentários na Nota Explicativa nº 13.

Consolidado	Saldo em 31/12/2013	Ajuste de Combinação de Negócios	Adição	Baixa	Amortização	Transferência	Saldo em 31/12/2014
Em Serviço							
Com Vida Útil Definida							
Servidão	12.439	-	-	-	(639)	62	11.862
Concessão Onerosa	27.428	-	-	-	(3.685)	-	23.743
Ativos de Concessão	866.042	1.072.975	-	-	(447.622)	731.639	2.223.034
Outros	23.736	-	116	-	(4.837)	(1.670)	17.345
	<u>929.645</u>	<u>1.072.975</u>	<u>116</u>	<u>-</u>	<u>(456.783)</u>	<u>730.031</u>	<u>2.275.984</u>
Em Curso	<u>1.074.345</u>	<u>109.178</u>	<u>867.800</u>	<u>(25.849)</u>	<u>-</u>	<u>(922.162)</u>	<u>1.103.312</u>
Intangível Líquido - Consolidado	<u>2.003.990</u>	<u>1.182.153</u>	<u>867.916</u>	<u>(25.849)</u>	<u>(456.783)</u>	<u>(192.131)</u>	<u>3.379.296</u>

A taxa de amortização média anual é de 4,12%. As taxas médias anuais de amortização, por atividade, determinadas na legislação do setor, são as seguintes:

Geração Hidrelétrica	Geração Termelétrica	Distribuição	Administração e Outras	Telecomunicações
6,58%	7,06%	3,59%	14,26%	7,74%

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida. No montante de adições de R\$1.116.020 está contemplado R\$159.222 (R\$69.828 em 2014) a título de Encargos Financeiros Capitalizados, conforme apresentado na Nota Explicativa 19.

Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrada no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será amortizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis de Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida.

17. FORNECEDORES

	Consolidado	
	31/12/2015	31/12/2014
Energia de curto prazo - CCEE	307.631	329.535
Encargos de uso da rede elétrica	81.211	87.702
Energia elétrica comprada para revenda	647.149	595.546
Itaipu binacional	314.859	148.864
Gás comprado para revenda	235.537	151.394
Materiais e serviços	314.766	290.675
	1.901.153	1.603.716
Circulante	1.901.153	1.603.716

18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações não circulante Pasep/Cofins referem-se ao questionamento da constitucionalidade da inclusão do ICMS, na base de cálculo dessas contribuições, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladoras Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento para os fatos geradores ocorridos até julho de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições. Adicionalmente, a partir de julho de 2015, a Companhia passou a efetuar provisão de PASEP/COFINS sobre a atualização do Ativo Financeiro em conformidade a legislação tributária em vigor a partir dessa data.

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Circulante				
ICMS	462.336	365.187	18.091	18.091
COFINS	156.657	96.186	26.895	30.856
PASEP	33.332	21.231	5.708	6.699
INSS	22.464	21.158	1.740	1.651
Outros	65.324	50.946	689	678
	740.113	554.708	53.123	57.975
Não Circulante				
COFINS	608.503	594.093	-	-
PASEP	131.208	128.980	-	-
Outros	-	103	-	-
	739.711	723.176	-	-
	1.479.824	1.277.884	53.123	57.975

b) Imposto de Renda e Contribuição Social Circulante

	Consolidado	
	2015	2014
Circulante		
Imposto de Renda	7.619	38.981
Contribuição Social	3.027	3.575
	10.646	42.556

19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Venciment o Principal	Encargos Financeiros Anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				31/12/2015		31/12/2014	
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
Banco do Brasil S.A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	1.560	30.549	32.109	24.555
KFW	2016	4,50	EURO	2.803	-	2.803	4.257
KFW	2024	1,78	EURO	4.474	7.153	11.627	10.525
Dívida em Moeda Estrangeira				8.837	37.702	46.539	39.337
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2017	108,33% do CDI	R\$	77.577	66.360	143.937	212.230
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	286.428	147.449	433.877	450.569
Banco do Brasil S.A.	2018	104,10% do CDI	R\$	384.666	540.000	924.666	918.830
Banco do Brasil S.A.	2015	98,50% do CDI	R\$	-	-	-	205.633
Banco do Brasil S.A.	2015	99,50% do CDI	R\$	-	-	-	237.666
Banco do Brasil S.A.	2016	104,25% do CDI	R\$	803.698	-	803.698	706.062
Banco do Brasil S.A.	2017	111,00% do CDI	R\$	50.234	49.525	99.759	-
Banco do Brasil S.A.	2020	114,00% do CDI	R\$	8.184	490.833	499.017	-
Nota Promissória - 5ª Emissão (2)	2015	106,85 do CDI	R\$	-	-	-	1.483.984
Nota Promissória - 7ª Emissão (3)	2015	105,00 do CDI	R\$	-	-	-	1.311.205
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	7.947	73.392	81.339	88.668
BNDES	2026	TJLP+2,48	R\$	2.297	9.026	11.323	13.504
CEF	2018	119,00% do CDI	R\$	92.543	108.333	200.876	-
	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	49.857	134.907	184.764	252.189
ELETROBRÁS							
Grandes Consumidores	2018	Diversas	R\$	6.183	1.683	7.866	7.095
	2018	TJLP + 5 e TJLP + 2,5	R\$	3.165	5.486	8.651	12.095
FINEP							
Consórcio Pipoca	2016	IPCA	R\$	185	-	185	185
Nota Promissória - 8ª Emissão (3)	2016	111,70 do CDI	R\$	1.889.352	-	1.889.352	-
Nota Promissória - 6ª Emissão (2)	2016	120,00 do CDI	R\$	1.440.907	-	1.440.907	-
BASA	2018	CDI+1,9	R\$	2.213	118.959	121.172	-
Nota Promissória-1ª Emissão (4)	2015	110,40% do CDI	R\$	22.601	-	22.601	19.824
Dívida em Moeda Nacional				5.128.037	1.745.953	6.873.990	5.919.739
Total de Empréstimos e Financiamento				5.136.874	1.783.655	6.920.529	5.959.076
Debêntures							
Debêntures - 2ª Emissão (3)	2017	IPCA + 7,96	R\$	221.468	219.994	441.462	597.845
Debêntures - 1ª série - 3ª Emissão (2)	2017	CDI + 0,90	R\$	59.949	479.994	539.943	528.865
Debêntures - 2ª série - 2ª Emissão (2)	2015	IPCA + 7,68	R\$	-	-	-	554.158
Debêntures - 3ª série - 3ª Emissão (2)	2022	IPCA + 6,20	R\$	46.744	875.584	922.328	833.042
Debêntures - 2ª série - 3ª Emissão (2)	2019	IPCA + 6,00	R\$	13.502	261.390	274.892	248.272
Debêntures - 2ª Série - 3ª Emissão (3)	2021	IPCA + 4,70	R\$	54.648	1.347.743	1.402.391	1.266.168
Debêntures - 3ª Série - 3ª Emissão (3)	2025	IPCA + 5,10	R\$	35.440	803.989	839.429	757.938
Debêntures - 1ª Série - 3ª Emissão (3)	2018	CDI + 0,69	R\$	50.633	410.625	461.258	451.904
Debêntures	2018	CDI+1,6	R\$	67.248	970.008	1.037.256	-
Debêntures	2020	IPCA+8,07	R\$	1.007	28.178	29.185	-
Debêntures - 2ª série - 4ª Emissão (2)	2016	CDI+085	R\$	501.398	-	501.398	501.172
Debêntures - 1ª Série - 5ª Emissão (2)	2018	CDI+1,70	R\$	11.646	1.400.000	1.411.646	1.406.336
Debêntures (5)	2016	TJLP+3,12	R\$	41.009	-	41.009	89.771
Debêntures (5)	2015	CDI+0,62	R\$	-	-	-	100.028
Debêntures (5)	2018	CDI + 1,60	R\$	2.862	100.000	102.862	-
Debêntures (5)	2018	CDI+0,74	R\$	33.444	66.667	100.111	99.663
Debêntures (5)	2022	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	R\$	14.569	109.847	124.416	90.206
CEMIG TELECOM -1ªSérie-1ª Emissão(4)	2018	TJLP+3,62	R\$	3.905	4.194	8.099	11.983
CEMIG TELECOM -2ªSérie-1ª Emissão(4)	2018	TJLP+4,32	R\$	1.449	1.555	3.004	4.445
CEMIG TELECOM -3ªSérie-1ª Emissão(4)	2018	TJLP+1,72	R\$	540	581	1.121	1.657
CEMIG TELECOM -4ªSérie-1ª Emissão(4)	2018	TJLP+3,62	R\$	1.175	1.262	2.437	3.605
CEMIG TELECOM -5ªSérie-1ª Emissão(4)	2018	TJLP+4,32	R\$	483	519	1.002	1.482
CEMIG TELECOM -6ªSérie-1ª Emissão(4)	2018	TJLP+1,72	R\$	366	393	759	1.122
Total de Debêntures				1.163.485	7.082.523	8.246.008	7.549.662
Total Geral Consolidado				6.300.359	8.866.178	15.166.537	13.508.738

(1) As taxas de juros variam de 2,00% a 8,00 % ao ano. Libor semestral mais spread de 0,81% a 0,88% ao ano;

(2) Cemig Geração e Transmissão;

(3) Cemig Distribuição;

(4) Cemig Telecom;

(5) Gasmig;

Garantias

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2015, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
Nota Promissória, Aval e Fiança	12.980.600
Recebíveis	1.617.996
Sem Garantia	567.941
TOTAL	15.166.537

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Moedas									
Dólar Norte-Americano	1.560	-	-	-	-	-	-	30.549	32.109
Euro	7.277	4.474	2.679	-	-	-	-	-	14.430
Total por Moedas	8.837	4.474	2.679	-	-	-	-	30.549	46.539
Indexadores									
IPCA (1)	372.994	219.522	130.238	589.538	747.842	747.438	498.863	603.437	3.909.872
UFIR/RGR (2)	49.857	40.367	35.362	23.562	20.465	5.685	5.822	3.644	184.764
CDI (3)	5.785.583	2.327.926	2.291.370	163.551	165.906	-	-	-	10.734.336
URTJ/TJLP (4)	76.905	34.914	32.086	29.082	29.082	26.826	26.823	27.442	283.160
IGP-DI (5)	4.470	5	793	395	-	-	-	-	5.663
TR (6)	1.711	394	98	-	-	-	-	-	2.203
Total por Indexadores	6.291.520	2.623.128	2.489.947	806.128	963.295	779.949	531.508	634.523	15.119.998
Total Geral	6.300.357	2.627.602	2.492.626	806.128	963.295	779.949	531.508	665.072	15.166.537

- (1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA);
 (2) Unidade Fiscal de Referência (UFIR/RGR);
 (3) Certificado de Depósito Interbancário (CDI);
 (4) Unidade de Referência de Taxa de Juros (URTJ);
 (5) Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna (IGP-DI);
 (6) Taxa Referencial (TR).

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação Acumulada em 2015 %	Variação Acumulada em 2014 %	Indexador	Variação Acumulada em 2015 %	Variação Acumulada em 2014 %
Dólar Norte-Americano	47,01	13,39	IPCA	10,67	6,41
Euro	31,71	0,02	CDI	13,23	10,81

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado
Saldo em 01 de Janeiro de 2014	9.457.364
Empréstimos e Financiamentos obtidos	4.562.259
Custos de Captação	(181)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	4.562.078
Adições por combinação de negócios (*)	391.788
Variação monetária e cambial	266.139
Encargos financeiros provisionados	1.006.502
Encargos financeiros pagos	(780.887)
Amortização de financiamentos	(1.394.246)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	13.508.738
Empréstimos e Financiamentos obtidos	5.817.472
Custos de Captação	(78.009)
Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação	5.739.463
Variação monetária e cambial	400.325
Encargos financeiros provisionados	1.545.293
Encargos financeiros pagos	(1.331.292)
Amortização de financiamentos	(4.695.990)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	15.166.537

(*) Saldo decorrente da consolidação da Gasmig a partir de outubro de 2014 (Vide Nota 14)

Encargos Capitalizados

A Companhia transferiu para o Ativo Intangível os encargos dos empréstimos e financiamentos vinculados a obras, conforme abaixo:

	2015	2014
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	1.545.293	1.006.502
Encargos Financeiros Transferidos para o Intangível	(159.222)	(69.828)
Efeito Líquido no Resultado	1.386.071	936.674

O valor do encargo capitalizado no montante de R\$159.222 foi excluído na Demonstração do Fluxo de Caixa, nas adições ao fluxo de caixa das atividades de investimentos, por não representarem saída de caixa para aquisição do referido ativo.

A taxa média de capitalização dos empréstimos e financiamentos cujos custos foram transferidos para as obras foi de 15,25% (11,62% no mesmo período de 2014).

Captações de Recursos

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2015 estão demonstradas abaixo:

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais - %	Valor Captado
Moeda Nacional			
Banco do Brasil (Cemig GT)	2015	106,90% do CDI	593.706
Debêntures 6ª emissão 1ª série (Cemig GT)	2018	CDI + 1,60%	967.400
Debêntures 6ª emissão 2ª série (Cemig GT)	2020	IPCA + 8,07%	27.100
Nota Promissória 6ª emissão (Cemig GT)	2016	120% do CDI	1.406.880
Banco da Amazônia (Cemig GT)	2018	CDI + 1,90%	118.363
Caixa Econômica Federal (Cemig D)	2018	119% do CDI	200.000
Nota Promissória 8ª emissão (Cemig D)	2016	111,70% do CDI	1.684.700
Banco do Brasil (Cemig D)	2020	114% do CDI	486.618
Banco do Brasil (Cemig D)	2017	111% do CDI	97.696
Debêntures 4ª emissão (Cemig Gasmig)	2022	TJLP + 7,82 (75%) e Selic + 1,82 (25%)	34.472
Debêntures 5ª emissão (Gasmig)	2018	CDI + 1,60	100.000
Itaú Unibanco/Banco BBM (Cemig Telecom)	2016	120% do CDI	22.528
Total de captações em moeda nacional			5.739.463

Emissão de Notas Promissórias e Debêntures

Em 1º de abril de 2015, a Cemig D concluiu a 8ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, distribuída com esforços restritos de colocação, por meio da qual foram emitidas 340 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$5.000 na data de emissão, totalizando R\$1.700.000. As notas promissórias têm prazo de 360 dias a contar da data de emissão, vencendo em 26 de março de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 111,70% do CDI. Os juros remuneratórios serão pagos no vencimento juntamente com a amortização. A 8ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais da Cemig D conta com o aval da sua controladora, a Cemig.

Em 15 de julho de 2015, a Cemig GT concluiu a sua 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, com esforços restritos de distribuição, por meio da qual foram emitidas 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, sendo 97.275 debêntures da 1ª série e 2.725 debêntures da 2ª série, com valor nominal unitário de R\$ 10 na data de emissão, totalizando R\$ 1.000.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados para pagamento de dívidas e/ou à recomposição de caixa em função de pagamento de dívidas.

As debêntures da 1ª série têm prazo de três anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de julho de 2018, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI capitalizado de um spread de 1,60% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal em 2 parcelas consecutivas, sendo a primeira devida em 15 de julho de 2017 e a segunda devida em 10 de julho de 2018.

As debêntures da 2ª série têm prazo de cinco anos a contar da data de emissão, com vencimento em 15 de julho de 2020, correção monetária pelo IPCA e pagam juros remuneratórios correspondentes a 8,07% ao ano. Os juros remuneratórios serão pagos anualmente e a amortização do principal, bem como da atualização monetária, em 2 parcelas consecutivas, sendo a primeira devida em 15 de julho de 2019 e a segunda devida em 10 de julho de 2020.

A 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a Cemig.

Em 30 de dezembro de 2015, a Cemig GT concluiu a sua 6ª emissão de notas promissórias comerciais, totalizando R\$ 1.440.000. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das notas promissórias foram destinados ao pagamento da 1ª parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do Leilão ANEEL 12/2015. As notas promissórias têm prazo de 360 dias, com vencimento em 24 de dezembro de 2016, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 120,00% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, over extra grupo, que serão pagos na data de vencimento. A 6ª emissão de notas promissórias da Cemig GT conta com o aval da sua controladora, a Cemig.

Debêntures

As debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações, e possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Tipo garantia	Encargos Anuais (%)	Vencimento	31/12/2015	31/12/2014
CEMIG GT 2ª Série – 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,68	2015	-	554.158
CEMIG GT 1ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,90	2017	539.943	528.865
CEMIG GT 3ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,20	2022	922.328	833.042
CEMIG GT 2ª Série – 3ª Emissão	Quirografária	IPCA + 6,00	2019	274.892	248.272
CEMIG GT 4ª Emissão	Quirografária	CDI + 0,85	2016	501.398	501.172
CEMIG GT 5ª Emissão	Quirografária	CDI+1,70	2018	1.411.646	1.406.336
CEMIG D - 1ª Série 3ª Emissão	Fiança	CDI + 0,69	2018	461.258	451.904
CEMIG D - 2ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 4,70	2021	1.402.391	1.266.168
CEMIG D - 3ª Série 3ª Emissão	Fiança	IPCA + 5,10	2025	839.429	757.938
Debêntures	Fiança	CDI+1,6	2018	1.037.256	-
Debêntures	Fiança	IPCA+8,07	2020	29.185	-
CEMIG D 2ª Emissão	Não há	IPCA + 7,96	2017	441.462	597.845
GASMIG	Quirografária	TJLP+3,12	2016	41.009	89.771
GASMIG	Quirografária	CDI+0,62	2015	-	100.028
GASMIG	Quirografária	CDI+0,74	2018	100.111	99.663
GASMIG	Quirografária	TJLP+7,82 (75%) e Selic+1,82(25%)	2022	124.416	90.206
GASMIG	Quirografária	CDI + 1,60	2018	102.862	-
CEMIG TELECOM -1ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+3,62	2018	8.099	11.983
CEMIG TELECOM -2ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+4,32	2018	3.004	4.445
CEMIG TELECOM -3ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+1,72	2018	1.121	1.657
CEMIG TELECOM -4ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+3,62	2018	2.437	3.605
CEMIG TELECOM -5ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+4,32	2018	1.002	1.482
CEMIG TELECOM -6ªSérie-1ª Emissão	Recebíveis(Receita)	TJLP+1,72	2018	759	1.122
TOTAL				8.246.008	7.549.662

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas restritivas (“Covenants”), de repactuação, e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado superior a R\$50 milhões (“cross default”).

Cláusulas Contratuais Restritivas - “Covenants”

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atrelada a índices financeiros, apurados anualmente em balanço auditado por empresa de auditoria independente, registrada na Comissão de valores Mobiliários (CVM) conforme segue:

Descrição das Cláusulas Restritivas	Índices Requeridos
CEMIG:	
Patrimônio Líquido da Garantidora/Ativo Total da Garantidora (1)	Maior ou igual a 30,00%
Patrimônio Líquido/Ativo Total da Garantidora (Cemig) (2)	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%
Dívida Líquida / EBITDA (2)	Menor ou igual a 4 vezes
GASMIG:	
EBITDA/Serviço da Dívida (3)	Igual ou maior que 1,3
Endividamento Geral (Exigível Total/Ativo Total)(3)	Menor que 0,6
TELECOM:	
LAJIDA/ Serviço da Dívida (4)	igual ou superior a 1,10
Margem LAJIDA (LAJIDA/ROL) (4)	igual ou superior a 0,30
Índice de Capitalização (PL/AT) (4)	igual ou superior a 0,30
Dívida Financeira Total/ LAJIDA(4)	igual ou inferior a 3,50

(1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a controlada Cemig GT terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido.

(2) Caso não consiga atingir os índices requeridos, a Companhia deverá providenciar, em até 30 dias contados da data de comunicação por escrito do BNDES sobre o não atingimento de algum dos índices constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato, salvo se naquele prazo estiverem restabelecidos os níveis acima referidos.

(3) Determinadas situações previstas contratualmente podem provocar vencimento antecipado de outras dívidas (Cross Default).

(4) O descumprimento destas cláusulas pela Telecom poderá provocar o bloqueio de recursos na Conta Retenção, o vencimento antecipado do contrato e a execução das garantias. Tais obrigações resumem-se, principalmente, na manutenção, desde a emissão das debêntures e até o seu vencimento final, de pelo menos três dos quatro índices financeiros acima, os quais deverão ser atingidos ao final de cada semestre civil, ou seja, 30 de junho e 31 de dezembro.

Em 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2015	2014
Reserva Global de Reversão - RGR	47.780	47.628
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	281.552	20.660
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.207
Taxa de Fiscalização da ANEEL	2.968	3.155
Eficiência Energética	207.162	138.449
Pesquisa e Desenvolvimento	159.510	98.789
Pesquisa Expansão Sistema Energético	1.765	4.250
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	3.251	8.229
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	6.550	4.118
Encargo de Capacidade Emergencial	30.996	31.010
Encargos Consumidor - Bandeiras Tarifárias	655	-
	743.396	357.495
Passivo Circulante	516.983	105.558
Passivo Não Circulante	226.413	251.937

21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Cemig é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social (“Forluz”), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2015.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$811.573 em 31 de dezembro de 2015 (R\$799.487 em 31 de dezembro de 2014). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Cemig e suas controladas Cemig D e Cemig GT e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano.

No caso de obrigações com o fundo de pensão, tendo em vista que em 2014 o cálculo atuarial apresentava um passivo líquido menor que o saldo da dívida, o passivo reconhecido no Balanço Patrimonial naquele ano foi a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas da Controladora e das controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição são conforme abaixo:

2015	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Valor Presente das Obrigações	8.048.867	1.323.516	30.090	553.377	9.955.850
Valor Justo dos Ativos do Plano	(6.702.479)	-	-	-	(6.702.479)
Passivo Líquido no Balanço Patrimonial	1.346.388	1.323.516	30.090	553.377	3.253.371

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2013	7.351.556	1.011.719	28.677	600.593	8.992.545
Custo do Serviço Corrente	6.050	6.476	189	3.202	15.917
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	869.290	125.023	3.544	73.482	1.071.339
Perdas Atuariais	569.662	50.244	1.606	14.686	636.198
Benefícios Pagos	(672.427)	(73.277)	(2.070)	(11.929)	(759.703)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2014	8.124.131	1.120.185	31.946	680.034	9.956.296
Custo do Serviço Corrente	5.120	7.381	229	3.491	16.221
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	933.443	134.645	3.840	80.848	1.152.776
Perdas (Ganhos) Atuariais	(280.561)	137.929	(3.659)	(124.440)	(270.731)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(74.425)	(74.425)
Benefícios pagos	(733.266)	(76.624)	(2.266)	(12.131)	(824.287)
Obrigação de Benefício Definido em 31 de dezembro de 2015	8.048.867	1.323.516	30.090	553.377	9.955.850

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2013	7.727.771
Retorno real dos investimentos	888.729
Contribuições do Empregador	107.246
Benefícios pagos	(672.427)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014	8.051.319
Retorno real dos investimentos	(732.124)
Contribuições do Empregador	116.550
Benefícios pagos	(733.266)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015	6.702.479

A Companhia realizou modificações no seguro de vida, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2016, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada implicou em uma redução de R\$74.425 nas obrigações pós-emprego registradas em 31 de dezembro de 2015, em contrapartida ao resultado do exercício de 2015.

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2015 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	5.120	7.381	229	3.491	16.221
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	933.443	134.645	3.840	80.848	1.152.776
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(931.302)	-	-	-	(931.302)
Custo do serviço passado	-	-	-	(74.425)	(74.425)
Despesa (Receita) Conforme Cálculo Atuarial	7.261	142.026	4.069	9.914	163.270
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	121.375	-	-	-	121.375
Despesa Total em 2015	128.636	142.026	4.069	9.914	284.645

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	6.050	6.476	189	3.202	15.917
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	869.290	125.023	3.544	73.482	1.071.339
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(922.114)	-	-	-	(922.114)
Despesa (Receita) Conforme Cálculo Atuarial	(46.774)	131.499	3.733	76.684	165.142
Ajuste ao Teto de Ativo (<i>Asset Ceiling</i>)	46.774	-	-	-	46.774
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	98.994	-	-	-	98.994
Despesa Total em 2014	98.994	131.499	3.733	76.684	310.910

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	39.741	48.535	1.402	35.639	125.317
Despesa Reconhecida no Resultado	4.871	6.373	189	4.506	15.939
Contribuições Pagas	(5.277)	(4.318)	(116)	(689)	(10.400)
Perdas (Ganhos) atuariais (*)	-	12.595	511	(879)	12.227
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	39.335	63.185	1.986	38.577	143.083
Despesa Reconhecida no Resultado	6.329	7.843	249	4.692	19.113
Contribuições Pagas	(5.734)	(4.498)	(133)	(770)	(11.135)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(8.917)	(8.917)
Perdas (Ganhos) atuariais (*)	159.253	7.504	(144)	(5.566)	161.047
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	199.183	74.034	1.958	28.016	303.191
				2015	2014
Passivo Circulante				9.139	8.932
Passivo Não Circulante				294.052	134.151

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2013	807.739	1.011.719	28.677	600.593	2.448.728
Despesa Reconhecida no Resultado	98.994	131.499	3.733	76.684	310.910
Contribuições Pagas	(107.246)	(73.277)	(2.070)	(11.929)	(194.522)
Perdas atuariais (*)	-	50.244	1.606	14.686	66.536
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014	799.487	1.120.185	31.946	680.034	2.631.652
Despesa Reconhecida no Resultado	128.636	142.026	4.069	84.339	359.070
Contribuições Pagas	(116.550)	(76.624)	(2.266)	(12.131)	(207.571)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(74.425)	(74.425)
Perdas (Ganhos) atuariais (*)	534.815	137.929	(3.659)	(124.440)	544.645
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015	1.346.388	1.323.516	30.090	553.377	3.253.371
				2015	2014
Passivo Circulante 31 de dezembro de 2015				166.990	153.426
Passivo Não Circulante 31 de dezembro de 2015				3.086.381	2.478.226

(*) Reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido

Em 2015 e 2014, as despesas com Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com os planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como despesas operacionais.

A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2016 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	5.372	8.520	194	2.627	16.713
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	1.013.091	173.886	3.953	72.252	1.263.182
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(832.743)	-	-	-	(832.743)
Despesa Total em 2016 conforme laudo atuarial	185.720	182.406	4.147	74.879	447.152

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2016 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	773.595	80.838	2.391	12.541	869.365

A Companhia e suas controladas têm a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2016 no montante de R\$122.958 para amortização da dívida pactuada e R\$94.105 para o plano de Contribuição Definida (registro diretamente no resultado do exercício).

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2015	2014
Ações de empresas brasileiras	6,90%	8,68%
Títulos de Renda Fixa	66,38%	58,16%
Imóveis	9,66%	8,16%
Outros	17,06%	25,00%
Total	100,00%	100,00%

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição:

	2015	2014
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora e Controladas	418.656	344.630
Ações emitidas pela Patrocinadora	5.505	8.910
Imóveis da Fundação ocupados pelas Patrocinadoras	230.000	230.000
	654.161	583.540

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2015	2014
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	13,20%	12,00%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	13,20%	12,00%
Taxa anual de inflação de longo prazo	5,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	7,61%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2015:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Alteração na Tábua de Mortalidade em 1 ano	281.710	16.187	365	24.349	322.611
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	740.496	150.973	3.387	94.074	988.930

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

22. PROVISÕES

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia e suas controladas constituíram Provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado					2014
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações	Adições em Combinação de Negócios (1)	
Trabalhistas	146.229	249.550	(7.443)	(65.811)	-	322.525
Cíveis						
Relações de Consumo	29.102	9.949	(10.046)	(9.790)	-	19.215
Outras ações cíveis	23.097	12.326	(6.176)	(4.975)	-	24.272
	52.199	22.275	(16.222)	(14.765)	-	43.487
Tributárias	26.027	30.242	(17.670)	(15.558)	50.018	73.059
Ambientais	1.179	854	(818)	-	-	1.215
Regulatórias	50.228	8.067	(22.498)	(412)	-	35.385
Societárias (2)	-	239.445	-	-	-	239.445
Outras	30.523	13.159	(2.064)	(1.759)	-	39.859
Total	306.385	563.592	(66.715)	(98.305)	50.018	754.975

	Consolidado					2015
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações		
Trabalhistas	322.525	38.799	(34.928)	(36.555)		289.841
Cíveis						
Relações de Consumo	19.215	13.731	(2.452)	(13.116)		17.378
Outras ações cíveis	24.272	10.476	(99)	(5.857)		28.792
	43.487	24.207	(2.551)	(18.973)		46.170
Tributárias	73.059	5.408	(8.878)	(575)		69.014
Ambientais	1.215	9	(1.164)	-		60
Regulatórias	35.385	13.390	(3.097)	(498)		45.180
Societárias (2)	239.445	29.508	-	-		268.953
Outras	39.859	5.606	(8.828)	(1.282)		35.355
Total	754.975	116.927	(59.446)	(57.883)		754.573

	Controladora					2014
	31/12/2013	Adições	Reversões	Liquidações		
Trabalhistas	25.973	28.110	(3.374)	(19.021)		31.688
Cíveis						
Relações de Consumo	6.679	487	(3.519)	(397)		3.250
Outras ações cíveis	6.266	654	(6.176)	(573)		171
	12.945	1.141	(9.695)	(970)		3.421
Tributárias	7.356	5.303	(971)	(1.860)		9.828
Ambientais	276	37	-	-		313
Regulatórias	20.394	5.636	(2.953)	(12)		23.065
Societárias (2)	-	239.445	-	-		239.445
Outras	770	1.122	(157)	(728)		1.007
Total	67.714	280.794	(17.150)	(22.591)		308.767

	Controladora					2015
	31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações		
Trabalhistas	31.688	6.814	(2.519)	(6.814)		29.169
Cíveis						
Relações de Consumo	3.250	474	(425)	(5)		3.294
Outras ações cíveis	171	1.927	-	(809)		1.289
	3.421	2.401	(425)	(814)		4.583
Tributárias	9.828	2.685	(1.564)	(643)		10.306
Ambientais	313	-	(313)	-		-
Regulatórias	23.065	238	(1.369)	(238)		21.696
Societárias (2)	239.445	29.508	-	-		268.953
Outras	1.007	301	(794)	(87)		427
Total	308.767	41.947	(6.984)	(8.596)		335.134

1. Aquisição de participação adicional e do controle na Gasmig, que passou a ser consolidada em outubro de 2014. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 14 destas Demonstrações Financeiras;
2. A discussão acerca da diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais foi provisionada em contrapartida ao resultado financeiro. Mais detalhes vide Nota Explicativa nº 26 destas Demonstrações Financeiras.

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas informações contábeis a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e a sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estas contingências:

Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$971.908 (R\$793.611 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$289.841 foram provisionados (R\$322.525 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia era parte em Dissídio Coletivo ajuizado pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Energética de Minas Gerais – SINDIELETRO mais 13 Federações/Sindicatos perante a Justiça do Trabalho, cuja decisão transitou em julgado em 23 de fevereiro de 2015, condenando-a a conceder aumento real por produtividade, nos salários dos seus empregados, à base de 3% (três por cento) a serem aplicados desde 01 de novembro de 2012, o valor envolvido nesta ação era de R\$127.411. Em 2015, a ação foi baixada tendo em vista que a Companhia celebrou Acordo Específico com as entidades sindicais para o pagamento dos valores retroativos, referente ao período de 01 de novembro de 2012 a 28 de fevereiro de 2015, de forma parcelada através da folha de pagamento.

Relações de Consumo

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis relativas a indenizações por danos morais e materiais decorrentes, principalmente, de irregularidades na medição do consumo e cobranças indevidas durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$18.049 (R\$30.241 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$17.378 (R\$19.215 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Outras Ações Cíveis

A Companhia e suas controladas são partes em diversas ações cíveis onde são requeridas indenizações por danos morais e materiais, entre outros, decorrentes de incidentes ocorridos durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$185.048 (R\$174.621 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$28.792 (R\$24.272 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), ao Programa de Integração Social (PIS), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$257.334 (R\$266.157 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$69.014 foram provisionados (R\$73.059 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Ambientais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$25.720 (R\$20.416 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$60 foram provisionados (R\$1.215 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Regulatórias

A Companhia e suas controladas são partes em diversos processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente: (i) os encargos tarifários cobrados nas faturas relativas ao uso do sistema de distribuição por auto-produtor; (ii) a violação de metas de indicadores de continuidade na prestação do serviço de fornecimento de energia elétrica; (iii) a majoração tarifária ocorrida durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$201.871 (R\$154.312 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$45.180 (R\$35.385 em 31 de dezembro de 2014) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Societárias

Diferença na atualização monetária do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pelo Governo do Estado de Minas Gerais

Em 19 de dezembro de 2014, a Secretaria de Fazenda do Estado de Minas Gerais encaminhou Ofício à Cemig solicitando o recálculo dos valores relativos ao AFAC realizado em 1995, 1996 e 1998, devolvidos ao Estado de Minas Gerais em dezembro de 2011, para que o critério utilizado para a correção monetária fosse revisto pela Companhia, argumentando que a aplicação da taxa Selic seria a mais adequada, em substituição ao IGP-M.

Em 29 de dezembro de 2014, a Companhia realizou um depósito administrativo para buscar a suspensão da exigibilidade do crédito cobrado pelo Estado, bem como a não inscrição do débito em dívida ativa e no Cadastro Informativo de Inadimplência em Relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais (CADIN).

Baseada na opinião de nossos assessores jurídicos, a probabilidade de perda foi avaliada como provável e o valor provisionado, em contrapartida ao resultado financeiro foi de R\$268.953 (R\$239.445 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar a discussão.

Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$23.653 (R\$23.745 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

Outras Ações

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$ 126.444 (R\$99.474 em 31 de dezembro de 2014), dos quais R\$11.702 foram provisionados (R\$16.114 em 31 de dezembro de 2014), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial

Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

Indenização do Anuênio

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$121.834, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$263.819 (R\$239.230 em 31 de dezembro de 2014) e, com base nos argumentos acima, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

Contribuições Previdenciárias

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$1.361.429 (R\$1.220.930 em 31 de dezembro de 2014), e classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e na jurisprudência relativa.

Não homologação da Compensação de Créditos Tributários

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$681.751 (R\$654.926 em 31 de dezembro de 2014) e a probabilidade de perda foi classificada como possível pela Companhia, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação

A Companhia era parte em processo administrativo que envolvia pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. Diante do esgotamento recursal na via administrativa foi proposta ação ordinária no valor aproximado de R\$482.032 (R\$432.260 em 31 de dezembro de 2014), classificada com probabilidade de perda possível em decorrência de nulidades na condução dos processos administrativos e no entendimento de que foram utilizadas premissas equivocadas pela fiscalização no julgamento administrativo, bem como análise da argumentação e documentação comprobatória da Companhia.

Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre ganho de capital em operação societária

Receita Federal do Brasil autuou a Cemig, na condição de responsável solidária de sua controlada, em conjunto com Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (Parati), relativamente a Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre o ganho de capital em operação societária correspondente à compra, pela Parati, e venda, pela Enlighted, em 07 de julho de 2011, de 100% das participações na LUCE LLC (empresa com sede em Delaware, EUA), proprietária de 75,00% das quotas do Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações (FIP Luce), detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de, aproximadamente, 13,03% do capital total e votante de emissão da Light S.A. (Light). O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$202.081 (R\$169.620 em 31 de dezembro de 2014), e a probabilidade de perda foi avaliada como possível.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A Receita Federal do Brasil lavrou autos de infração contra a Companhia nos exercícios de 2012 e 2013 em razão da não adição ou dedutibilidade indevida da base de cálculo da CSLL dos valores referentes às parcelas de: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$226.579 (R\$203.010 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa.

Questões Regulatórias

Contribuição para Iluminação Pública (CIP)

A Companhia é parte em diversos processos judiciais, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Companhia na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, tendo em vista que a cobrança atualmente feita é fundamentada na Resolução Normativa da ANEEL nº 456/2000, e, portanto, não constituiu provisão para esta contingência, estimada em R\$1.300.338 (R\$1.457.337 em 31 de dezembro de 2014), tendo classificado a probabilidade de perda como possível em decorrência da inaplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de regulamentação própria do setor elétrico, sendo que a Cemig atendeu ao disposto nas Resoluções 414 e 456 da ANEEL, que tratam do assunto.

Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$230.346 (R\$195.470 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de ação única, sem similar já julgada, bem como se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.

Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$155.251 (R\$126.893 em 31 de dezembro de 2014). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

Ativo Imobilizado em Serviço - AIS

Em agosto de 2014, a ANEEL lavrou auto de infração em razão da Companhia não ter atendido a todos os requisitos no que se refere à apropriação de custos nas obras e demais procedimentos adotados e seu atendimento à legislação em vigor. Trata-se de uma fiscalização inédita em relação à aplicação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico. O montante desta contingência é de R\$66.170 (R\$59.081 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial em tais demandas, em virtude da regularidade e legalidade dos atos normativos expedidos pela ANEEL, os quais norteiam as ações da Companhia, bem como em razão da conformidade das Resoluções Normativas da ANEEL em relação ao ordenamento jurídico, além da existência de interesse público na transferência dos ativos de energia elétrica, e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Majoração tarifária

Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia ao pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL interpuseram recurso de apelação contra esta decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$222.449 (R\$189.671 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de decisões favoráveis sobre este tema.

Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) impetrou ação civil pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que teriam sido lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. Trata-se de uma ação com potencialidade para impactar todas as concessionárias de Distribuição, o que poderia ensejar um novo Acordo do Setor Elétrico. O valor, estimado, da contingência é de R\$276.321 (R\$233.812 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível, por acreditar ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação.

Ambientais

Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas

Determinada associação do meio ambiente requereu, por meio de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$314.015 (R\$253.706 em 31 de dezembro de 2014). A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial, associado ao fato da parte contrária não ter demonstrado elementos que comprovassem os seus argumentos, o que ensejará prova pericial para corroborar tais argumentos, assim, a Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinada associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que a Administração classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$99.000 (R\$76.844 em 31 de dezembro de 2014).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações cíveis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$64.338 (R\$23.864 em 31 de dezembro de 2014).

Outros Passivos Contingentes

Quitação Antecipada da CRC – Contas de Resultado a Compensar

A Companhia é parte em um processo administrativo junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais no qual está sendo questionada uma diferença de valores relativa ao desconto oferecido pela Cemig para antecipação da quitação de Contrato de Cessão do Crédito que a companhia detinha na Conta de Resultados a Compensar (CRC) para o Estado de Minas Gerais, concluída no primeiro trimestre de 2013, bem como à possível oneração indevida do Estado após a assinatura de Termos Aditivos que visaram a restabelecer o equilíbrio econômico financeiro do Contrato. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$363.452 (R\$327.530 em 31 de dezembro de 2014) e a Companhia acredita ter atendido aos requisitos legais, baseando-se no Parecer do Ministério Público de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. Dessa forma, a probabilidade de perda foi avaliada como possível, uma vez que a Companhia acredita que o ajuste se deu em fiel observância à legislação aplicável à espécie.

Programa Luz para Todos – questionamento contratual de fornecedores

A Companhia é parte em discussões quanto a alegados prejuízos sofridos por terceiros decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da implantação de parte do programa de eletrificação rural Luz Para Todos, o que ocasionou desequilíbrio econômico dos contratos. O montante estimado é de R\$202.145 (R\$183.257 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise realizada da argumentação e documentação utilizadas pelos contratados ao responsabilizá-la por eventuais prejuízos apresentados.

Adicionalmente, a Companhia é parte em outras discussões decorrentes de supostos descumprimentos de contratos relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$33.097 (R\$25.311 em 31 de dezembro de 2014).

Irregularidades em Procedimentos Licitatórios

A Companhia é parte em discussão quanto a supostas irregularidades em procedimentos licitatórios, regidos por edital de pregão eletrônico. O montante estimado, em 30 de setembro de 2015, é de R\$44.423 (R\$39.325 em 31 de dezembro de 2014) e nenhuma provisão foi constituída. A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência da análise de jurisprudência sobre este tema.

Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$139.508, e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$6.294.208, representado por 420.764.708 ações ordinárias e 838.076.946 preferenciais, ambas com valor nominal de R\$5,00, assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 2015					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	-	-	214.414.739	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	10.418.812	1	10.475.515	1
AGC Energia S.A.	138.700.848	33	42.671.763	5	181.372.611	15
Outros						
No País	58.127.167	14	179.358.041	21	237.485.208	18
No Exterior	9.465.251	2	605.628.330	73	615.093.581	49
Total	420.764.708	100	838.076.946	100	1.258.841.654	100

Acionistas	Quantidade de Ações em 2014					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	214.414.739	51	-	-	214.414.739	17
Outras Entidades do Estado	56.703	-	79.001.657	9	79.058.360	7
AGC Energia S.A.	138.700.848	33	42.671.763	5	181.372.611	15
Outros						
No País	57.399.306	14	129.586.308	16	186.985.614	14
No Exterior	10.193.112	2	586.817.218	70	597.010.330	47
Total	420.764.708	100	838.076.946	100	1.258.841.654	100

(a) Lucro por ação

O número de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

Quantidade de ações	2015	2014
Ações ordinárias	420.764.708	420.764.708
Ações preferenciais	838.076.946	838.076.946
	1.258.841.654	1.258.841.654
Ações em Tesouraria	(560.718)	(560.718)
Total	1.258.280.936	1.258.280.936

A Companhia não possui instrumentos dilutivos e cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados.

Dessa forma, o cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

	2015	2014
Lucro Líquido (A)	2.491.878	3.136.639
Total de ações (B)	1.258.280.936	1.258.280.936
Lucro básico e diluído por ação (A/B) (R\$)	1,98	2,49

Acordo de Acionistas

Em 01 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Minas Gerais assinou com a AGC Energia S.A. um Acordo de Acionistas, com interveniência e anuência do BNDES Participações S.A. com vigência de quinze anos. O acordo mantém o Estado de Minas Gerais como controlador hegemônico, isolado e soberano da Companhia e atribui à AGC Energia algumas prerrogativas com a finalidade de contribuir para a continuidade do crescimento sustentável da Companhia, dentre outras disposições.

(b) Reservas

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Capital e Ações em Tesouraria	2015	2014
Doações e Subvenções para Investimentos	1.856.628	1.856.628
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	7	7
Ações em Tesouraria	(1.362)	(1.362)
	1.924.503	1.924.503

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se, basicamente, à compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

Reservas de Lucros	2015	2014
Reserva Legal	853.018	853.018
Reserva Estatutária	57.214	57.214
Reserva de Retenção de Lucros	2.916.846	1.654.566
Reserva de Incentivos Fiscais	49.766	29.070
Reserva Obrigatória Dividendo não Distribuído	797.316	-
	4.674.160	2.593.868

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia deixou de constituir em 2015 a Reserva Legal por ter atingido os limites legais.

Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos previstos para o exercício de 2016. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

Reserva de Incentivos Fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor do incentivo registrado foi de R\$49.766, sendo R\$29.070 em 2014 e R\$20.696 em 2015. Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

(c) Dividendos

Dividendos ordinários

Do Lucro Líquido do Exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do Patrimônio Líquido das ações.

As ações do Capital Social da Cemig, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a Cemig não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, caso a Companhia seja capaz de pagar dividendos acima do mínimo obrigatório exigido para os acionistas preferenciais, e o restante do lucro líquido seja suficiente para oferecer dividendos iguais para ambas as ações ordinárias e preferenciais, então os dividendos por ação será o mesmo para ambos os detentores de ações ordinárias e preferenciais. A Companhia distribuiu dividendos iguais por ação para todos os períodos apresentados. Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2015 está demonstrado a seguir:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora	Controladora
	2015	2014
Valor Nominal das Ações Preferenciais	4.190.385	4.190.385
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	419.039	419.039
Valor do Patrimônio Líquido	12.995.135	11.280.911
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	66,58%	66,58%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	8.652.161	7.510.831
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	259.565	225.325
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	419.039	419.039
Dividendos Obrigatórios		
Resultado do Exercício	2.491.375	3.136.639
Dividendo Obrigatório – 50,00% do Lucro líquido	1.245.688	1.568.320
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre os Juros sobre o Capital Próprio	22.247	26.313
	1.267.935	1.594.633
Dividendos registrados em conformidade ao previsto no Estatuto		
Juros sobre o Capital Próprio	200.000	230.000
Dividendos ordinários	1.067.935	567.317
	1.267.935	797.317
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	844.507	530.854
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	423.428	266.463
Dividendos por valor unitário – R\$		
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,50	0,50
Dividendo Obrigatório (incluindo o IRRF sobre os juros sobre o capital próprio)	1,01	1,27
Dividendos Propostos	1,01	0,63

A Companhia declarou em dezembro de 2015 o pagamento de Juros sobre capital próprio, os quais serão considerados e compensados no cálculo do dividendo obrigatório de 2015, no montante de R\$200.000, o que corresponde a R\$0,16 por ação, sendo apurado um benefício fiscal de R\$68.000.

Destinação do Resultado de 2015 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração delibera encaminhar à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a realizar-se até 30 de abril de 2016, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2015, no montante de R\$2.491.375 e do saldo de Lucros Acumulados de R\$59.536:

- R\$633.967 sejam destinados como dividendos mínimos obrigatórios aos acionistas da Companhia, conforme segue:

- R\$200.000 na forma de Juros sobre o Capital Próprio (“JCP”), a serem pagos em duas parcelas iguais, sendo a primeira até 30 de junho de 2016 e a segunda até 30 de dezembro de 2016, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas em 26 de dezembro de 2015;
- R\$433.967 na forma de dividendos de 2015, a serem pagos até 30 de dezembro de 2016, fazendo jus os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registros de Ações Nominativas na data da realização da AGO;
- R\$633.967 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de dividendos obrigatórios não distribuídos para serem pagos assim que a situação financeira da Companhia o permitir;
- 1.262.280 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Retenção de Lucros, para garantir os investimentos consolidados da Companhia previstos para o exercício de 2016, conforme orçamento de capital;
- R\$20.696 sejam mantidos no Patrimônio Líquido na conta de Reserva de Incentivos Fiscais referente aos incentivos fiscais obtidos em 2015 em função dos investimentos realizados na região da Sudene.

(d) Ajustes de Avaliação Patrimonial

Ajustes de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	2015	2014
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(120.514)	(14.223)
Resultado Abrangente em Controlada e Controlada em Conjunto		
Custo Atribuído de Ativos Imobilizados	720.203	779.739
Ajustes de Conversão de Balanço	80.930	26.706
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(578.647)	(324.300)
Instrumentos Financeiros de Hedge de Fluxo de Caixa	292	410
	<u>222.778</u>	<u>482.555</u>
Ajustes de Avaliação Patrimonial	<u>102.264</u>	<u>468.332</u>

Os Ajustes de Conversão referem-se à diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Financeiras da Transchile com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos, registrada diretamente nessa conta de Patrimônio Líquido citada.

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a nova avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

24. RECEITA

	Consolidado	
	2015	2014
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	22.526.275	17.232.105
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	1.465.399	854.945
CVA e Outros Componentes Financeiros (c)	1.703.627	1.106.675
Receita de Transmissão		
Receita de Concessão de Transmissão (d)	261.470	556.633
Receita de Construção de Transmissão (e)	146.030	80.358
Receita de Indenização de Transmissão (f)	100.528	420.013
Receita de Construção de Distribuição (e)	1.105.806	861.437
Transações com energia na CCEE (g)	2.424.567	2.348.483
Fornecimento de Gás	1.666.688	422.379
Outras Receitas Operacionais (h)	1.441.186	1.282.230
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (i)	(11.549.365)	(5.625.680)
Receita Operacional Líquida	21.292.211	19.539.578

a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh (1)		R\$	
	2015	2014	2015	2014
Residencial	9.829.992	10.013.757	7.297.557	5.183.149
Industrial	22.968.931	26.025.584	5.780.660	4.793.414
Comércio, Serviços e Outros	6.433.728	6.395.473	3.956.344	2.785.659
Rural	3.379.734	3.390.096	1.406.590	908.436
Poder Público	892.368	891.454	547.707	381.144
Iluminação Pública	1.325.525	1.298.047	532.603	357.892
Serviço Público	1.204.461	1.272.365	540.388	368.136
Subtotal	46.034.739	49.286.776	20.061.849	14.777.830
Consumo Próprio	37.661	37.590	-	-
Fornecimento não Faturado Líquido	-	-	256.753	144.162
	46.072.400	49.324.366	20.318.602	14.921.992
Suprimento a Outras Concessionárias (2)	10.831.194	14.146.109	2.358.466	2.251.431
Suprimento Não Faturado Líquido	-	-	(150.793)	58.682
Total	56.903.594	63.470.475	22.526.275	17.232.105

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes;

(2) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) e contratos bilaterais com outros agentes.

b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

c) Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros

As receitas decorrentes das variações da Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros passaram a ser reconhecidas a partir dos aditamentos dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica, realizados em 10 de dezembro de 2014. Os montantes reconhecidos decorrem de saldos constituídos no último reajuste tarifário e ainda não amortizados, bem como das constituições realizadas no período corrente a serem homologadas no próximo reajuste tarifário. Mais informações na nota explicativa nº 13.

d) Receita de Concessão de Transmissão

A Receita de Transmissão é composta da seguinte forma:

- Receita de Concessão de Transmissão, que inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão;
- Receita de Sistema de Conexão de Geração, decorrente dos ativos de transmissão pertencentes às unidades geradoras.

e) Receita de Construção

A Receita de Construção é substancialmente compensada pelos custos de construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos das concessões de transmissão e distribuição.

f) Receita de Indenização da Transmissão

Em junho de 2014, a Cemig GT reverteu provisão registrada em 2012 no valor de R\$63.315, referente aos investimentos em transmissão realizados no período de maio a dezembro de 2012 e que foram incluídos no Laudo de avaliação protocolado na ANEEL em 31 de julho de 2014. Essa provisão foi registrada na época em função de incertezas relacionadas ao processo de indenização dos ativos referentes ao período mencionado.

Em dezembro de 2014, a Cemig GT registrou uma receita de R\$356.698 referente à diferença entre o valor do Laudo preliminarmente fiscalizado pela ANEEL, que corresponde a uma indenização de R\$953.601 (líquido dos R\$285.438 já recebidos), e o valor contábil de R\$596.903. Mais informações na Nota Explicativa nº 13.

Em 2015 a Cemig GT reconheceu no resultado financeiro o valor de R\$100.528 correspondente à atualização, pelo IGP-M, do saldo de indenização a receber existente em dezembro de 2014 (R\$953.601). O montante a receber em 31 de dezembro de 2015 corresponde a R\$1.054.129. Mais informações na Nota Explicativa nº 13.

g) Receita de Transações com energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.

h) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2015	2014
Serviço Taxado	13.504	11.136
Serviço de Telecomunicações	133.894	134.672
Prestações de Serviços	130.687	117.767
Subvenções (*)	995.616	790.011
Aluguel e Arrendamento	93.119	80.707
Outras	74.366	147.937
	1.441.186	1.282.230

(*) Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, que são reembolsados pela ELETROBRAS.

i) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2015	2014
Tributos sobre a Receita		
ICMS	4.487.169	3.198.088
COFINS	2.262.748	1.627.642
PIS-PASEP	491.227	353.333
Outros	6.273	5.710
	7.247.417	5.184.773
Encargos do Consumidor		
Reserva Global de Reversão – RGR	36.232	38.563
Programa de Eficiência Energética – PEE	45.151	46.922
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	2.869.668	211.132
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	47.201	48.506
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	47.193	48.363
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	23.600	24.249
Encargos do Consumidor - PROINFA	27.460	28.786
Adicional 0,30% Lei 12.111/09 (Recuperação de despesas) (1)	-	(5.614)
Encargos do Consumidor - Bandeiras Tarifárias	1.066.860	-
Outros	138.583	-
	4.301.948	440.907
	11.549.365	5.625.680

(1) Ressarcimento reconhecido pela Companhia no primeiro trimestre de 2014, conforme Ofício 782/2013 autorizado pela ANEEL, em função de recolhimento excedente.

25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Pessoal (a)	1.435.001	1.252.458	31.895	30.314
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	137.364	249.369	4.816	8.893
Obrigações Pós-Emprego	156.009	211.916	3.867	11.068
Materiais	69.522	98.660	262	472
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	83.723	282.447	-	-
Serviços de Terceiros (b)	899.470	953.033	10.991	18.814
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	9.541.940	7.428.381	-	-
Depreciação e Amortização	834.830	800.918	1.601	522
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	1.401.455	580.720	1.084.757	190.000
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	998.756	744.431	-	-
Gás Comprado para Revenda	1.050.925	254.488	-	-
Custos de Construção de Infraestrutura (e)	1.251.836	941.795	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (f)	457.159	651.993	19.336	25.324
	18.317.990	14.450.609	1.157.525	285.407

a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Remunerações e Encargos	1.272.568	1.098.265	29.862	40.198
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	85.293	80.132	4.744	4.858
Benefícios Assistenciais	142.029	143.708	2.865	3.219
	<u>1.499.890</u>	<u>1.322.105</u>	<u>37.471</u>	<u>48.275</u>
Provisão de Programa de Desligamento Voluntário de Empregados	2.162	3.871	(1)	247
(-) Custos com Pessoal Transferidos para obras	<u>(67.051)</u>	<u>(73.518)</u>	<u>(5.575)</u>	<u>(18.208)</u>
	<u>(64.889)</u>	<u>(69.647)</u>	<u>(5.576)</u>	<u>(17.961)</u>
	1.435.001	1.252.458	31.895	30.314

b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Leitura de Medidores/Entrega de Contas	121.906	183.727	-	-
Comunicação	64.320	66.950	446	715
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	237.727	230.152	66	41
Conservação e Limpeza de Prédios	99.736	91.267	480	187
Mão de Obra Contratada	5.514	6.932	-	-
Fretes e Passagens	10.151	10.948	2.483	2.070
Hospedagem e Alimentação	17.374	18.212	301	489
Vigilância	27.684	26.233	-	-
Consultoria	16.874	23.944	1.502	5.805
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	46.379	36.571	646	582
Manutenção e Conservação de Veículos	10.985	11.800	46	43
Corte e Religação	25.756	19.277	-	-
Meio Ambiente	21.695	28.648	-	-
Serviços Advocatícios	21.564	30.858	1.932	5.744
Custas Processuais	2.354	2.636	83	70
Poda de Árvores	23.034	22.890	-	-
Limpeza de Faixa	29.804	28.735	-	-
Reprografia e Publicações Legais	14.326	8.768	179	492
Inspeção de Unidades Consumidoras	3.602	4.365	-	-
Impressão de Notas Fiscais e Contas de Energia Elétrica	4.638	5.110	-	-
Outras Despesas	94.047	95.010	2.827	2.576
	899.470	953.033	10.991	18.814

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2015	2014
Energia de Itaipu Binacional	1.734.227	830.140
Contratos por Cotas de Garantia Física	252.485	220.585
Cotas das Usinas de Angra I e II	199.731	179.395
Energia de curto prazo	935.316	1.263.281
PROINFA	252.639	261.782
Contratos Bilaterais	326.156	380.328
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	3.978.073	3.241.522
Energia adquirida no Ambiente Livre	2.762.181	1.762.132
Créditos de PASEP-COFINS	(898.868)	(710.784)
	9.541.940	7.428.381

Em 2015, em função do baixo nível dos reservatórios, os geradores hidrelétricos geraram uma quantidade de energia inferior a de seus compromissos contratuais, medida através do GSF (Generation Scaling Factor), fazendo com que as geradoras adquirissem no mercado de curto prazo da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE o déficit resultante, aos elevados Preços de Liquidação de Diferenças – PLD's.

Em função dessa questão, o Ministério das Minas e Energia, por meio da Medida Provisória nº 688, convertida na Lei nº 13.203/2015, definiu os critérios e condições para repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do MRE, tendo sido dispostas tanto as condições para o Ambiente de Contratação Regulada (ACR) quanto para o Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Após os estudos realizados, a Companhia decidiu pela adesão apenas no ACR, para as usinas de Queimado e Irapé, o que implicou em um registro de ativo regulatório no exercício de 2015 no valor de R\$63 milhões, com a redução da despesa com energia de curto prazo.

d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD	175.595	128.459	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências				
Trabalhistas	3.871	242.107	4.295	24.736
Cíveis	21.656	6.053	1.976	(8.554)
Tributárias	(3.470)	12.572	1.121	4.332
Ambientais	(1.155)	36	(313)	37
Regulatórias	10.293	(14.431)	(1.131)	2.683
Outras	(3.222)	11.095	(493)	965
	27.973	257.432	5.455	24.199
	203.568	385.891	5.455	24.199
Provisão em opções de Investimentos				
Opção de venda Parati (Nota 14)	1.079.302	165.801	1.079.302	165.801
Opção de venda SAAG (Nota 14)	118.585	29.028	-	-
	1.197.887	194.829	1.079.302	165.801
	1.401.455	580.720	1.084.757	190.000

e) Custo de Construção

	Consolidado	
	2015	2014
Pessoal e Administradores	65.375	60.220
Materiais	520.535	414.647
Serviços de Terceiros	503.882	384.706
Outros	162.044	82.222
	1.251.836	941.795

f) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
Arrendamentos e Aluguéis	102.000	112.358	722	377
Propaganda e Publicidade	11.334	18.749	543	1.300
Consumo Próprio de Energia Elétrica	21.397	16.654	-	-
Subvenções e Doações	30.641	49.929	757	2.003
Concessão Onerosa	7.181	22.855	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	6.340	106.871	254	265
Seguros	9.064	8.627	3.889	3.276
Anuidade CCEE	8.181	7.167	3	2
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	60.294	99.913	11	32
FORLUZ – Custeio Administrativo	22.240	22.162	1.212	1.089
Outras Despesas	178.487	186.708	11.945	16.980
	457.159	651.993	19.336	25.324

Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2015	2014	2015	2014
RECEITAS FINANCEIRAS				
Renda de Aplicação Financeira	251.013	298.175	27.038	53.665
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	229.802	166.245	-	-
Variações Cambiais	76.294	15.121	16	7
Variação Monetária	36.121	53.043	17.867	13.022
Variação Monetária e Cambial - CVA	68.149	-	-	-
Variação Monetária de Depósitos Vinculados a Litígios	211.578	-	53.644	-
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(84.404)	(37.563)	(40.634)	(37.563)
Atualização do Ativo Financeiro - Base de Remuneração de Ativos	605.549	58.184	-	-
Multas Contratuais	15.548	9.711	34	-
Ajuste ao Valor Presente	1.544	-	-	-
Outras	58.083	29.768	7.215	8.230
	1.469.277	592.684	65.180	37.361
DESPESAS FINANCEIRAS				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.386.071)	(930.855)	-	-
Variações Cambiais	(171.792)	(26.320)	(12)	(60)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(387.067)	(270.987)	-	-
Variação Monetária – Concessão Onerosa	(11.081)	(17.131)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(128.636)	(98.994)	(6.329)	(4.871)
Variação Monetária – AFAC Governo do Estado de Minas Gerais	(29.508)	(239.445)	(29.508)	(239.445)
Outras	(90.189)	(109.940)	(175)	(542)
	(2.204.344)	(1.693.672)	(36.024)	(244.918)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(735.067)	(1.100.988)	29.156	(207.557)

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações consolidados com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Controlador								
Governo do Estado de Minas Gerais								
Circulante								
Consumidores e Revendedores (1)	18.674	2.577	-	-	149.813	105.273	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	8.619	1.187	-	-	(2.286)	(659)
Debêntures (2)	-	-	-	-	-	-	-	(30.201)
Não Circulante								
Depósito Administrativo – AFAC (3)	-	-	268.953	239.445	-	-	-	-
Financiamentos – BDMG	-	-	50.067	12.610	-	-	-	-
Controlada em conjunto								
Aliança Geração								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	10.519	-	-	-	(105.700)	-
Prestação de serviços (5)	199	-	-	-	6.499	-	-	-
Baguari Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	1.478	489	-	-	(6.365)	(5.591)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	5.788	20.183	-	-	-	-	-	-
Madeira Energia								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	15.639	2.220	-	-	(638.100)	(123.818)
Adiantamento para entrega futura de energia	86.941	-	-	-	-	-	-	-
Pipoca								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	1.481	-	-	-	(11.120)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	593	-	-	-	-	-	-	-
Renova								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	1.518	1.462	-	-	(12.387)	(11.924)
Não Circulante								
Adiantamento para entrega futura de energia elétrica	60.000	-	-	-	-	-	-	-
TAESA								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	-	-	11.234	4.126	-	-	(93.859)	(33.009)
Light								
Circulante								
Operações com Energia Elétrica (4)	593	230	470	153	46.980	8.731	(657)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	43.972	41.099	-	-	-	-	-	-
Parati								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	8.807	8.038	-	-	-	-	-	-
Axxiom								
Circulante								
Prestação de serviços (6)	-	-	5.925	1.553	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	96	-	-	-	-	-	-	-

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Outras partes relacionadas								
FIC Pampulha								
Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	1.030.612	1.107.272	-	-	115.489	180.752	-	-
Não Circulante								
Títulos e Valores Mobiliários	16.905	16.764	-	-	-	-	-	-
FORLUZ								
Circulante								
Obrigações Pós-emprego (7)	-	-	75.970	64.873	-	-	(128.636)	(98.994)
Despesa com pessoal (8)	-	-	-	-	-	-	(85.293)	(80.132)
Custeio Administrativo (9)	-	-	-	-	-	-	(22.240)	(22.162)
Arrendamento Operacional (10)	-	-	1.544	1.434	-	-	(18.318)	(17.286)
Não Circulante								
Obrigações Pós-Emprego (7)	-	-	1.270.418	734.614	-	-	-	-
Cemig Saúde								
Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	78.889	74.497	-	-	(146.095)	(135.232)
Não Circulante								
Plano de Saúde e odontológico (11)	-	-	1.274.717	1.077.634	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da companhia;
- (2) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M), para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. Em 30 de dezembro de 2014, a Cemig Geração e Transmissão, realizou a aquisição facultativa da totalidade das debêntures subscritas pelo Estado de Minas Gerais, emitidas para a construção e implantação da Usina Hidrelétrica (UHE) Irapé.
- (3) Refere-se a recálculo de correção monetária de valores relativos ao AFAC devolvidos ao Estado de Minas Gerais (vide Nota Explicativa nº 22);
- (4) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes;
- (5) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (6) Refere-se a obrigações e despesas com desenvolvimento de software de gestão;
- (7) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (vide Nota Explicativa nº 21) e serão amortizados até o exercício de 2024;
- (8) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 25) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (9) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (10) Aluguel do edifício sede;
- (11) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 21).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 8, 17 e 24.

Adiantamento para entrega futura de energia elétrica à Santo Antônio Energia S.A. (SAESA)

A Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) realizou, em 06 de fevereiro de 2015, adiantamento de entrega futura de energia elétrica no montante de R\$74.667, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 135% do CDI e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA em função do suprimento de energia.

O valor atualizado em 31 de dezembro de 2015 é de R\$86.941, com previsão contratual para compensação integral deste saldo com os faturamentos pela SAESA até março de 2016. A compensação foi concluída em 15 de março de 2016.

Adiantamento para entrega futura de energia elétrica à Renova Comércio de Energia S/A.

A Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT) realizou, em dezembro de 2015, adiantamento de entrega futura de energia elétrica no montante de R\$60.000, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e RENOVA em 25 de março de 2014. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 150% do CDI e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela RENOVA, em função do suprimento de energia, a partir de janeiro de 2017.

Garantias: aval e fiança de empréstimos, financiamentos e debêntures

A Cemig figura como avalista e fiadora de empréstimos, financiamentos e debêntures das seguintes partes relacionadas não consolidadas nas informações contábeis, por se tratarem de controladas em conjunto ou coligadas:

Parte relacionada	Vínculo	Tipo	Objeto	2015	Vencimento
Light / Norte Energia S.A.	Controlada em conjunto	Contragarantia	Financiamento	683.615	2042
Norte Energia S.A.	Coligada	Fiança	Financiamento	2.741.303	2042
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Aval	Financiamento	1.966.285	2034
Santo Antônio Energia S.A.	Controlada em conjunto	Fiança	Debêntures	661.405	2037
Guanhães	Controlada em conjunto	Aval	Nota Promissória	103.636	2016
Centroeste	Controlada em conjunto	Fiança	Financiamento	9.195	2023
				6.165.439	

Em 31 de dezembro de 2015, a Administração acredita que não são necessárias provisões a serem reconhecidas nas informações contábeis da Companhia para cumprir com eventuais obrigações oriundas destes avais e fianças.

Aplicações em fundo de investimento exclusivo – FIC Pampulha da Cemig e suas controladas e coligadas

A Cemig e suas controladas e coligadas aplicam parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento exclusivo, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão contabilizados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2015, proporcional a participação detida pelas empresas no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, correspondentes à participação do grupo Cemig no fundo de investimento, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	Cemig 10,17%	Cemig GT 29,71%	Cemig D 22,22%	Demais controladas 37,90% *	Total
Axxiom	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.154	3.369	2.520	4.297	11.340
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,75%	23/12/2016	5.071	14.807	11.076	18.891	49.845
Cemig GT	Debêntures	CDI + 0,90%	15/02/2017	1.100	3.212	2.402	4.099	10.813
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	5.442	15.889	11.884	20.271	53.486
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.213	6.461	4.832	8.242	21.748
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	2.766	8.076	6.041	10.303	27.186
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	1.023	2.988	2.235	3.812	10.058
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	289	845	632	1.077	2.843
				19.058	55.647	41.622	70.992	187.319

(*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2015 e 2014, são demonstrados na tabela abaixo:

	2015	2014
Remuneração	19.906	10.812
Participação nos Resultados	1.530	2.871
Benefícios Assistenciais	1.032	879
Total	22.468	14.562

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura, Investimentos em Infraestrutura, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente ao valor justo e mensurados de acordo com as classificações abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados, Ativos Financeiros relacionados à Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A (CVA) e de Outros Componentes Financeiros, Depósitos Vinculados a Litígios e Ativos Financeiros da concessão não abarcados pela Lei 12.783/13. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opções de Venda. São mensuradas ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos diretamente no resultado;
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de distribuição abarcados pela Lei 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras;
- Passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós-emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa CDI + 4,05%, com base na última captação. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,06%, CDI + 1,60% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente similar ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações.
- Passivos financeiros referentes a opções de venda: São mensurados pelo valor justo mediante a utilização do fluxo de caixa descontado. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções pelo montante do preço de exercício estimado na data de exercício deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, ambos trazidos a valor presente na data destas Demonstrações Financeiras.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	31/12/2015		31/12/2014	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos Financeiros:				
Empréstimos e Recebíveis				
Equivalentes de Caixa – Bancos	51.939	51.939	88.767	88.767
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	872.693	872.693	798.376	798.376
Créditos com Consumidores e Revendedores	3.639.243	3.639.243	2.344.578	2.344.578
Concessionários – Transporte de Energia	258.925	258.925	253.743	253.743
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Transmissão e Geração	1.600.553	1.600.553	1.272.986	1.272.986
Reembolso Subsídios Tarifários e Repasses de Recursos da Conta de Desenvolvimento Econômico (CDE)	71.695	71.695	344.896	344.896
Depósitos Vinculados a Litígios	1.813.341	1.813.341	1.534.805	1.534.805
Ativo Financeiro de Distribuição - CVA e Outros Componentes Financeiros	1.349.656	1.349.656	1.106.675	1.106.675
Fundos Vinculados	162	162	1.110	1.110
	9.658.207	9.658.207	7.745.936	7.745.936
Disponíveis para venda				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura de Distribuição	135.983	135.983	5.943.682	5.943.682
Mantidos até o Vencimento				
Títulos e Valores Mobiliários	224.860	223.873	110.629	109.621
Valor justo por meio do resultado:				
Mantidos para negociação				
Títulos e Valores Mobiliários	2.285.452	2.285.452	900.643	900.643
Passivos financeiros:				
Valor justo por meio do resultado:				
Opções de venda	1.392.717	1.392.717	194.830	194.830
Avaliados ao custo amortizado				
Fornecedores	1.901.153	1.901.153	1.603.716	1.603.716
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15.166.537	15.543.680	13.508.738	13.240.742
Concessões a Pagar	21.388	19.275	178.537	223.220
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	811.573	811.573	799.487	799.487
	17.900.651	18.275.681	16.090.478	15.867.165

Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando, quando necessário, estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de taxas de câmbio

A Cemig e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

Exposição às Taxas de Câmbio	2015		2014	
	Moeda Estrangeira	R\$	Moeda Estrangeira	R\$
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	8.223	32.109	9.244	24.555
Fornecedores (Itaipu Binacional)	82.983	314.859	57.433	148.864
	91.206	346.968	66.677	173.419
Euro				
Empréstimos e Financiamentos – Euro (nota 19)	3.395	14.430	4.581	14.782
Passivo Líquido Exposto		361.398		188.201

(*) Unidade Monetária do BNDES – reflete a média ponderada das variações cambiais existentes na Cesta de Moedas do BNDES

Análise de sensibilidade

A Companhia estima, com base em nossos consultores financeiros, que, em um cenário provável, a variação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2016 será uma valorização de 6,27% para o dólar (R\$4,150) e uma valorização de 6,94% para o Euro (R\$4,545). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao cenário provável.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2015	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-Americano				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	32.109	34.124	42.659	51.186
Fornecedores (Itaipu Binacional)	314.859	334.613	418.307	501.920
	346.968	368.737	460.966	553.106
Euro				
Empréstimos e Financiamentos (nota 19)	14.430	15.431	19.289	23.146
Passivo Líquido Exposto	361.398	384.168	480.255	576.252
Efeito Líquido da Variação Cambial		22.770	118.857	214.854

Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$71.852 (R\$48.717, em 31 de dezembro de 2014).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	2015	2014
Ativos		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras (Nota 6)	872.693	798.376
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	2.510.312	1.011.272
Fundos Vinculados	162	1.110
CVA e Outros Componentes Financeiros – SELIC * (nota 13)	1.349.656	1.106.675
	<u>4.732.823</u>	<u>2.917.433</u>
Passivos		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – CDI (Nota 19)	(10.734.336)	(8.633.982)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures – TJLP (Nota 19)	(283.160)	(318.537)
	<u>(11.017.496)</u>	<u>(8.952.519)</u>
Passivo Líquido Exposto	<u>(6.284.673)</u>	<u>(6.035.086)</u>

(*) Montantes de CVA e Outros Componentes Financeiros indexados à SELIC.

Análise de sensibilidade

A Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2016, as taxas SELIC e TJLP serão de 14,25% e 7,50%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros.

Risco - Alta nas Taxas de Juros Nacionais	31/12/2015	31 de dezembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 14,25% TJLP 7,50%	Cenário Possível SELIC 17,81% TJLP 9,38%	Cenário Remoto SELIC 21,38% TJLP 11,25%
Ativos				
Equivalentes de Caixa (Nota 6)	872.693	997.052	1.028.120	1.059.275
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	2.510.312	2.868.031	2.957.399	3.047.017
Fundos Vinculados	162	185	191	197
CVA e Outros Componentes Financeiros - SELIC	1.349.656	1.541.982	1.590.030	1.638.212
	<u>4.732.823</u>	<u>5.407.250</u>	<u>5.575.740</u>	<u>5.744.701</u>
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos – CDI (Nota 19)	(10.734.336)	(12.263.979)	(12.646.121)	(13.029.337)
Empréstimos e Financiamentos – TJLP (Nota 19)	(283.160)	(304.397)	(309.720)	(315.016)
	<u>(11.017.496)</u>	<u>(12.568.376)</u>	<u>(12.955.841)</u>	<u>(13.344.353)</u>
Ativo (Passivo) Exposto Líquido	<u>(6.284.673)</u>	<u>(7.161.126)</u>	<u>(7.380.101)</u>	<u>(7.599.652)</u>
Efeito Líquido da Variação das Taxas de Juros		<u>(876.453)</u>	<u>(1.095.428)</u>	<u>(1.314.979)</u>

Risco de Elevação da Inflação

A Companhia tem ativos indexados à inflação em montantes inferiores às obrigações em 31 de dezembro de 2015, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da Companhia à Elevação da Inflação	2015	2014
Ativos		
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 13)*	120.853	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 13)*	1.054.129	5.369.722
	1.174.982	5.369.722
Passivos		
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(3.909.872)	(4.257.601)
	(3.909.872)	(4.257.601)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	(2.734.890)	1.112.121

(*) Valor do Ativo Financeiro da Concessão homologado pela ANEEL por meio do Despacho 729 de 25 de março de 2014.

Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de elevação da inflação mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2016, a taxa IPCA será de 6,99% e IGP-M será de 7,96%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma elevação na inflação de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como possível e remoto, respectivamente.

Risco - Elevação da inflação	31/12/2015	31 de dezembro de 2016		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 6,99% IGP-M 7,96%	Cenário Possível IPCA 8,74% IGP-M 9,95%	Cenário Remoto IPCA 10,49% IGP-M 11,94%
Ativos				
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IPCA (nota 13)	120.853	129.301	131.416	133.530
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura – IGP-M (nota 13)	1.054.129	1.138.038	1.159.015	1.179.992
	1.174.982	1.267.339	1.290.431	1.313.522
Passivos				
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(3.909.872)	(4.183.172)	(4.251.595)	(4.320.018)
Ativo (Passivo) Líquido Exposto	(2.734.890)	(2.915.833)	(2.961.164)	(3.006.496)
Efeito Líquido da Variação do IPCA e IGP-M		(180.943)	(226.274)	(271.606)

Risco de Liquidez

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente o seu Fluxo de Caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios destas usinas, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica. O prolongamento da geração por meio de termelétricas pode pressionar os custos da aquisição de energia pelas distribuidoras, o que ocasiona uma maior necessidade de caixa e pode impactar em aumentos tarifários futuros, fato já ocorrido pela Revisão Tarifária Extraordinária concedida às distribuidoras em Março de 2015.

Na data base destas demonstrações financeiras, a Companhia (controladora e consolidado) apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas com fundo de pensão, empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas, incluindo os juros futuros até a data dos vencimentos contratuais, podem ser observadas na tabela a seguir:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.424	3.282.234	3.976.906	9.092.270	3.393.213	19.749.047
Concessões a pagar	222	684	1.779	9.408	14.326	26.419
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	10.211	31.139	85.012	579.177	591.933	1.297.472
	14.857	3.314.057	4.063.697	9.680.855	3.999.472	21.072.938
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.421.709	479.444	-	-	-	1.901.153
	1.436.566	3.793.501	4.063.697	9.680.855	3.999.472	22.974.091

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	502	1.532	4.183	28.496	29.123	63.836
- Pré-fixadas						
Fornecedores	8.765	-	-	-	-	8.765
	<u>9.267</u>	<u>1.532</u>	<u>4.183</u>	<u>28.496</u>	<u>29.123</u>	<u>72.601</u>

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas incorrerem em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso. Adicionalmente, o risco de crédito é reduzido em função da grande pulverização de clientes.

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída em 31 de dezembro de 2015, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas, foi de R\$622.986.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig Holding administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Companhia divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos,
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

(1) o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

As controladas Cemig GT, CEMIG D, Cemig Telecom e Gasmig possuem contratos de empréstimos com cláusulas restritivas (“covenant”), normalmente aplicáveis a esse tipo de operação, relacionadas ao atendimento pela garantidora, CEMIG, de índice financeiro, com exigibilidade de cumprimento anual. O não atendimento destas cláusulas, verificadas anualmente no final do exercício, obrigam a devedora a constituir garantias adicionais, sob pena de ensejar a aceleração do vencimento da dívida.

Em 31 de dezembro de 2015, todas as cláusulas restritivas foram atendidas.

Administração de Capital

A comparação do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 31 de dezembro de 2015 é apresentada a seguir:

	31/12/2015	31/12/2014
Total do Passivo	27.880.851	23.715.051
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(924.632)	(887.143)
(-) Fundos Vinculados	(162)	(1.110)
Passivo Líquido	26.956.057	22.826.798
Total do Patrimônio Líquido	12.999.113	11.284.952
Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido	2,07	2,02

29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

	Saldo em 31 de dezembro de 2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	1.577.172	-	1.577.172	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	460.010	-	460.010	-
Letras Financeiras - Bancos	87.938	87.938	-	-
Debêntures	160.332	-	160.332	-
Outros	-	-	-	-
	2.285.452	87.938	2.197.514	-
Fundos Vinculados	162	-	162	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	135.983	-	-	135.983
	2.421.597	87.938	2.197.676	135.983
Passivos				
Opções de venda	(1.392.717)	-	-	(1.392.717)
	1.028.880	87.938	2.197.676	(1.256.734)

	Saldo em 31 de dezembro de 2014	Valor justo em 31 de dezembro de 2014		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
Ativos				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	231.552	-	231.552	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	85.417	85.417	-	-
Letras Financeiras - Bancos	470.167	-	470.167	-
Debêntures	98.319	-	98.319	-
Outros	15.188	-	15.188	-
	900.643	85.417	815.226	-
Fundos Vinculados	1.110	-	1.110	-
Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura	5.943.682	-	-	5.943.682
	6.845.435	85.417	816.336	5.943.682
Passivos				
Opções de venda	(194.829)	-	-	(194.829)
	6.650.606	85.417	816.336	6.138.511

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Ativos Financeiros da Concessão Relacionados à Infraestrutura: mensurados ao valor novo de reposição (VNR), conforme critérios estabelecidos em regulamento do poder concedente, com base no valor justo dos ativos em serviço pertencentes à concessão e que serão reversíveis no final da concessão, bem como o Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) utilizado pelo poder concedente, que reflete o retorno da concessionária sobre as operações de concessão. As taxas de VNR e WACC são informações públicas divulgadas pelo Poder Concedente e pela Cemig. A movimentação dos ativos financeiros da concessão está demonstrada na Nota Explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: a Companhia adotou o método de fluxo de caixa descontado para mensuração do valor justo das opções da Light e SAAG, utilizando-se das informações mais atualizadas referentes ao plano de negócios das Companhias. O valor justo dessas opções foi calculado pelo montante do preço de exercício estimado na data de vencimento da opção deduzido do valor justo das ações objeto da opção de venda, também estimado na data do exercício da opção, trazidos a valor presente na data das demonstrações financeiras. A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14 destas Demonstrações Financeiras.

30. SEGUROS

A Cemig e suas controladas mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo (item referente a apólice da Cemig H), levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (**)	Prêmio Anual (**)
Cemig Geração e Transmissão				
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2015 a 28/04/2016	US\$ 7.393 US\$14.000	US\$ 94
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2015 a 01/10/2016	R\$ 17.700	R\$ 27
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2015 a 07/01/2017	R\$ 354.257	R\$ 84
Equipamentos de telecomunicações (1)	Incêndios	08/01/2015 a 07/01/2016	R\$ 11.514	R\$ 5
Risco Operacional	-	07/12/2015 a 06/12/2016	R\$ 1.438.338	R\$ 1.795
Cemig Distribuição				
Aeronáutico – Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco Responsabilidade Civil	29/04/2015 a 28/04/2016	US\$ 6.073 US\$ 14.000	US\$ 65
Almoxarifados		02/10/2015 a 01/10/2016	R\$ 90.622	R\$ 142
Instalações Prediais	Incêndios	08/01/2015 a 07/01/2017	R\$ 915.865	R\$ 217
Equipamentos de telecomunicações		08/01/2016 a 07/01/2017	R\$ 17.208	R\$ 7
Risco Operacional - Transformadores acima de 15 MVA e demais equipamentos de potência da distribuição de valor acima de R\$1.500 mil (2)	Total	07/12/2015 a 06/12/2016	R\$ 563.637	R\$ 703
Gasmig				
Rede de Distribuição de Gás/Terceiros	Responsabilidade Civil	15/12/2015 a 14/12/2016	R\$ 60.000	R\$ 481
Automotivo Frota Própria	Cobertura Apenas de Danos a Terceiros	07/07/2015 a 06/07/2016	R\$ 400	R\$ 4
Multirrisco Instalações (3)	Roubo, Furto e Incêndios	01/01/2015 a 31/12/2015	R\$ 36.020	R\$ 25

(**) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil.

(1) A nova vigência é de 08 de janeiro de 2016 a 07 de janeiro de 2017.

(2) A nova vigência é de 07 de dezembro de 2016 a 06 de dezembro de 2017.

(3) A Apólice do Seguro Multirrisco Instalações com vigência até o dia 31/12/2015 foi renovada para data de vigência de 01/01/2016 a 31/12/2016, no valor de R\$36.020.420,66 de importância segurada e de R\$22.428,46 de prêmio anual.

A Cemig não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Cemig não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem, principalmente, a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	6.300.359	2.627.602	2.492.624	806.128	963.295	1.976.529	15.166.537
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	1.407.789	1.475.236	1.424.530	1.389.222	1.450.250	37.218.904	44.365.931
Compra de Energia - Leilão	2.453.317	3.004.966	3.224.569	3.685.593	4.561.310	91.075.005	108.004.760
Compra de Energia - Bilaterais	279.632	295.075	313.687	331.250	344.542	1.711.964	3.276.150
Cotas Usinas Angra 1 e Angra 2	222.573	237.577	262.255	271.837	290.281	11.762.085	13.046.608
Cotas de Garantias Físicas	636.677	676.710	698.233	716.718	698.322	30.707.281	34.133.941
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	80.864	88.848	94.573	102.383	110.668	7.172.885	7.650.221
Outros contratos de compra de energia	3.359.407	3.611.840	3.148.782	2.510.085	2.525.216	32.310.505	47.465.835
Compra de gás para revenda	1.090.879	1.139.458	1.288.979	1.288.979	1.292.511	12.031.650	18.132.456
Concessão Onerosa	2.811	2.417	2.184	1.972	1.771	10.233	21.388
Dívida com Plano de Pensão - Forluz	75.970	80.528	85.360	90.482	95.911	383.322	811.573
Arrendamentos Operacionais	62.640	21.438	22.556	22.556	-	-	129.190
Total	15.972.918	13.261.695	13.058.332	11.217.205	12.334.077	226.360.364	292.204.590

32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante os exercícios de 2015 e 2014, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	31/12/2015	31/12/2014
Transferência de Imobilizado para Outros Ativos de Longo Prazo (Usina de São Simão)	219.869	-
Indenização Usinas Não Renovadas – Transferência do Imobilizado para o Ativo Financeiro	546.410	-
Ativos aportados na aliança Geração de Energia S.A.	581.114	-
Dividendos Obrigatórios não Distribuídos	797.316	-
Encargos Financeiros Capitalizados	159.222	69.828
Transferência de Ativo Financeiro para Intangível pela Renovação das Concessões	7.161.504	-
Transferências de Ativos Intangíveis para Ativos Financeiros	810.824	843.241
Receita de Construção	1.189.836	941.795
Provisão para perdas atuariais	544.645	66.536
IR e CSLL sobre perdas atuariais	185.180	22.622

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Pagamento a Debenturistas

Em 12 de fevereiro de 2016 foram aprovados os pagamentos de juros da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 3ª Emissão de Debêntures da Cemig D e Cemig GT, nos montantes de R\$162.034 e R\$138.563, respectivamente. Os pagamentos foram realizados em 15 de fevereiro de 2016.

Emissão de Cédula de Crédito Bancário

A Cemig D emitiu, em 22 de março de 2016, em favor da Caixa Econômica Federal, uma Cédula de Crédito Bancário no valor de R\$750 milhões de reais, cuja finalidade consiste no pagamento de dívidas da companhia vencidas no primeiro semestre do ano de 2016. A taxa de juros é de 132,14% do CDI a.a. e o prazo total da operação é de 48 meses, sendo 18 meses de carência para o principal, com o pagamento de juros trimestral nesse período e a amortização será efetuada em 30 meses, com o pagamento mensal das parcelas do principal e juros. Os recursos serão desembolsados pela Caixa Econômica Federal em 8 parcelas, no período compreendido entre o mês de março e o mês de maio do ano de 2016.

Emissão de Debêntures

A Cemig D concluiu em 28 de março de 2016 sua 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 1.615 milhões, em série única, com data de emissão em 15 de dezembro de 2015, com prazo de vigência de 3 anos. As debêntures serão remuneradas anualmente pela variação do CDI + 4,05% a.a. e o principal será amortizado em duas parcelas iguais vencidas em dezembro de 2017 e dezembro de 2018. Os recursos captados serão utilizados para o pagamento da 8ª emissão de notas promissórias da Companhia.

Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

Em 16 de dezembro de 2015, o Conselho de Administração deliberou autorizar a transferência, à Cemig D, do montante de até R\$410.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será convertido em aumento de capital, por meio de deliberação em Assembleia Geral Extraordinária da Cemig D, a ser convocada. O repasse dos recursos ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 2016, nos montantes de R\$360.000 e R\$50.000, respectivamente.

Permuta das Debêntures Participativas da AGC Energia por ações da Cemig

Em 03 de março de 2016, a BNDES Participações. – BNDESPAR, permutou a totalidade das debêntures objeto da Escritura da 1ª Emissão Privada de Debêntures Perpétuas, Participativas, Não Conversíveis, Permutáveis, da Espécie com Garantia Real, em série Única, da AGC Energia datada de 28 de fevereiro de 2011 e aditada em 17 de janeiro de 2012, por 54.342.992 ações ordinárias e 16.718.797 ações preferenciais de emissão da Cemig, de titularidade da AGC Energia.

Após a referida permuta, a participação da BNDESPAR no capital ordinário e preferencial da Companhia — que, em 02 de março de 2016, totalizava 0% e 1,13% — passou a corresponder a 12,9% e 3,13%, respectivamente, configurando-se, portanto, negociação relevante, segundo artigo 12, §1º, da instrução CVM nº 358/02.

A participação da BNDESPAR no capital total da Companhia que, em 02 de março de 2016, representava 0,75%, passou a corresponder a 6,4%.

Aumento de Capital da Renova Energia S/A.

Em 02 de fevereiro de 2016 a Renova Energia S.A. (“Renova”) informou aos seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação do aumento de Capital no valor de até R\$731.248 mediante a emissão de até 81.587.997 de novas ações ordinárias e de até 28.208.946 de novas ações preferencias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão por ação ordinária ou preferencial de R\$6,66 e de R\$19,98 por Unit (“Aumento de Capital”).

O aumento de capital será realizado dentro do limite do capital autorizado e todas as novas ações emitidas serão idênticas às ações ordinárias e preferenciais já existentes. O Aumento de Capital será realizado por meio de subscrição particular e será dada preferência aos atuais acionistas da Renova de participarem do Aumento de Capital na proporção de suas participações sociais.

Cada ação, quer seja ordinária ou preferencial e cada Unit, conferirá ao seu titular o direito de preferência para subscrever 0,344436239 nova ação ou Unit.

O Aumento de Capital é uma das ações para dar sequência ao plano de negócios da Renova após o cancelamento da Fase II da transação com a TerraForm Global. O objetivo do novo plano de negócios da Renova é redimensionar os investimentos futuros e adequá-los às condições atuais do mercado em função da piora de liquidez e da disponibilidade de crédito.

A Renova vem trabalhando em diversas frentes para executar esse plano, já tendo anunciado uma importante mudança na diretoria, renegociações de dívidas, antecipação de recursos de contratos de energia e reestruturação do quadro de colaboradores, buscando uma estrutura mais leve, eficiente e flexível.

O Aumento de Capital servirá para reforçar o caixa da Renova e fazer frente à implantação dos projetos já em construção e em fase de desenvolvimento, bem como para honrar com as despesas e dívidas da holding.

A participação da CEMIG neste aumento de capital da Renova se dará por meio de sua subsidiária integral, Cemig GT, que aprovou o aporte de até R\$ 240 milhões, sendo R\$85 milhões subscritos e integralizados no dia 03 de fevereiro de 2016, e 115 milhões que serão subscritos e integralizados em março de 2016, e até R\$40 milhões a serem subscritos e integralizados na rodada de sobras, no caso de existência.

A CEMIG manterá seus acionistas e o mercado oportuna e adequadamente informados sobre a conclusão dessa operação.

(Original assinado pelos signatários abaixo)

Mauro Borges Lemos
Diretor-Presidente

Mateus de Moura Lima Gomes
Diretor Vice-Presidente

Fabiano Maia Pereira
Diretor de Finanças e Relações com
Investidores

Ricardo José Charbel
Diretor de Distribuição e
Comercialização

Franklin Moreira Gonçalves
Diretor de Geração e Transmissão

Eduardo Lima Andrade Ferreira
Diretor de Gás

Márcio Lúcio Serrano
Diretor de Gestão Empresarial

Luiz Fernando Paroli Santos
Diretor de Relações Institucionais e
Comunicação

Evandro Leite Vasconcelos
Diretor Comercial

César Vaz de Melo Fernandes
Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Raul Lycurgo Leite
Diretor Jurídico

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC-MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC-MG-85.260

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG
Belo Horizonte - MG

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

Ausência de evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento e resultado de equivalência da Amazônia Energia S.A., Aliança Norte Energia Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015 e para o exercício findo naquela data

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14, a Companhia possui investimento indireto na Norte Energia S.A. (“Norte Energia”) que está sendo objeto de investigação conduzida pela acionista Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras. Em decorrência da não finalização dessa investigação, os exames de auditoria das demonstrações financeiras da Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A. (que possuem investimentos na Norte Energia S.A.), para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, não foram concluídos até a presente data. Consequentemente, não obtivemos evidência de auditoria suficiente em relação ao investimento detido na Amazônia Energia S.A. e Aliança Norte Energia Participações S.A. pela Companhia, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$871.442 mil em 31 de dezembro de 2015, e ao resultado negativo de equivalência patrimonial correspondente de R\$10.261 mil para o exercício findo naquela data.

Opinião

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, se houver, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Ênfases

Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão

Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às demonstrações financeiras, os contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará (“UHE Jaguará”) e São Simão (“UHE São Simão”) tiveram seus vencimentos em agosto de 2013 e janeiro de 2015, respectivamente. A Companhia obteve liminares em Mandados de Segurança interpostos no Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) em 30 de agosto de 2013 e 17 de dezembro de 2014 referentes a UHE Jaguará e UHE São Simão, respectivamente. As referidas liminares asseguravam que a Companhia permaneceria no controle da UHE Jaguará e da UHE São Simão, explorando os serviços públicos a ela concedidos, até o julgamento do mérito dos processos, ou no caso da UHE São Simão, até o reexame do pleito deferido. No contexto da UHE Jaguará, no dia 24 de junho de 2015, concluiu-se a

manifestação da 1ª Seção do STJ a respeito da referida liminar, sendo indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT, por 6 (seis) votos a 2 (dois). Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou medida cautelar com pedido de liminar perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”) com o objetivo de imprimir direito suspensivo em face ao acórdão da 1ª Seção do STJ. Em 1 de fevereiro de 2016, foi publicada a decisão deferindo a liminar requerida, para suspender os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguará, sob as bases iniciais do contrato de concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. No contexto da UHE São Simão, no dia 30 de junho de 2015, considerando o resultado do pleito da UHE Jaguará na 1ª Seção do STJ em 24 de junho de 2015, o STJ revogou a liminar referente à UHE São Simão. Em 15 de setembro de 2015, o Ministério de Minas e Energia, por meio da Portaria 432/2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica da UHE São Simão, em regime de quotas até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Embora tenham sido emitidas decisões contrárias aos pleitos da Companhia relativos aos Mandados de Segurança, a Administração da Companhia permanece confiante em seu direito, amparado em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível pelos assessores legais internos e externos da Companhia. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE Jaguará, e amparada pela opinião de seus assessores legais internos e externos, a Companhia reconheceu até 31 de dezembro de 2015, as receitas e custos operacionais relativos a esta UHE, uma vez que permaneceu no controle destes ativos. Considerando o andamento das discussões judiciais da UHE São Simão, a Companhia: (i) reconheceu, até 15 de setembro de 2015, as receitas e custos operacionais desta UHE, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle deste ativo até esta data; (ii) considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da UHE São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas; (iii) transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 mil do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que, ainda que em discussão judicial, este ativo, com base nos termos do contrato de concessão é recuperável por montante superior ao registrado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Investigações relacionadas a certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui investimento direto e indireto na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem certos acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses acionistas indiretos. No momento, não há como determinar os resultados das referidas investigações, seus desdobramentos e suas consequências futuras. Conforme mencionado na nota explicativa nº 14 às demonstrações financeiras, a Madeira Energia S.A. informou possuir um conjunto de mecanismos e procedimentos de controles internos que têm por objetivo endereçar os temas objeto da Lei 12.846/13, e assim, detectar, evitar e sanar irregularidades praticadas contra si ou contra terceiros, a

“Deloitte” refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido “Deloitte Touche Tohmatsu Limited” e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

fim de deixar suas demonstrações financeiras livres de distorção relevante. As demonstrações financeiras da Madeira Energia S.A. e, conseqüentemente, da Companhia não incluem quaisquer efeitos que possam advir desse assunto, e nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC-2SP 011.609/O-8 F/MG

Marcelo Salvador
Contador
CRC-1MG 089.422/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL



PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015 e os respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e, em especial, a manifestação dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se até 29-04-2016.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

aa.) Charles Carvalho Guedes
Márcio Almeida do Amaral
Edson Moura Soares
Ronaldo Dias
Bruno Gonçalves Siqueira

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PELOS DIRETORES

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 2866ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 28-03-2016, aprovamos a conclusão, em 28-03-2016, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2015; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

- aa.) Mauro Borges Lemos - Diretor-Presidente
Mateus de Moura Lima Gomes - Diretor Vice-Presidente
Eduardo Lima Andrade Ferreira - Diretor de Gás
Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Comercial
Fabiano Maia Pereira - Diretor de Finanças e Relações com Investidores e, temporária e cumulativamente, Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão
Luis Fernando Paroli Santos - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico e, temporária e cumulativamente, Diretor de Gestão Empresarial
Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização

DECLARAÇÃO DE REVISÃO PELOS DIRETORES DO RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 2866ª reunião da Diretoria Executiva da Companhia Energética de Minas Gerais - Cemig, realizada em 28-03-2016, aprovamos a conclusão, em 28-03-2016, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2015; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2015 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 28 de março de 2016.

- aa.) Mauro Borges Lemos - Diretor-Presidente
Mateus de Moura Lima Gomes - Diretor Vice-Presidente
Eduardo Lima Andrade Ferreira - Diretor de Gás
Evandro Leite Vasconcelos - Diretor Comercial
Fabiano Maia Pereira - Diretor de Finanças e Relações com Investidores e, temporária e cumulativamente, Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão
Luis Fernando Paroli Santos - Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico e, temporária e cumulativamente, Diretor de Gestão Empresarial
Ricardo José Charbel - Diretor de Distribuição e Comercialização